

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
PPGDS**

**REAÇÃO SOCIAL E VITIMIZAÇÃO EM MONTES CLAROS/MG: UM  
DIAGNÓSTICO DO PERFIL DAS VÍTIMAS DE CRIME E DA  
SUBNOTIFICAÇÃO ENTRE JUNHO DE 2008 E JULHO DE 2009**

**Pedro Ivo Jorge Gomes**

**Montes Claros (MG)**

**2010**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
PPGDS**

**REAÇÃO SOCIAL E VITIMIZAÇÃO EM MONTES CLAROS/MG: UM  
DIAGNÓSTICO DO PERFIL DAS VÍTIMAS DE CRIME E DA  
SUBNOTIFICAÇÃO ENTRE JUNHO DE 2008 E JULHO DE 2009**

**Pedro Ivo Jorge Gomes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins  
Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo

Montes Claros (MG)

2010

G633r      Gomes, Pedro Ivo Jorge.  
Reação Social e vitimização em Montes Claro/MG [manuscrito] : um diagnóstico do perfil das vítimas de crime e da subnotificação entre junho de 2008 e julho de 2009 / Pedro Ivo Jorge Gomes. – 2010.  
135 f. : il.  
Bibliografia: f. 106-110.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2010.  
Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins.  
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**PPGDS**

Dissertação de Mestrado intitulada “Reação social e vitimização em Montes Claros/MG: um diagnóstico do perfil das vítimas de crime e da subnotificação entre junho de 2008 e julho de 2009, de autoria do mestrando Pedro Ivo Jorge Gomes, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Herberth Toledo Martins – Orientador (UNIMONTES)

---

Prof. Dr. Carlos Renato Theóphilo – Co-orientador (UNIMONTES)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Paula Mendes Miranda (UFF)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Anete Marília Pereira (UNIMONTES)

**Dedico esse trabalho aos meus pais Jander e Euriz que deram o suporte incondicional e imprescindível à minha formação e visibilidade para alcançar meus objetivos.**

## RESUMO

O presente trabalho analisa o ambiente de oportunidades criado pela modernidade que une, no tempo e no espaço, vítimas e autores de crimes. O plano de fundo desta análise foi a aplicação da Teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras ao contexto urbano da cidade de Montes Claros/MG. A partir da referida teoria buscou-se analisar a criminalidade na perspectiva das vítimas de crimes, observando-se as ações individuais e as rotinas sociais que favorecem à vitimização. O objetivo do estudo foi identificar o perfil socioeconômico e os hábitos comportamentais das vítimas de crimes, bem como sua experiência com as instituições de segurança pública. Para a análise foram utilizadas informações coletas em um *survey* de vitimização e dados oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais. Os resultados indicam que pessoas com determinados atributos e práticas comportamentais têm maior probabilidade de se tornarem vítimas. Além disso, foi possível perceber que a relação entre sociedade e instituições de segurança, principalmente as polícias, não converge para o mesmo objetivo. Observou-se divergência ideológica entre a atuação da polícia desejada pela sociedade e os objetivos institucionais definidos pela instituição para cumprir o seu papel social.

**Palavras-Chave:** crimes, vitimização, reação social e segurança pública.

## ABSTRACT

This work examines the opportunities created by modernity that unites us, in time and space, victims and perpetrators of crimes. The background of this analysis was the application of the theory of rote approaches to urban context of city of Montes Claros/mg. From that theory turned-analyze crime from the perspective of victims of crime, the individual actions and social routines that favour the victimization. The goal of the study was to identify the socioeconomic profile and behavioural habits of victims of crime, as well as his experience with public security institutions. For the analysis information collections were used in a survey victimization and official data of the military police of Minas Gerais. The results indicate that people with certain attributes and behavioural practices are more likely to become victims of crimes. Furthermore, it was possible to perceive the relationship between society and security institutions, especially the police, not converge towards the same goal. Some ideological divergence between police work desired by society and institutional objectives defined by the institution to fulfil its social role.

**Keywords: crimes, victimization, social reaction, public safety.**

**LISTA DE SIGLAS**

AISP - Áreas Integradas de Segurança Pública

FIG – Figura

GRAF – Gráfico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGESP - Integração da Gestão em Segurança Pública

ONU – Organização das Nações Unidas

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SPSS - Software Statistical Package for the Social Sciences

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TAB – Tabela

TC - Taxa de criminalidade

TCV - Taxa da Criminalidade Violenta

TCH - Taxa de Homicídios

TCPat - Taxa de Crimes Contra o Patrimônio

TCPes - Taxa de Crimes Contra à Pessoa

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 01 - Territorialização das áreas integradas de Segurança Pública em Montes Claros/MG – Junho de 2009 .....	28
Figura 02 – Modelo esquemático do contexto de oportunidades que favorecem o comportamento delituoso segundo a teoria da Abordagem das Atividades Rotineiras (COHEN e FELSON, 1979) .....	41

## GRÁFICOS

Gráfico 01 – Taxa de crimes registrados junto à Polícia Militar em Minas Gerais – 1995 a 2009 .....	57
Gráfico 02 – Taxa de crimes violentos registrados junto à Polícia Militar em Minas Gerais – 1995 a 2009 .....	60
Gráfico 03 – Taxa de crimes registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 1995 a 2009 .....	64
Gráfico 04 – Taxa de crimes violentos registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 1995 a 2009.....	65
Gráfico 05 – Taxa de crimes contra à pessoa registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 1995 a 2009 .....	67
Gráfico 06 – Percentual indicativo do conhecimento e da interação entre vizinhos Montes Claros/2009 .....	77
Gráfico 07 – Avaliação de situações recorrentes na vizinhança dos entrevistados – Montes Claros/2009.....	79
Gráfico 08 – Sentimento de insegurança durante o dia e a noite nos bairros da cidade de Montes Claros/MG – 2009 .....	82
Gráfico 09 – Distribuição percentual do horário de crimes e crimes violentos em Montes Claros/MG – Ago/2008 a Jul/2009 .....	83
Gráfico 10 – Percepção sobre o aumento ou diminuição da criminalidade no bairro e na cidade no último ano – Montes Claros/2009 .....	85
Gráfico 11 – Avaliação dos serviços de segurança pública – Montes Claros/2009 .....	87

Gráfico 12 – Avaliação da atuação da Polícia Militar – Montes Claros/2009.....	88
Gráfico 13 – Avaliação do atendimento da Polícia Militar – Montes Claros/2009.....	89
Gráfico 14 – Avaliação do atendimento da Polícia Civil – Montes Claros/2009.....	90

**QUADROS**

Quadro 01 - Distribuição dos bairros por áreas homogêneas em Montes Claros – MG, 2009 .....	29
Quadro 02 – Esquema das principais teorias influenciadas pela Escola de Chicago.....	39

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 - Sequência parcial da tabela de números aleatórios utilizados para seleção das residências de aplicação das entrevistas da pesquisa vitimização, 2009 .....	31
Tabela 02 - Municípios com maior número absoluto de registros de crimes violentos em Minas Gerais em 1991.....	51
Tabela 03 - Crimes de maior incidência em Montes Claros nos anos de 2000 e 2009 .....	68
Tabela 04 - Bairros com maior taxa de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio em Montes Claros – 2000/2009.....	69
Tabela 05 - Perfil socioeconômico dos entrevistados na pesquisa de Vitimização, 2009.....	72
Tabela 06 - Declaração dos entrevistados quanto à permanência em casa nos períodos: manhã, tarde e noite – Montes Claros/2009 .....	74
Tabela 07 - Declaração dos entrevistados quanto ao tipo de transporte utilizado – Montes Claros/2009.....	75
Tabela 08 - Relação conhecimento e confiança na vizinhança – Montes Claros/2009.....	76
Tabela 09 – Ranking dos bairros em Montes Claros/MG, contemplados com entrevistas, com maior percentual de perturbação da tranquilidade e com lotes vagos em 2009 .....	80
Tabela 10 – Perfil das vítimas de crimes em Montes Claros/MG em 2009 .....	94
Tabela 11 – Pessoas vitimadas, crimes registrados e subnotificação medida em Montes Claros/MG – 2009 .....	99

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	24
<b>2 AMBIENTE DE OPORTUNIDADE E A CRIMINALIDADE</b> .....	34
<b>3 CRIMINALIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	47
3.1 A criminalidade oficial em Minas Gerais - 1995/2009 .....	57
3.2 A criminalidade oficial em Montes Claros/MG – 1995/2009 .....	62
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	71
4.1 Identidade social – caracterização da população analisada .....	71
4.2 Hábitos e práticas .....	73
4.3 Vizinhaça .....	76
4.4 Sentimento de insegurança .....	80
4.5 Avaliação da segurança pública .....	86
4.6 Vitimização .....	93
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>6 BIBLIOGRAFIA</b> .....	106
<b>ANEXOS</b> .....	112

## INTRODUÇÃO

A criminalidade no início do século XXI constitui um dos principais problemas vividos pela população brasileira. Trata-se de um fenômeno multifacetado, que se associa à subjetividade das pessoas manifesta-se de modo desigual sobre o território e se faz presente em todas as classes sociais.

A palavra criminalidade é derivada do substantivo crime, que, por sua vez, admite vários conceitos nas distintas áreas do saber. A observação desse fenômeno (crime) pode ser encontrada na literatura basicamente em três searas, quais sejam, na dogmática penal, que se ocupa da sistematização dos dispositivos legais e dos paradigmas científicos e das normas; na criminologia, que é responsável pela explicação causal do crime como obra de um autor determinado e pela política criminal, que tem como objeto o planejamento de estratégias de combate e prevenção da criminalidade. Para estas duas últimas categorias, a sociologia é especialmente relevante para fornecer subsídios às análises, para interpretação dos dispositivos e para a elaboração de ações preventivas e repressivas da criminalidade (ESTEFAM, 2008).

Miranda (2008:83), ao balizar sobre a temática da criminalidade, na perspectiva dos vínculos societários, e não apenas institucionais, tende a tratá-la sob três recortes: o da delinquência infanto-juvenil; da mudança nos padrões de criminalidade convencionais (com a mudança nesses padrões, com incremento do uso da violência e das mudanças no perfil social de indiciados e penitenciários); e o chamado crime organizado, associado ao tráfico de drogas.

Neste trabalho, o crime representará questões que envolvem o comportamento individual contrário às normas de convívio social aceitável. Já a criminalidade descreverá comportamentos sociais que ultrapassam as normas penais instituídas. Em outras palavras, pode-se dizer que o crime estará vinculado conceitualmente à atos individuais, enquanto a criminalidade a um conjunto de ações relacionadas à coletividade.

Portanto, a criminalidade será considerada a partir da incidência de crimes nas dimensões do espaço e do tempo. Com isso, não se pretende

salientar apenas os padrões de incidência criminal, mas os fatores envolvidos no ambiente que favorecem seu acontecimento.

Quando se fala em criminalidade no Brasil uma importante variável a ser considerada é o sentimento de insegurança da população. Esse é flexível e relaciona-se muito mais com a percepção das pessoas do que com a violência real existente em determinadas áreas.

O senso comum diz que o medo de ser vitimado varia com a criminalidade, ou seja, onde é maior a incidência de crimes e de violência, é maior o medo e a insegurança. Entretanto, pesquisas indicam que áreas onde a criminalidade é intensa podem não ser vistas como violentas pelos seus moradores. A esse respeito, Miranda, Nascimento e Melo (2006:15), afirmam que o medo é uma construção social relacionada ao que se teme e não ao risco real.

Para explicar o hiato entre o sentimento de segurança e a violência real Soares (2008) utiliza duas dimensões: a percepção da violência e a informação sobre a violência. Este diz que “a informação sobre a realidade precisa ‘chegar’ ao indivíduo para que tenha medo e insegurança.”

Miranda, Nascimento e Melo (2006) se posicionam sobre o assunto utilizando as dimensões imaginação e possibilidades concretas de violência. Para explicar tecnicamente o fenômeno, esses autores distinguem segurança subjetiva e objetiva. A primeira refere-se ao medo que as pessoas têm de serem vitimadas, independente da existência de riscos concretos. A segunda está relacionada com riscos concretos e com a intensidade estatística dos crimes.

A insegurança seria, portanto, na percepção individual da vida social moderna, uma busca incessante pela segurança e não a ausência de proteção. (MIRANDA, NASCIMENTO e MELO, 2006).

Neste sentido, a participação da imprensa e o acesso à informação por parte das pessoas parecem ser essenciais no processo de construção social do medo e do sentimento de insegurança. Talvez, por isso exista um temor constante do aumento da violência, fazendo com que cada vez mais pessoas se interessem pelo assunto, objetivando entender a criminalidade,

identificar suas causas e criar condições para construção de um ambiente de promoção da paz social.

As discussões sobre os fatores envolvidos no fenômeno da criminalidade não têm como objetivo erradicar o problema, visto que não há consenso e talvez não haja, em tempo algum, uma teoria geral do crime que seja capaz de explicar os fatores que determinam sua ocorrência. O que existe são tentativas de se individualizar as causas capazes de orientar políticas públicas que tenham como objetivo minimizar as conseqüências do problema.

A literatura sociológica denuncia a existência de várias teorias sobre a criminalidade, apresentando hipóteses que tentam explicá-la. Uma destas hipóteses é a que liga a criminalidade às condições socioeconômicas dos agentes (KLIKSBURG, 2001:26), condicionando a pobreza como uma determinante da criminalidade. Esta perversa relação talvez seja o sustentáculo para recorrentes explicações do senso comum sobre o tema.

Por outro lado, reflexões também condenam a associação perversa de criminalização da pobreza, explicando que não é a pobreza que atrai a criminalidade e sim as desigualdades sociais que criam as oportunidades para que o fato social normal (crime), como definido por Durkheim (1963) fuja ao controle do poder de punir do Estado manifestando-se reiteradas vezes.

Corroborando com essa reflexão, Beato Filho (1998:8) chega a ironizar ao afirmar que “ao contrário do proposto em pilhas de produção intelectual e pesquisa sistemática, a correlação a ser estabelecida para explicação do crime não é a pobreza, mas a riqueza”. O autor conclui apontando que, esta riqueza cria as oportunidades para prática de crimes que dificultam os mecanismos de controle social tornando o delito compensatório sob a ótica de quem o pratica.

Nessa perspectiva, a criminalidade é associada à concentração do desenvolvimento dependente e exploratório, transformando-se em problemas ligados à questão social dos indivíduos. Por esse motivo, a repartição de bens sociais através do atendimento das necessidades substantivas, constitui-se como um dos melhores caminhos para diminuir a condição de conflito e das taxas de criminalidade.

Além dessa hipótese econômica, existem várias outras que tentam explicar o problema, como é o caso da teoria que analisa o crime como uma violência ao consenso moral e normativo da sociedade (BEATO E REIS, 1998; BEATO, PEIXOTO E ANDRADE, 2004). Outra hipótese é a que busca uma explicação nos padrões de distribuição espacial, identificando uma geografia do crime. Existe ainda, aquela que considera o crime como uma violência vinculada não ao indivíduo, mas ao grupo social na qual ele pertence (BEATO E REIS, 1998; BEATO, PEIXOTO E ANDRADE, 2004), além de várias outras, considerando-se a amplitude da literatura sociológica existente sobre a criminalidade.

Metodologicamente, estas hipóteses focam suas análises nas características dos indivíduos, diferenciando criminosos de não criminosos, ou no delito, identificando os fatores relacionados às motivações dos agentes por uma ou por outra modalidade delituosa.

O grande problema é que a maioria destas análises não sinaliza para a controversa questão extraída do pensamento Durkheimiano, aquela que trata o crime como um fato social normal. Por esta análise, não existem atos criminosos, mas definições sociais para comportamentos inaceitáveis (DURKHEIM, 1963). Isto significa que o foco de análises da criminologia sociológica deve tentar explicar a reação social ao desvio e não os atributos individuais que induzem ao crime.

Neste sentido, reflexões sociológicas sobre a necessidade de estudos sem as vinculações tradicionais supramencionadas (perfil dos criminosos, características dos delitos, motivação dos agentes, etc.) são sugeridas na literatura brasileira por Beato e Reis, 1998; Beato, Peixoto e Andrade, 2004 e Magalhães, 2004.

Magalhães (2004:34), por exemplo, afirma que a idéia de centralidade nas características individuais não é o objeto mais importante nos estudos sociológicos sobre a criminalidade e que a ênfase analítica é compreender o processo social que resulta na definição do comportamento desviante. O autor sugere que os estudos sociológicos devem focar não no ato criminoso, mas sim nas relações sociais em que eles se estabelecem.

Para resolver esse problema metodológico de análise, Magalhães (2004) aponta duas alternativas. A primeira diz respeito à transformação da reação social em objeto de estudo e a segunda é uma análise sustentada na teoria das “Abordagens das Atividades Rotineiras” (COHEN E FELSON, 1979).

Ao estudar a criminalidade observando esta metodologia, prioriza-se a aglutinação de informações que permitem avaliar a influência do relacionamento e do comportamento vítima/agressor na ocorrência de delitos. Além disso, identifica-se a subnotificação dos registros, ou seja, aqueles, que mesmo vitimados, não noticiam o fato para as instituições responsáveis.

Nessa perspectiva, aceitou-se no presente trabalho esta sugestão de análise realizando um survey de vitimização. Este tipo de pesquisa, segundo Soares, Borges e Campagnac (2008), tem como objetivo medir o crime e estimar com maior precisão o perfil de suas das vítimas. Além disso, mensura o impacto do crime na vida das pessoas, viabilizando uma avaliação de sua experiência com as instituições de segurança pública, indicando seu grau de efetividade e de confiança. Miranda (2008) afirma que pesquisas desse tipo são especialmente relevantes para formulação de políticas preventivas, permitindo traçar mapas de risco, identificar grupos mais expostos a determinados tipos de delitos, estimar a frequência dos pequenos crimes, que por serem mais numerosos, causam grande impacto no sentimento de insegurança na população.

É importante salientar que esse tipo de trabalho não visa univocamente identificar as discrepâncias entre as informações estatísticas oficiais e aquelas relatadas pela vítima, mas sim, conhecer melhor quem é mais prejudicado com o acontecimento do crime, a vítima. Lima *et al* (2008) corroboram dizendo que a realização dessas pesquisas permite encontrar um meio termo entre as informações sobre a vítima e o registro policial.

(...) porque era preciso encontrar um meio de tomar medidas mais eficazes contra a violência banal, contra os bens e as pessoas, contornando as fragilidades dos registros, inclusive aquelas devidas ao fato de as vítimas não registrarem a ocorrência. Portanto, observar que existe uma distância entre os dados registrados e os resultados da pesquisa é uma evidência banal. Mas, justamente, um dos interesses principais da pesquisa de vitimização é a possibilidade de

se obter a variável intermediária entre as vitimizações – entre a delinqüência, se assim o quisermos – e o registro policial (LIMA et al, 2008:72).

Os autores supracitados concluem ainda que, apenas a comparação entre as pesquisas de vitimização e os registros oficiais permite esse tipo de análise. “Inversamente, não estabelecer essa comparação constitui o meio mais eficaz para impedir que se saiba o que significa a evolução da estatística oficial” (LIMA et al, 2008:77).

A metodologia da Teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras (Cohen e Felson, 1979), foi utilizada neste trabalho com o objetivo de explicar a relação entre nas circunstâncias que favorecem o cometimento dos crimes, ou seja, na correlação explicativa dos fatores que envolvem a teoria, que é a existência de um alvo disponível, ausência de prevenção e a existência de um criminoso motivado para que haja materialização de delitos.

Ao focar a análise no comportamento de vítimas para entender a criminalidade, optou-se por um recorte específico na observação do fenômeno, aquele que se manifesta no espaço urbano, por ser neste local que as relações sociais se intensificam.

A escolha deste ambiente foi privilegiada pelas características das cidades modernas, onde as relações são impessoais e o anonimato, seguido de um maior número de oportunidade de êxito em atitudes socialmente reprováveis servem de estímulo às empreitadas delituosas.

As características do ambiente urbano com suas ruas ermas e mal iluminadas, a desordem social, a disseminação de objetos fáceis de transportar e de alto valor agregado, livre circulação de armas e o comportamento social dos cidadãos urbanos funcionam como fatores facilitadores na escolha pelo cometimento ou não do crime.

Ao optar por analisar a criminalidade urbana, a cidade de Montes Claros/MG foi escolhida como objeto de estudo. Esta predileção se deu pela sua representatividade socioeconômica no cenário estadual, pelas características de município polarizador da Região Norte de Minas Gerais, pelo intenso crescimento apresentado nos últimos anos e pelos inúmeros problemas sociais (fome, desemprego, pobreza, deficiência no saneamento básico,

criminalidade, desigualdades sociais e concentração de renda), apresentados em função de um desenvolvimento repentino, desordenado e incompleto.

O crescimento repentino desta cidade ocorreu após a década de 1970, com a implantação de estratégias de desenvolvimento (principalmente incentivos fiscais), fomentadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. A explosão demográfica acumulou crescimento de 211,82% entre 1970 (116.486 habitantes) e 2009 (363.227 habitantes)<sup>1</sup>, alavancando a cidade como pólo comercial e agropecuário, refletindo em uma urbanização desordenada e uma ocupação desigual do espaço urbano.

A urbanização desordenada e o aumento populacional contribuíram para o surgimento de inúmeros problemas sociais. Um deles foi o crescimento da taxa de crimes violentos. Para que se tenha uma idéia desse crescimento basto analisar os registros oficiais da Polícia Militar. Até a segunda metade dos anos 1990, a cidade apresentava uma taxa 1,39 crimes violentos para grupo de 1.000 habitantes<sup>2</sup> (1995). Dez anos depois, em 2005, o aumento acumulado já era de 700,71%, maior taxa já observada na história da criminalidade no município.

Não obstante a redução, em relação a 2005, nos anos que se seguem (2006, 2007 e 2008), o clamor por segurança e a insatisfação social com a situação são constantemente noticiados pelos órgãos de imprensa.

Diante das observações de crescimento e diminuição da criminalidade, das características socioeconômicas e dos contrastes sociais em Montes Claros/MG, é que algumas questões foram levantadas para a realização da pesquisa. A principal delas foi tentar identificar qual o perfil socioeconômico das vítimas de crimes em Montes Claros/MG no período compreendido entre agosto de 2008 e julho de 2009? Além desta, tentou-se descobrir ainda como a população percebe a violência na cidade? Quais os fatores levam as vítimas a não noticiarem os crimes aos órgãos oficiais? Qual o padrão da criminalidade registrada na cidade no período estudado?

---

<sup>1</sup> Fundação João Pinheiro (FJP) 2009.

<sup>2</sup> Armazém de Dados da Polícia Militar de Minas Gerais.

Deste modo, o objetivo principal da pesquisa foi analisar a reação social da população montesclarence em relação à vitimização, com vistas a identificar o perfil socioeconômico das vítimas e sua experiência com as intuições de segurança pública.

A hipótese que orientou a elaboração do estudo é a de que o perfil socioeconômico (sexo, idade, renda, etc.) e o comportamento social das vítimas (grau de exposição, relacionamento interpessoal, etc.) e dos agentes de crime constituem disponibilidade necessária para ocorrência de delitos. Em outras palavras, buscou-se observar correlações positivas entre as características pessoais, exposição e vitimização.

O estudo faz uma análise teórica a partir da revisão literária de algumas das principais correntes sociológicas que tentam explicar os fatores relacionados à criminalidade, principalmente àquelas vinculadas aos estudos de vitimização (BEATO, PEIXOTO E ANDRADE, 2004; LIMA et al, 2008, MAGALHÃES 2004; MIRANDA, 2008; MISSE 2008,) e às “Abordagens das Atividades Rotineiras” (COHEN E FELSON, 1979).

A unidade de análise foi constituída a partir de uma amostragem probabilística aleatória simples da população de Montes Claros, constituída por 813 entrevistas, em um universo considerado de 363.226 habitantes<sup>3</sup>. A margem de erro da pesquisa foi de 3,4% para mais ou para menos e a aplicação da entrevista ocorreu no período compreendido entre 05 e 30 de agosto de 2009.

Como instrumento de coleta das informações, utilizou-se um questionário disponibilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP<sup>4</sup>, em função da possibilidade de se comparar futuramente os resultados coletados com outras pesquisas realizadas em cidades brasileiras.

---

<sup>3</sup> População do município de Montes Claros em 2009 - Fundação João Pinheiro (FJP). Apesar da população municipal considerar os habitantes da área rural o cálculo da amostra foi feito sobre a população total pela dificuldade encontrada em acessar população urbana no ano de 2009.

<sup>4</sup> Apesar de ser disponibilizada pela SENASP essa entrevista foi construída por uma equipe de pesquisadores do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro – autarquia carioca que tem como objetivo promover saberes comuns à segurança pública, desenvolvendo projetos, pesquisas e análise criminal – para atender às demandas da Senasp, na realização de pesquisa de vitimização que tem buscado uma adaptação coerente da metodologia proposta pelo United Nations Interregional Crime and justice Resarch Institute (UNICRI).

Este instrumento levantou informações dos entrevistados em relação à identidade social, hábitos e práticas, vizinhança, sentimento de insegurança, avaliação da segurança pública, experiência com a polícia e vitimização. Sobre este último aspecto foram analisados os furtos, roubos, estelionatos, agressões, ameaças, ofensa sexual e discriminação.

O procedimento de identificação dos bairros de aplicação das entrevistas baseou-se no critério de áreas homogêneas. Esse critério procurou identificar dentre um conjunto de bairros, agrupados inicialmente pela territorialização da Polícia Militar, aquele, que pela suas semelhanças internas se qualificasse a representar os demais localizados ao seu entorno. A idéia de áreas homogêneas utilizada no trabalho foi aquela abstraída do pensamento de Corrêa (1987: 32), que considera a região como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares.

Metodologicamente isso permitiu identificar, dentro de um conjunto específico de bairros na cidade, aqueles que melhor o representam a região na qual ele está inserido. Posteriormente, com objetivo de distribuir proporcionalmente o número de entrevistas em cada bairro, respeitou-se a proporcionalidade de habitantes existentes. Por fim, o procedimento de escolha do domicílio para aplicação das entrevistas obedeceu ao critério de sorteio aleatório.

Após a coleta das informações, os dados foram lançados e organizados com o auxílio do *Software Statistical Package for the Social Sciences*<sup>5</sup> (SPSS), na versão 13, que permitiu a elaboração de gráficos e tabelas. Além disso, utilizando de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) o Mapinfo, na versão 6.5 e uma base cartográfica da cidade de Montes Claros algumas informações foram especializadas com o objetivo de observar a distribuição do fenômeno no espaço.

O trabalho foi organizado em quatro capítulos. A introdução apresenta a justificativa, objetivos, problematização e as algumas considerações sobre os aspectos metodológicos.

---

<sup>5</sup> Pacote Estatístico para as Ciências Sociais.

No primeiro capítulo foram detalhados os aspectos metodológicos da pesquisa, explicando os instrumentos utilizados e as justificativas para os procedimentos adotados durante a realização dos trabalhos de campo e de laboratório. No segundo, foi feita uma abordagem da evolução histórica de algumas teorias sociológicas que tentam explicar o fenômeno da criminalidade. A ênfase foi para as explicações sobre “Abordagens das Atividades Rotineiras” (COHEN E FELSON, 1979), salientando a necessidade de tomar como objeto de análise, em estudo sobre o crime, o comportamento dos envolvidos como vítimas dos crimes. No terceiro capítulo privilegiou-se uma discussão sobre o desenvolvimento e a criminalidade que contextualizou alguns dos indicadores criminais oficiais em Minas Gerais e em Montes Claros, bem como a política institucional de construção dos dados. O objetivo deste capítulo foi refletir sobre a importância do desenvolvimento na redução das taxas de criminalidade e sobre os cuidados na análise das informações oficiais sobre a criminalidade em Minas Gerais. No quarto e último capítulo, os dados coletados na pesquisa de vitimização foram organizados e apresentados para uma análise divididas em blocos, com o fito de identificar o comportamento da população, com vistas a analisar as informações e o aporte teórico. Na última parte da dissertação são encontradas as considerações finais que fazem apontamentos diversos sobre o completo objeto de estudo que é a criminalidade.

## 1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Uma das primeiras preocupações na estruturação do presente estudo foi identificar uma metodologia capaz de dispensar ao levantamento das informações o rigor que merecem. Com tal preocupação, procurou-se pensar no tamanho da amostra e no modo como a espacialização das entrevistas seria distribuída no espaço urbano da cidade de Montes Claros para que a amostra fosse representativa e conservasse as características do universo da pesquisa.

Para tanto, optou-se por uma amostragem probabilística aleatória simples e em número que fosse suficientemente significativa sob o aspecto metodológico. Pela extensão do instrumento utilizado para entrevista, cada um dos 271 estagiários ficou responsável por três entrevistas, perfazendo um total de 813 entrevistados. A margem de erro da pesquisa foi de 3,4% para mais ou para menos e foi calculada levando-se em consideração a seguinte fórmula:

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q}{E^2}$$

Onde:

n: é o tamanho da amostra (n=813);

z: é o escore da distribuição normal padrão. Para o nível de confiança adotado, 95%, z=1,96;

p: proporção de pessoas com perfil de exposição social propensas a serem vitimadas, 05,0;

q: complementar de p (sem perfil de exposição social), 0,05;

E: é a margem de erro.

$$813 = \frac{1,96^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5}{E^2} \Rightarrow E \cong 0,034 = 3,4\% ; \text{ para mais ou para menos}$$

O levantamento objeto da presente análise foi realizado no período compreendido entre os dias 05 e 30 de agosto de 2009. Quinze dias antes do início da pesquisa, foi divulgado, através da rádio universitária da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), uma *release* informativa (ANEXO I)

com objetivo de alertar a população sobre a pesquisa e sua importância. Este fato facilitou a pesquisa e apesar de não ser alvo de consulta, foi percebido pelos entrevistadores e socializado nas reuniões para equacionamento das dificuldades encontradas durante o período de realização da pesquisas.

A aplicação das entrevistas contou com a participação de alunos da referida universidade, sobretudo do Curso de Ciências Sociais e Geografia. Todavia, no ato da execução dos trabalhos, estes se identificaram como estagiários contratados por esta para realização de estudos sobre vitimização. Para ratificar esta informação, os entrevistadores possuíam um crachá identificando o vínculo ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, bem como de uma carta de apresentação explicitado os objetivos e a finalidade da pesquisa. Este procedimento foi necessário para minimizar a possibilidade de contaminação dos dados.

Como instrumento de coleta das informações utilizou-se do questionário previamente disponibilizado pela SENASP, para realização de pesquisa em outras cidades, possibilitando futuramente a comparação dos resultados coletados com outras pesquisas realizadas em cidades brasileiras (ANEXO II).

O instrumento está estruturado com as seguintes informações: identidade social, hábitos e práticas, vizinhança, sentimento de insegurança, avaliação da segurança pública, experiência com a polícia e vitimização criminal, contemplando furtos, roubos, estelionatos, acidentes, agressões, ameaças, ofensa sexual e discriminação.

Para as questões relacionadas à vitimização, os questionamentos foram direcionados para o período de 12 meses que antecederam à realização da pesquisa, ou seja, como a pesquisa foi aplicada no mês de agosto de 2009, considerou-se o período de agosto de 2008, a julho de 2009.

Essa delimitação temporal ocorreu como uma tentativa de evitar-se o esquecimento ou confusão dos entrevistados em relação a fatos ocorridos há mais de um ano.

Com o objetivo de respeitar-se uma distribuição proporcional das entrevistas pelos bairros da cidade, utilizou-se um critério baseado na idéia de áreas homogêneas. Tal raciocínio procurou identificar bairros, dentre vários

existentes em uma unidade territorial, cujas semelhanças internas fossem capazes de melhor representar as características existentes nessa área. Assim, privilegiou-se a territorialização da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG a qual divide a cidade em áreas que agrupam vários bairros. A metodologia de seleção buscou nessa divisão do espaço urbano identificar bairros para aplicação das entrevistas.

Estas preocupações justificam-se pela necessidade de se aproximar o resultado observado na pesquisa à realidade social de uma cidade em desenvolvimento e com profundas dicotomias socioeconômicas, como é o caso de Montes Claros.

Todavia, há que se reconhecer a limitação da reflexão ora proposta, uma vez que as regularidades identificadas não são suficientes, por si só, para explicarem ou mesmo justificarem as causas e desdobramentos das relações sociais.

A construção de uma estratégia metodológica para a pesquisa encontrou um obstáculo comum à maioria das cidades brasileiras no que se refere ao crescimento repentino e desordenado. Tal situação, diz respeito à inexistência de uma delimitação precisa dos bairros na cidade Montes Claros, por parte do poder público municipal, fato que constitui uma fraqueza na territorialização para efeito de planejamento.

Por este motivo, não se tomou como base de unidade territorial básica os setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, como é comum observar em pesquisas desta natureza. Isto aconteceu porque não existindo uma territorialização oficial de bairros em Montes Claros, o IBGE adotou um critério de regionalização própria, ou seja, delimitou uma área aleatória com aproximadamente 250 e 350 domicílios, correspondente à capacidade operativa de um recenseador em um período de trinta dias e nominou-a de setor censitário<sup>6</sup>. O problema é que a territorialização desse setor não coincide com os limites de bairros identificados pelo senso comum da população, nem mesmo com outras divisões utilizadas como base para

---

<sup>6</sup> Informação coletada através de entrevista com funcionário do IBGE em Montes Claros.

levantamentos oficiais como o da PMMG e da Prefeitura Municipal de Montes Claros.

Diante da opção de se trabalhar com informações sobre criminalidade e diante da semelhança entre as territorializações adotadas pelos órgãos acima citados, optou-se aqui tomar por base as subdivisões existentes nas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)<sup>7</sup>.

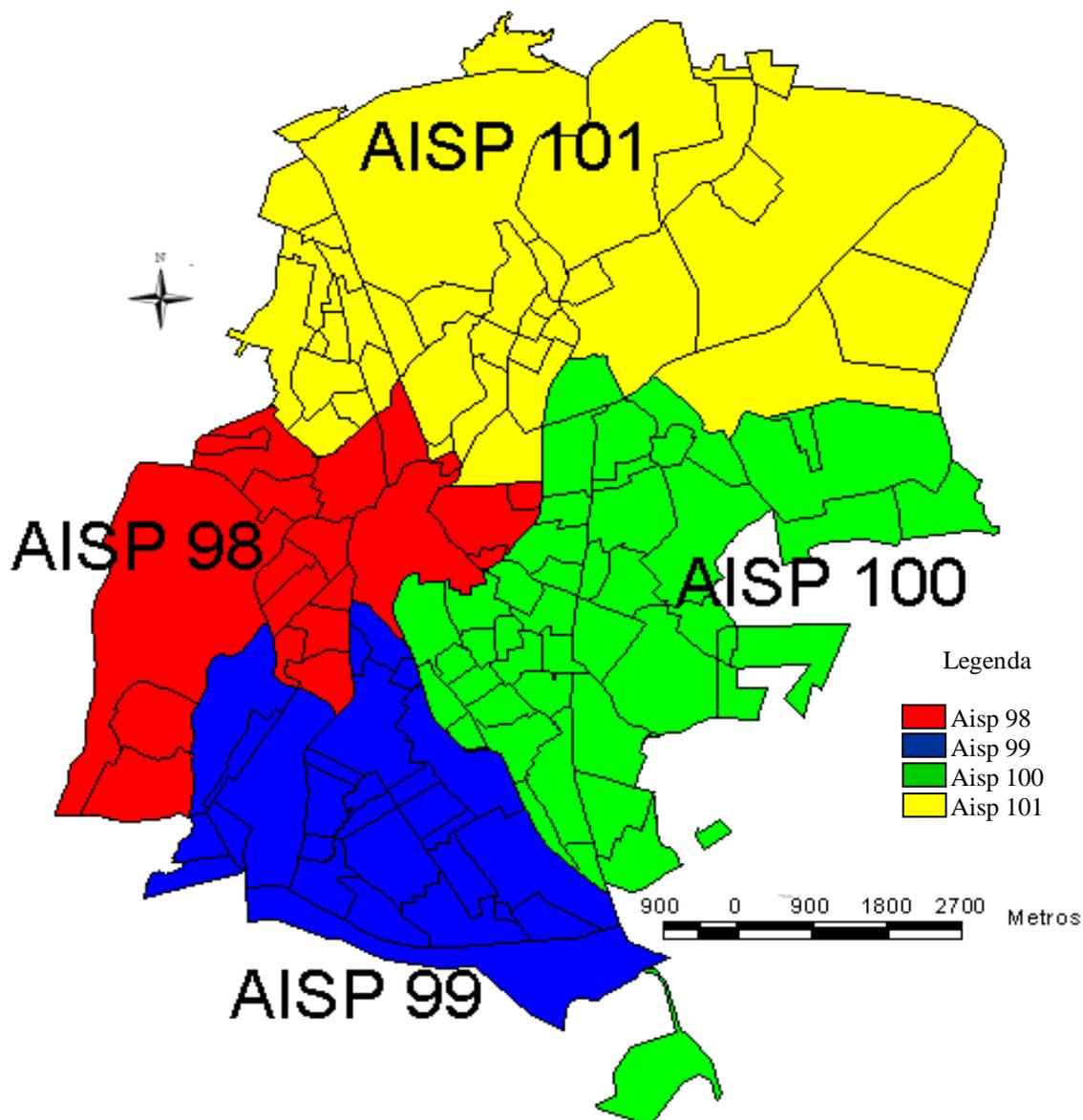
Para o planejamento policial, a cidade de Montes Claros é dividida em quatro AISP<sup>8</sup> (AISP 98, AISP 99, AISP 100 e AISP 101). Estas, por sua vez, estão subdivididas em 12 territórios menores, denominados pelotões, que estão ainda subdivididos em duas unidades menores (FIG. 1).

---

<sup>7</sup> O projeto Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp) em Minas Gerais faz parte da proposta de unificação das Polícias Civil e Militar e visa a sobreposição do espaço de atuação das duas instituições, compatibilizando, assim, não só os espaços organizacionais como também o planejamento operacional destas instituições (SAPORI E ANDRADE, 2008).

<sup>8</sup> As Áreas Integradas de Segurança Pública constituem uma porção da cidade representada por um conjunto "X" de bairros e que ficam sob responsabilidade de um grupo de policiais coordenados pela gestão administrativa de Delegados Por parte da Polícia Civil e por Oficiais por parte da Polícia Militar. Essa divisão política respeita as edificações e os acidentes geográficos (ruas, avenidas, linha férrea, corpos hídricos, etc).

FIGURA 01 – Territorialização das áreas integradas de Segurança Pública em Montes Claros/MG – Junho de 2009.



Fonte: Boletim Geral da Polícia Militar nº. 42 de 09 de Junho de 2009.

Para efeito do presente estudo, adotou-se os pelotões como unidade de análise, nas quais foram identificados os bairros contemplados para aplicação das entrevistas. Como cada pelotão é constituído por um número variado de bairros, dele foram extraídos como amostra aqueles que melhor representam as características de cada pelotão.

Operacionalmente, pode-se dizer que, que as áreas foram escolhidas tomando-se por base dois tipos de ocupação, a residencial e a comercial. Quando numa área se fundem ambas as características foram escolhidas

aquelas que melhor representam estes atributos, pela possibilidade de abarcar o contexto das características sociais plurais envolvidas.

O procedimento de seleção dos bairros pode ser exemplificado no QUADRO 1. Nele, os locais selecionados na AISP 98 estão em destaque, identificado os bairros onde foram aplicadas as entrevistas. São eles: Centro, São José, Melo, Cidade Santa Maria, Sagrada Família, Brasília, Todos os Santos, Vila Oliveira, Vila Mauricéia e Ibituruna.

Nas áreas onde, apesar da existência de semelhanças quanto ao tipo de ocupação, prevalecem a distinção socioeconômica foram selecionados mais de um bairro para contemplar diferentes classes sociais envolvidas. Ao analisar o sub-setor 06 no quadro abaixo, por exemplo, é possível notar que os três bairros selecionados têm características residenciais, porém possuem atributos socioeconômicos diferenciados (Vila Oliveira, Vila Mauricéia e Ibituruna).

QUADRO 1 - Distribuição dos bairros por áreas homogêneas em Montes Claros – MG, 2009.

AISP 98					
Pelotão 01		Pelotão 02		Pelotão 03	
Sub Setor 01	Sub Setor 02	Sub Setor 03	Sub Setor 04	Sub Setor 05	Sub Setor 06
Bairros	Bairros	Bairros	Bairros	Bairros	Bairros
<b>Centro</b>	João Gordo <b>São José</b> Roxo Verde Marciano Simões	<b>Melo</b> São Norberto São Luiz	<b>Cidade Sta Maria</b> Cândida Câmara Funcionários <b>Sagrada Família</b>	<b>Brasília</b> <b>Todos os Santos</b> Jardim Panorama	<b>Vila Oliveira</b> Panorama II <b>Vila Mauricéia</b> <b>Ibituruna</b> Jd Liberdade Monte Verde Jardim Europa

Fonte: Dados da Pesquisa de Vitimização, 2009.

Outro percalço encontrado na tentativa de manter o rigor metodológico foi distribuir as 813 entrevistas equitativamente para os bairros selecionados. Como o IBGE não faz seus levantamentos censitários com base na divisão extra-oficial (senso comum e territorialização, ainda não regulamentada na prefeitura) de bairros, não existem informações oficiais sobre a quantidade de habitantes nestas áreas. A solução pensada foi então utilizar um levantamento do Centro de Controle de Zoonoses do município de Montes

Claros, realizado em parceria com o Programa Saúde da Família em 2000. Estes órgãos públicos fizeram um levantamento populacional dos habitantes da cidade para efeito de planejamento de suas estratégias de ação.

Com base no levantamento anteriormente citado, as 813 entrevistas foram distribuídas respeitando-se a proporcionalidade do número de habitantes existentes em cada bairro. Em outras palavras, no bairro selecionado que possuísse 10% da população da cidade seria contemplado com 10% das entrevistas aplicadas.

Para identificar a quantidade dessas em cada lugar, aplicou-se uma regra de três simples, onde o número correspondeu ao percentual de habitantes daquela área em relação à população total analisada.

No caso do Centro, por exemplo, foram aplicadas 20 entrevistas, em função dos 5.807 habitantes, correspondentes a 2,49% da população total dos bairros selecionados. Vale ressaltar que a área da região central considerada pelo Centro de Controle de Zoonoses e pelo Programa Saúde da Família, não corresponde exclusivamente ao centro comercial da cidade, mas engloba vários arruamentos adjacentes que ao serem incorporados aumentam o número de residências e conseqüentemente a população considerada como residente no referido local.

Após a identificação do número de entrevistas que seriam aplicadas em cada bairro, procedeu-se ao sorteio entre as ruas existentes em cada um, com o objetivo de identificar aquelas que seriam contempladas pela aplicação. Este sorteio obedeceu ao critério de amostragem aleatória disponível no Microsoft Excel 2007.

Optou-se na pesquisa pela aplicação de apenas uma entrevista por rua, objetivando coletar as informações, respeitando a diversidade em relação aos aspectos socioeconômicos e culturais dos participantes.

Para escolha imparcial do domicílio foi utilizada uma outra ferramenta como sorteio. Diante do inconveniente de se cadastrar todas as residências de todas as ruas e depois proceder ao sorteio dessas, optou-se pela adoção de uma tabela de números aleatórios (BARBETA, 1994:314), de onde foram retirados os números das residências que seriam contempladas. Seguindo a tabela da esquerda para direita, os números foram organizados em colunas de dois, três e quatro algarismos que constituíram fonte de consulta seguida pelos

aplicadores (TAB. 1). Ao chegar à rua, o aplicador procurava pelo primeiro número 98 e em caso de inexistência tentava localizar o subsequente (86, em seguida 2.482, depois o 33 e assim sucessivamente) até encontrar um número que existisse.

TABELA 1 – Seqüência parcial da tabela de números aleatórios utilizados para seleção das residências de aplicação das entrevistas da pesquisa vitimização, 2009.

98	86	2482
33	185	1623
80	951	40
79	752	4914
18	633	3253
74	29	4390
54	718	4561
11	664	4988

Fonte: Barbeta, 1994: 314.

Nota: Elaboração própria.

O contato dos entrevistadores com os moradores nos domicílios, privilegiou abordagem a pessoas com 16 anos ou mais de idade, visto o entendimento que indivíduos a partir dessa idade estariam mais sujeitos à vitimização em razão da conquista de um comportamento social individualizado e independente no cotidiano, condição que o expõe potencialmente à condição de vítima.

Para os casos de morador não encontrado reiteradas vezes<sup>9</sup>, lotes vagos, pontos comerciais<sup>10</sup> e imóveis desocupados, padronizou-se como critério a escolha de outra residência seguindo a seqüência da tabela de números aleatórios.

Nos casos em que os moradores mesmo após a identificação dos entrevistadores com crachá e carta de apresentação, recusaram-se participar, houve contato pessoal do pesquisador que tentou convencê-los<sup>11</sup>. Persistindo a

<sup>9</sup> Os aplicadores foram orientados a procurar o morador por três vezes.

<sup>10</sup> Como a idéia da pesquisa era coletar informações das pessoas que residiam no bairro os pontos comerciais foram ignorados visto que representam, via de regra, local de trabalho e não de moradia.

<sup>11</sup> Houve doze casos. Em cinco os participantes preferiram manter a recusa. Nos demais, após mais argumentações sobre a importância da pesquisa eles participaram.

recusa, identificou-se outro domicílio. Nas ruas onde não foi encontrado nenhum dos números da seqüência aleatória optou-se pela escolha do domicílio de menor numeração existente<sup>12</sup>.

Após treinamento dos entrevistadores foram realizadas três reuniões coletivas, durante o período de aplicação das entrevistas, para estabelecimento de procedimento frente às situações imprevistas e compartilhamento das experiências vivenciadas.

Nestas reuniões, surgiram questões como a dificuldade de alguns entrevistados em compreender alguns termos utilizados como roubos, furtos e arrombamentos<sup>13</sup>; ocorrências de múltiplos domicílios para um mesmo endereço<sup>14</sup>; desconfiança dos entrevistados em relação às perguntas do primeiro e segundo blocos da entrevista<sup>15</sup>; desinteresse de alguns em participarem, mesmo depois de reiteradas visitas e disponibilidade de agendamento do melhor dia e horário para entrevista<sup>16</sup>; hostilidades aos entrevistadores em três locais (Eldorado, Conferência Cristo Rei e Chiquinho Guimarães) por serem confundidos com oficiais de justiça, funcionários da prefeitura e até mesmo com delinqüentes de grupos rivais<sup>17</sup>.

Outro fator relevante observado foi à resistência dos moradores nos bairros de classe econômica mais elevada. Nestes locais, a receptividade razoável ao entrevistador foi contraposta, em alguns casos, pela negação em

---

<sup>12</sup> Este procedimento foi adotado em duas ocasiões devido à baixíssima densidade de residências nas ruas sorteadas.

<sup>13</sup> Nestes casos os entrevistadores diferenciaram os termos para os entrevistados.

<sup>14</sup> Para este caso padronizou-se entrevistar o morador de maior tempo de residência.

<sup>15</sup> As perguntas do bloco de identificação social e sobre os hábitos e práticas dos entrevistados gerou receio nas respostas já que detalham renda e hábitos pessoais como períodos de permanência e ausência no domicílio. Em alguns casos mesmo insistindo nos esclarecimentos quanto aos objetivos das perguntas os participantes não responderam estas questões ou ficaram bastante desconfiados.

<sup>16</sup> Como o contato entre entrevistador e entrevistado pode ocorrer em dias e horários impróprios sob a perspectiva do entrevistado ficou estabelecido que em caso de indisponibilidade, o entrevistador se disponibilizaria a comparecer em outro dia e horário para realização da entrevista.

<sup>17</sup> Nestes locais os entrevistadores sentiram muita dificuldade em aplicar as entrevistas. No bairro Eldorado houve necessidade de realização de um novo sorteio de rua, uma vez que no beco sorteado inicialmente houve resistência e hostilidade de vários moradores. Na Conferência Cristo Rei foi feito contato com um morador que convidou os moradores das ruas e números contemplados a participar desta entrevista em outro local. No bairro Chiquinho Guimarães a Rua Dez também precisou ser substituída dada à intensidade e o tom ameaçador das de alguns dos moradores.

participar da pesquisa. Em outros, o proprietário tentava indicar um funcionário da residência para responder a entrevista<sup>18</sup>.

Nesse sentido, convém destacar que a pesquisa, na tentativa de representar o perfil da população analisada, depende da lembrança dos entrevistados em relatar os fatos que presenciaram e não considera fatos acontecidos com mais de dose meses de antecedência.

Após a aplicação das entrevistas, os dados foram tabulados no SPSS, onde foram agrupados e analisados. Os resultados serão apresentados no quarto capítulo, no qual trata da apresentação e discussão dos dados.

---

<sup>18</sup> Quando isso aconteceu os proprietários foram cientificados sobre a importância das respostas de alguém que residisse na casa, uma vez que algumas perguntas não poderiam ser respondidas por outras pessoas. Nos casos em que houve insistência por parte do morador para que se entrevistasse o funcionário da residência o domicílio foi substituído por outro na mesma rua de acordo com a seqüência de números aleatórios.

## 2 AMBIENTE DE OPORTUNIDADE E A CRIMINALIDADE

As análises explicativas das teorias criminais sobre o aumento das taxas de crimes encontram, atualmente, sustentabilidade nos processos de industrialização e urbanização. Os efeitos da industrialização no estímulo ao modo de vida urbano e a concentração de pessoas vivendo em espaços de elevada densidade, são apontados consensualmente como explicativos para o aumento da criminalidade, principalmente nos grandes centros urbanos.

Todavia, esta generalização não explica muitas questões, como: por que os crimes ocorrem mais em determinadas áreas do que em outras? Por que certos crimes são mais recorrentes? Por que as polícias não conseguem impedir que crimes aconteçam? Por que as políticas públicas de segurança não melhoraram o sentimento de insegurança da população? E por que as cidades, mesmo melhorando seus indicadores sociais, têm aumentado às taxas de criminalidade?

Refletir sobre estes questionamentos é pensar a complexidade multifacetada do fenômeno da criminalidade, e descobrir que existem inúmeras explicações para sua incidência. Assim, o presente estudo não tem a pretensão de encontrar uma verdade absoluta para estes questionamentos, mas recortar teoricamente explicações que auxiliem na formulação de hipóteses que permitam compreender a dinâmica da criminalidade a partir de observações empíricas sobre o assunto no contexto urbano brasileiro.

A literatura sociológica salienta que pesquisas promissoras na área da sociologia do crime, são aquelas que evitam o problema da motivação ou da razão pelas quais indivíduos transgressores praticam o crime, própria da escola positivista. Isso porque, estudos recentes sobre a criminalidade apontam para questões metodológicas que incapacitam as teorias sociológicas que tentam produzir conhecimento aplicável para a prevenção de crimes, baseando-se apenas na identificação das determinantes da criminalidade.

Os modelos que buscam a identificação dessas causas são considerados positivistas e ao trilharem esse caminho de identificação de condicionantes criminais procuram desqualificar algumas causas e motivações na expectativa de que existam outras univocamente verdadeiras.

No Brasil, a literatura a esse respeito direciona para a importância da elaboração de pesquisas que dêem visibilidade à reação social ao crime e ao desvio como objeto de análise (MAGALHÃES, 2004; BEATO, 1998; BEATO E REIS 1998; BEATO, PEIXOTO E ANDRADE 2004; MISSE 2006). A sugestão desses autores, é que a ênfase na análise da criminalidade seja a compreensão do processo social que resulta em uma conduta definida socialmente como criminosa e não nas tentativas de se explicar as causas e a origem para o comportamento criminoso.

Beato, Peixoto e Andrade ao se posicionarem sobre o assunto e criticarem a perspectiva da motivação para a criminalidade afirmam que:

[...] Na perspectiva criminológica tradicional, a ênfase na explicação da distribuição de crimes recai nos vários fatores que afetam a escolha por parte dos indivíduos, como predisposições pessoais, forças socializantes da família, dos pares e da escola, reforços proporcionados pela comunidade e, ainda, arranjos institucionais de diversas naturezas (BEATO, PEIXOTO E ANDRADE 2004).

Magalhães (2004:135), por sua vez, ressalta que “os estudos mais promissores na área da sociologia do crime são aqueles que evitam o problema da identificação das causas do comportamento criminoso”. E conclui dizendo que, para se evitar o problema, é necessário transformar a reação social à transgressão e a abordagem do comportamento social em objeto de estudo.

A crítica à sociologia positivista proposta pelo autor supra mencionado, desqualifica a ênfase na ação individual. Isto significa que, o problema conceitual da escola positivista é a rejeição da ação humana como resultado da escolha individual para o crime (WILSON, 1985 apud MAGALHÃES, 2004). Para explicar que o crime faz parte da escolha individual das pessoas e não de perspectivas estruturais, o autor utiliza o exemplo de que a frustração pelo desempenho escolar não pode determinar uma vida criminosa, visto que nem todos que apresentam esse fracasso optam pela prática de crimes. Tal comparação permite, ainda, refletir e refutar outra associação espúria já amadurecida na literatura sociológica brasileira, a que estabelece relação de causa e efeito entre o crime e pobreza (ADORNO, 1993; BEATO, 1998; COELHO, 1978; MISSE (2006); PAIXÃO, 1990; ZALUAR, 1985, 1999). Isto

porque, sustentado no mesmo raciocínio do desempenho escolar, a pobreza não é uma categoria que generaliza o crime, pois como a maior parte da população sobrevive com recursos parcos próximos à linha da pobreza, nesta condição ter-se-ia provavelmente um número muito maior de pessoas criminosas.

A utilização de explicações estruturadas em motivações socioeconômicas é ineficaz porque, neste caso a disponibilização de bens públicos e mais acesso a bens essenciais como alimentação, saúde, moradia, etc., melhorariam os indicadores sociais e conseqüentemente as taxas de criminalidade diminuiriam. Todavia, o que se tem observado nas pesquisas é exatamente o inverso. “O desenvolvimento social e econômico, ao contrário do que se imagina, pode se constituir num contexto mais propício ao crescimento das taxas de criminalidade, especialmente nas modalidades de crimes contra o patrimônio” (BEATO e REIS, 1998:10).

Para compreender algumas das teorias estruturais da criminalidade é necessário refletir sobre os trabalhos produzidos pela Escola de Chicago de Sociologia sobre o assunto. Esta escola surgiu na década de 1920 diante das profundas transformações sociais provocados pelo crescimento urbano da cidade de Chicago. Para Freitas (2004), a obra dos sociólogos dessa escola é caracterizada por três vertentes: 1) trabalho de campo e estudo empírico, 2) estudo das cidades (investigação de problemas relacionados à imigração, delinqüência, crime e problemas sociais) e 3) psicologia social. O autor acrescenta que uma contribuição significativa, foi à reunião e análise de dados estatísticos que evidenciavam o crime como produto social do urbanismo.

O agrupamento das informações sobre a criminalidade permitiu o rompimento com o pensamento clássico ao favorecer uma análise que não mais considerava apenas diferenças individuais na prática de delitos, mas sim a influência do ambiente.

Contribuições significativas a esse respeito foram produzidas pela Teoria Ecológica que partindo da idéia de que a criminalidade não era determinada pelas pessoas, mas sim pelo grupo social no qual pertencem, procurava entendê-lo a partir de um enfoque geográfico e de outro biológico (FREITAS, 2004). Em linhas gerais pode-se dizer que o enfoque geográfico diz respeito ao estudo da distribuição dos delitos nas diferentes áreas do espaço

urbano, enquanto o biológico trata das interações sociais estabelecidas nesse ambiente.

Em outras palavras, a Teoria Ecológica da década de 1920 preocupou-se com estudo da relação entre o organismo e o seu ambiente, e explicou o crime como resultado das áreas desorganizadas onde as pessoas viviam, e não em razão das pessoas que viviam naquela área.

Ao estabelecer uma comparação entre a vida vegetal na natureza e a organização social os autores dessa escola acreditavam que o comportamento dos indivíduos estariam atrelados ao meio físico e social.

A perspectiva ecológica considera que o comportamento humano é modelado pelas condições sociais presentes no meio físico e social, condição esta que limita o poder de escolha do indivíduo. As pessoas são vistas como conformistas, pois agem de acordo com os valores e normas do grupo. Portanto, diversamente da Escola Clássica, que privilegia o livre arbítrio individual, a ecologia humana, considera que a sociedade impõe limitações a este livre arbítrio (FREITAS, 2004: 68).

O autor argumenta ainda que, apesar das significativas contribuições desta escola para os estudos sobre a criminalidade, principalmente no que diz respeito à mudança do enfoque dos aspectos individuais para os sociológicos como determinantes para uma vida criminosa, a perspectiva funcionalista de que o estado teria que proteger o interesse da coletividade e que os valores são consensuais entre os indivíduos ignorava a diversidade sociocultural da heterogeneidade urbana e não permitia explicar algumas das motivações para opção ao desvio.

Um exemplo disso é a ausência de explicação para a origem da delinquência em áreas onde a criminalidade não é incisiva, ou ainda, tal raciocínio não explica por que determinadas áreas mesmo desorganizadas social e espacialmente apresentam baixa incidência de delitos.

Modificações significativas no estudo da criminalidade ocorreram na Inglaterra e nos EUA nas décadas de 70 e 80 e partiram daquela teoria. Segundo Freitas (2004), ocorreu uma mudança de foco na análise da criminalidade que deixou o infrator para se preocupar com a infração penal e com as observações estatísticas que disponibilizaram variáveis que

identificaram uma decisão racional na prática de crimes, tornando o determinismo socioambiental definitivamente comprometido.

Ao resgatar nos anos 70 e 80 algumas das proposições da Teoria Ecológica dos anos 1920, Terence Morris conduziu um estudo para demonstrar que o ambiente não é o único determinante na prática de crimes e que a área de residência do criminoso não correspondia necessariamente àquela onde este ocorria, ou seja, que os crimes eram motivados por outras razões que não o ambiente em que os indivíduos se encontram. Tecnicamente, isso significou um acréscimo de perspectivas na análise da criminalidade, que passou também a considerar a importância de fatores políticos e econômicos para a prática de crimes.

[...] Não é apenas a área que leva alguém a cometer crime e que “os processos ecológicos naturais de seleção e que se manifestam no ciclo de invasão-dominância-sucessão estão sujeitos a serem severamente modificados por políticas sociais” (MORRIS 1957, apud FREITAS, 2004:104).

As teorias desenvolvidas pela Escola de Chicago, em especial, a Teoria Ecológica, apesar de suas limitações, contribuíram paradigmaticamente para modificar a forma de se estudar a criminalidade. Várias foram às teorias que surgiram em desdobramentos aos postulados dessa escola norte americana.

Freitas (2004) destaca que dentre as principais perspectivas criminológicas influenciadas pela teoria ecológica e que consideram a variável espaço estão: a teoria estrutural-funcionalista do desvio e da anomia, a teoria da associação diferencial, as teorias culturais e sub-culturais, a teoria do aprendizado cultural, a teoria da prevenção do crime através do desenho ambiental e finalmente aquela que sustenta a discussão teórica deste trabalho nominada teoria do controle (QUADRO 02).

QUADRO 02 – Esquema das principais teorias influenciadas pela Escola de Chicago.

Teoria	Característica	Principais formuladores
<b>Estrutural-funcionalista do desvio e da anomia</b>	Entende o crime é um fenômeno social - procura identificar suas causas e sua relação com a estrutura da sociedade	Robert Merton
<b>Associação diferencial</b>	Entende que o crime independe do ambiente e das características psicológicas. A ação criminosa é aprendida pela comunicação entre os indivíduos	Edwin Sutherland
<b>Culturais e subculturais</b>	A conduta desviante é vista pela rotulação dos grupos (interacionismo simbólico)	Howard Becker, Edwin Lemert, Kai Erikson, John Kituse e David Matza
<b>Aprendizado cultural</b>	Reconhece que a ação criminosa pode ser aprendida com a comunicação. Mas também acredita que ela pode ocorrer apenas com interações diretas do meio	Ronald Akers
<b>Prevenção de crimes através do desenho ambiental</b>	Entende que o desenho arquitetônico de prédios e áreas públicas previne a ocorrência de crimes. Trabalharam conceitos como espaço defensável, sentimento de territorialidade, autopolicamento	Jane Jacobs, C. Ray Jeffery, Oscar Newman
<b>Controle</b>	Entende que qualquer pessoa é um criminoso em potencial, sendo o ambiente de oportunidade um incentivador para a prática de crimes. As formas de controle é que podem evitá-lo.	Lawrence Cohen e Marcus Felson, Ronald Clarke e Derek Cornish, James Q. Wilson e George L. Kelling, Richard Herrnstein

Fonte: Freitas (2004)

Nota: Elaboração própria.

O Quadro 02 sintetiza as principais características sobre cada uma destas teorias indicando seus idealizadores. Veja que a teoria do controle, ao entender que qualquer pessoa está propensa ao cometimento de crimes, estuda de que forma a relação entre as pessoas, através de seus agentes de socialização (escolas, família, região, controle do estado) mantém seu comportamento dentro das normas sociais.

De modo complementar, Freitas (2004) explica que a teoria do controle não representa uma única tese para estudo da criminalidade, mas sim um

conjunto de estudos que rompem com a tradição positivista, seguindo reflexões produzidas pela teoria ecológica, e rejeitando as justificativas pautadas pelo determinismo causal e de caráter ideológico. Dentre as principais teorias do controle podem ser mencionadas: Abordagens das Atividades Rotineiras, Prevenção Situacional, Escolha Racional, Janelas Quebradas e a do Crime e Natureza Humana.

A teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras desenvolvida por Cohen e Felson (1979), formula uma explicação do fenômeno criminoso a partir de um contexto de oportunidades que favorecem à sua ocorrência. Em síntese, a exposição, proximidade e as práticas sociais dos envolvidos no processo de agressão/vitimização estão relacionadas ao ambiente de oportunidades produzido pelo comportamento dos indivíduos em um determinado local.

Magalhães ao exemplificar esse ambiente de oportunidades salientando as benesses da vida em sociedades contemporâneas, afirma:

A disseminação de objetos portáteis, de armas e de automóveis pode facilitar a atividade de criminosos. O aumento da participação das mulheres fora de casa pode fazer com que as residências fiquem desprotegidas grande parte do dia (MAGALHÃES, 2004:129).

Para essa teoria, a ocorrência do crime como comportamento predatório, está basicamente associada a um ambiente ou contexto de oportunidades que pressupõe a convergência no tempo e espaço de uma combinação de três elementos sobre os quais se discorrerá a seguir, quais sejam, *ofensor motivado, alvo disponível, e ausência de guardiães* – FIG. 03 (COHEN E FELSON, 1979). Por ofensor motivado, podem-se entender aqueles indivíduos que, por algum motivo, estão dispostos a cometer crimes. O alvo disponível pode ser pessoas ou objetos, que disponíveis no tempo e no espaço estão suscetíveis a prática da ação delituosa. E o terceiro elemento, os guardiães, pode ser a presença de profissionais ou tecnologia de segurança desde que sejam capazes de prevenir violações.

FIGURA 02 – Modelo esquemático do contexto de oportunidades que favorecem o comportamento delituoso segundo a teoria da Abordagem das Atividades Rotineiras (COHEN e FELSON, 1979).



Fonte: Elaboração própria

Para os autores dessa teoria a ausência de um desses elementos frustraria a ação delituosa. Por outro lado, a instabilidade na disponibilidade numérica de alvos disponíveis e de ofensores motivados não influenciaria a prática do crime, visto que o fator determinante seria o comportamento dos indivíduos que favoreceriam o ambiente de oportunidades necessárias à prática de crimes.

Mesmo se a proporção dos ofensores motivados ou de alvos apropriados se mantém instável na comunidade, mudanças nas atividades rotineiras podem alterar a probabilidade de sua convergência no tempo e no espaço, criando, portanto, maiores oportunidades de ocorrência do crime (MAGALHÃES, 2004:129).

Claro que, diante da evolução tecnológica, experimentada pela sociedade para determinadas modalidades criminosas, como por exemplo, a extorsão, não se percebe a necessidade de convergência desses elementos no tempo e no espaço, sendo, portanto, relativizada, haja vista que os crimes

praticados pela internet, por exemplo, não necessitam de convergência no tempo e admitem como espaço não só o físico, mas, sobretudo o virtual, pois a rede mundial de computadores pode ser o espaço em que esses elementos se convergem para a prática de alguns crimes.

Entretanto, para os crimes analisados no presente estudo a convergência dos elementos permanece inalterada, já que este leva em conta o espaço físico como ambiente do cometimento de delitos e o encontro real entre vítimas e agressores, ou entre agressores e alvos.

Ao desenvolver a teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras, Cohen e Felson (1979), perceberam que era necessário ouvir quem mais era atingido pelo crime, ou seja, a vítima. Assim, eles perceberam que estudos sobre vitimização poderiam contribuir também com a própria política criminal por revelar aspectos importantes sobre a criminalidade e possibilitar a identificação e o diagnóstico de circunstâncias sociais independentes, mas que reunidas podem favorecer ou criar um ambiente propício às práticas criminosas.

Ao analisar o ambiente de oportunidades para o crime, a teoria conserva o elemento da motivação individual como sendo um dos motivos para a causa dos crimes, entretanto ela não tenta explicar tal elemento, deixando-o em aberto, já que essa explicação poderia ser multicausal e/ou de múltiplas possibilidades. A Teoria das Atividades Rotineiras constata, com isso, que apenas a motivação não é suficiente para se explicar o fenômeno complexo que é o crime e talvez esta seja a mais difícil das causas da criminalidade a ser explicada, seja pela complexidade e individualidade de cada agente, seja pela multiplicidade de motivações que cada indivíduo possa ter para o cometimento deste.

Assim, a referida teoria analisa não apenas a motivação do criminoso, mas a convergência de fatores que proporcionem oportunidades para o cometimento de crimes.

Sobre as oportunidades, elas ligam-se à disponibilidade de alvos que sejam o pólo passivo da ação criminosa, bem como à ausência de agente repressor ou que impeça a prática de crimes ou gerar uma situação de que a conduta criminosa não ofereça a vantagem pretendida pelo agente.

Além da mudança de foco no estudo do objeto, outra inovação da teoria foi conferir valor às estatísticas acerca da criminalidade, antes, destituídos de qualquer conhecimento relacional, tais dados eram produzidos pela sociedade e permaneciam subutilizados, visto que não se estabelecia nenhuma correlação entre eles. A metodologia aplicada à teoria viabilizou maior rigor e utilidade dos dados, uma vez que foram cruzados a fim de fornecer informações sobre características da cena e dos sujeitos passivos, o que se revelou muito importante para a identificação de padrões de ocorrência de determinadas modalidades delituosas e para identificação de circunstâncias isoladas e independentes, mas que quando reunidas têm o condão de tornar mais propensa a incidência da ação criminosa.

Zauberman (2008) enriquece o discurso ao afirmar, em trabalho sobre as pesquisas de vitimização na França, que este tipo de pesquisa apresenta um alcance muito maior do que apenas a mensuração das discrepâncias entre o que é oficialmente registrado pelas intuições de controle social e os fatores realmente sofridos pelas vítimas. Acrescente-se a isso a possibilidade de avaliar a relação vítima e instituições de segurança pública, sua sociabilidade, estilo de vida, confiança nos vizinhos, e a política de registro oficial das instituições, que será tratada no próximo capítulo.

Observar que existe uma distância entre os dados registrados e os resultados de uma pesquisa é uma evidência banal. Mas justamente, um dos interesses principais da pesquisa de vitimização é a possibilidade de se obter a variável intermediária entre as vitimizações – entre a delinquência, se assim o quisermos – e o registro policial (ZAUBERMAN, 2008:73).

Miranda (2008) ao falar sobre a contribuição das pesquisas de vitimização distingue três contribuições principais para sua realização, quais sejam: levantar informações sobre os problemas que levam ou não a população a procurar a polícia e outros órgãos (subnotificação); o dimensionamento do sentimento de insegurança, analisando as possibilidades da relação vítima/autor e suas consequências e por fim a identificação do perfil das prováveis vítimas de crimes.

Ao basear-se em estudos sobre vitimização, a teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras revelou como ponto central para a ocorrência de

crimes: a influência direta das chamadas atividades rotineiras desenvolvidas pelos indivíduos (consistentes em trabalho e lazer e diretamente ligadas ao estilo de vida dos indivíduos) como fatores capazes de fornecer maiores ou menores probabilidades de um indivíduo tornar-se vítima de determinados crimes.

Assim, diante de um determinismo social estabelecido pelas chamadas atividades rotineiras, é possível identificar circunstâncias sociais que, inexoravelmente culminarão numa maior propensão de um indivíduo ser ou não vítima de crimes.

O que se pode fazer diante de tal realidade, é direcionar a atuação das políticas públicas que, preventivamente, podem evitar a convergência dos elementos comportamentais que fazem o elo ambiente adequado, indivíduos motivados e vítimas disponíveis.

Ainda que estudos dessa natureza não forneçam uma fórmula infalível para o crime, na qual sempre poderia ser evitada, permitem, com algum nível de segurança, subsidiar a elaboração de políticas capazes de reduzir as taxas de criminalidade, aumentando a proteção social contra as condutas criminosas e diminuindo o sentimento de insegurança.

No Brasil, as informações mais utilizadas para o estudo da criminalidade violenta advêm de duas fontes oficiais: as estatísticas da polícia e da saúde. Tais fontes são fundamentais no desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas públicas e projetam de modo coerente, as taxas nas áreas da violência, embora possuam distorções e sejam consideradas incompletas (MIRANDA, 2008:87).

Os estudos de vitimização, complementares aos dados oficiais, são recente no contexto brasileiro. Miranda (2008) completa que entre 1988 e 2006 foram realizadas cerca de 23 (vinte e três) pesquisas de vitimização em todo o território brasileiro. Dessas, poucas podem ser compradas, devido à falta de uniformidade na metodologia e nos processos de coleta de dados, o que dificulta a elaboração de análises comparativas pela consistência dos dados.

Apesar de recente a reflexão sobre o assunto e da dificuldade inicial apontada por Soares, Borges e Campagnac (2008) no Desenvolvimento de uma Metodologia de Aplicação de Pesquisa Piloto de Vitimização, o reconhecimento deste tipo de pesquisa no país é observado em trabalhos

como os de Magalhães, 2004; Beato, 1998; Beato e Reis 1998; Beato, Peixoto e Andrade 2004; Miranda (2008); Misse 2006; Zauberman, 2008.

Beato e Reis (1998), por exemplo, num trabalho sobre Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime em Minas Gerais, salientam a importância das pesquisas de vitimização e afirmam que distintamente do imaginário popular, as taxas de crimes, em especial delitos contra o patrimônio, têm apresentados maior crescimento em contextos onde o desenvolvimento social e econômico são evidentes. Beato (1998) diz que a riqueza é a variável a ser relacionada com a criminalidade e não a pobreza.

Isso significa que as reflexões e alternativas mais recorrentes de enfrentamento do problema da criminalidade que associa a melhoria de indicadores sociais à diminuição das taxas de crimes está comprometida.

Neste contexto, a pergunta do início deste capítulo continua a indagar aos interessados no assunto - Por que as cidades mesmo melhorando seus indicadores sociais têm aumentado as taxas de criminalidade?

Beato e Reis (1998) ao analisar o contexto das regiões e cidades mais desenvolvidas do Estado de Minas Gerais concluem que estas áreas disponibilizam fatores necessários à criminalidade nos termos da teoria das oportunidades: riquezas disponíveis, mecanismos de controle e vigilância enfraquecidos e um maior número de ofensores motivados.

Os autores pontuam que não há uma desqualificação dos fatores socioeconômicos como motivação individual para o cometimento de delitos, mas que a motivação econômica é apenas um dos elementos na construção social do crime. Isso significa que, sua análise isolada favorece o fomento de políticas públicas perversas que reproduzem a marginalização social e os preconceitos étnicos.

É claro que o balizamento feito por estes autores, sobre o conceito de desenvolvimento sustentado na idéia de indicadores sociais é limitado e insuficiente para desqualificar a importância desta questão nas políticas preventivas de segurança pública. O entendimento e a reflexão do termo desenvolvimento não devem ainda ser considerados apenas em sua vertente econômica, mas principalmente em sua vertente social, ou seja, naquela que garanta aos indivíduos o acesso a bens essenciais que garantam o exercício de uma vida digna.

Ao optar pela proposta de estudo da criminalidade considerando a teoria das Abordagens das Atividades Rotineiras, o uso das pesquisas de vitimização subsidia a elaboração de políticas capazes de tratar os iguais com isonomia e os desiguais com a distinção necessária, atentando-se para as desigualdades socioeconômicas que podem influenciar para a propensão à vitimização.

### 3 CRIMINALIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na literatura brasileira sobre criminalidade, são comuns associações que ligam o crescimento do comportamento anti-social a fatores como industrialização, urbanização e ao modelo de desenvolvimento econômico adotado. Ao associar criminalidade ao modelo de desenvolvimento em curso, alguns autores direcionam a análise sobre o aumento da criminalidade na América Latina sob a influência de três grupos de causas: desemprego juvenil, baixa educação e deterioração familiar.

Para esses autores, as causas da criminalidade derivam do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países latino-americanos, que favorece a construção de um quadro de exclusão e deterioração da instituição familiar, o qual privilegia o surgimento de situações de conflito social. É esse quadro de desigualdades sociais que favorece a prática de ações delituosas, aumentando a violência na medida em que a convivência da pobreza com as privações agudas e as amplas brechas na sociedade cria um clima social contrastante e conflituoso (BEATO, 1998; BEATO E REIS, 1998; KLIKSBURG, 2001; PERALVA, 2000; SEN, 2000).

Nessa perspectiva, o modo de vida urbano brasileiro reuniu, em um mesmo cenário, grupos com identidades e culturas distintas, tornando a convivência urbana complexa e conflitante sob a ótica da padronização de um comportamento socialmente aceitável. O crescimento do sentimento de insegurança no Brasil deriva do intenso e repentino processo de urbanização, que veio impulsionado pela industrialização e modernização de algumas regiões do país, criando ambiente propenso para o cometimento dos crimes.

Pode-se dizer que o processo de modernização brasileiro apresentou em sua história um rápido e repentino crescimento econômico de algumas regiões do país. Esse processo estimulou a expansão urbana que ocorreu de modo descontrolado por intermédio de invasões e ocupações de áreas sem infra-estrutura adequada e sem a presença do poder público, seja na disponibilização de serviços ou equipamentos.

O processo de urbanização que chega a ser apontado como fator de favorecimento ao crime, corresponde, na verdade, a uma das etapas do

processo de modernização, como colocada por Bendix, ao explicar o uso que as ciências sociais faz do conceito de modernização: “um conjunto de mudanças sociais e políticas que acompanharam a industrialização ocidental e a construção de Estado de bem-estar moderno” (BENDIX, 1996:39;40).

A modernização da sociedade brasileira, caracterizada pelo conjunto de mudanças sociais e políticas das suas instituições, pelo processo de transição entre o rural e o urbano e a implementação de uma industrialização de base sólida, se intensificou entre as décadas de 1950 e 1970, produzindo grandes mudanças na infra-estrutura nacional. Todavia, o crescimento econômico aparente na transição rural agrário para o urbano industrial produziu poucos avanços na melhoria de indicadores sociais relacionados ao desemprego, pobreza, desigualdade, renda, alfabetização, saúde, fome, criminalidade.

Nesse sentido, assevera Wirth

As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo (WIRTH, 1979:90-91).

A cidade para o autor supracitado é vista como um instrumento controlador do modo de vida da população, uma vez que a concentração populacional constrói gradativamente o processo de urbanização. Isso significa que os indivíduos saem de um ambiente rural e transferem-se para o ambiente urbano de menor controle social informal. Entretanto, isso acontece porque no ambiente rural as relações são primárias e a proximidade entre as pessoas influencia uma relação de maior coesão social, ao passo que nas cidades alguns fatores contribuem para o enfraquecimento dos mecanismos informais<sup>19</sup> de controle, diminuindo a coesão e o anonimato, servindo como estímulo à prática de delitos.

---

<sup>19</sup> Escola, religião e família podem ser aqui apontadas como mecanismos informais de controle social.

Por esse raciocínio, o anonimato constitui um ingrediente favorável à ocorrência de crimes, pois a dificuldade de identificar os indivíduos em comportamento transgressor e a incapacidade do sistema de defesa social em punir os infratores estimula a prática de novos delitos na medida em que o criminoso obtém a vantagem do crime com o “bônus” da impunidade.

Numa outra linha de análise, Peralva (2000) ao desenvolver estudo sobre a violência e a democracia no Brasil afirma que a violência e o aumento do número de crimes começaram a crescer no país na década de 1970, e que na década de 1980 “(...) acelerou-se o crescimento das taxas de homicídios, alcançando patamares até então desconhecidos, combinando-se a outras formas de violência múltiplas e fragmentárias”.

Para a autora a explicação para o crescimento da violência está estruturada em quatro pilares: o “autoritarismo socialmente implantado”, vinculado ao emprego de métodos violentos pela política; a “desorganização das instituições”, principalmente da polícia, que é beneficiada pela cobertura institucional; a “pobreza” justificada pela geografia das mortes violentas na periferia, pela localização suburbana das intervenções policiais, pelo perfil da população carcerária; e, como último pilar, a “mudança social” onde as transformações no mundo do trabalho em tempos de crise econômica e o enfraquecimento das relações de vizinhança, como as migrações, constituem os principais argumentos explicativos ao enfraquecimento das relações sociais e para o aumento da criminalidade e da violência a ela associada.

A criminalidade, analisada sob essa ótica, permite perceber a violência social institucionalmente construída. É social porque por ser reproduzida pelas relações de poder, na estratificação de classes e no princípio da acumulação. Revela-se institucionalmente construída porque o Estado, ao intervir, não consegue ser imparcial direcionando, assim, suas práticas ao atendimento dos interesses do poder.

Outro estudo que analisa a relação dos fatores econômicos com a ocorrência de delitos é o de Beato (1998). Para o autor, o crime e a criminalidade estão relacionados com a riqueza e não com a pobreza. Os dados da pesquisa demonstram a coincidência existente entre as elevadas taxas de crimes violentos registrados e as cidades com bons indicadores de desenvolvimento em Minas Gerais.

Essa mesma observação foi feita por Cohen e Felson, em pesquisa sobre como a mudança no padrão de comportamento social influencia diretamente na evolução das taxas de criminalidade. Os autores supracitados classificaram como irônica a ocorrência de crimes em contextos onde, em tese, as oportunidades estão mais disponíveis, tornando o crime como um subproduto da liberdade, ou seja, em contextos nos quais há mais oportunidades de usufruir dos benefícios da vida, ampliam-se também as possibilidades de vitimização.

It is ironic that the very factors which increase the opportunity to enjoy the benefits of life also may increase the opportunity for predatory violations. For example, automobiles provide freedom of movement to offenders as well as average citizens and offer vulnerable targets for theft. College enrollment, female labor force participation, urbanization, suburbanization, vacations and new electronic durables provide various opportunities to escape the confines of the household while they increase the risk of predatory victimization. Indeed, the opportunity for predatory crime appears to be enmeshed in the opportunity structure for legitimate activities to such an extent that it might be very difficult to root out substantial amounts of crime without modifying much of our way of life. Rather than assuming that predatory crime is simply an indicator of social breakdown, one may take it as a byproduct of freedom and prosperity as they manifest themselves in the routine activities of everyday life (Cohen e Felson, 1979).

As observações feitas por Beato (1998) em Minas Gerais levaram em consideração as informações sobre a criminalidade violenta registrada nos municípios do Estado em 1991. Metodologicamente, 756 municípios mineiros foram ordenados de forma decrescente de crimes violentos registrados pela Polícia Militar. Os dez municípios com mais registros de crimes violentos, em termos absolutos, foram: Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares, Uberaba, Betim, Teófilo Otoni, Sete Lagoas e Ribeirão das Neves. Nas palavras do pesquisador, destes, quatro fazem parte da região metropolitana de Belo Horizonte, duas estão no Triângulo Mineiro e as demais são importantes centros de referência em suas regiões, destacando-se, que a criminalidade está junto aos municípios prósperos e não àqueles em que a pobreza é característica determinante.

Ao associar as informações fornecidas pelo estudo de Beato (1998) sobre os crimes violentos com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>20</sup>, é possível observar empiricamente que os municípios com maior IDH apresentam uma maior criminalidade, corroborando não só a idéia do autor, como também os apontamentos da literatura internacional de Cohen e Felson (1979), que são anteriores e já apontavam a coincidência entre bons indicadores de desenvolvimento e oportunidades para o surgimento de crimes, conforme se pode ver da TAB 01.

TABELA 02 - Municípios com maior número absoluto de registros de crimes violentos em Minas Gerais em 1991.

Município	Crimes violentos	Taxa de crimes violentos *	IDH 1991**
Belo Horizonte	4045	2,00	0,791
Uberlândia	713	1,94	0,778
Juiz de Fora	1007	2,60	0,769
Uberaba	463	2,22	0,763
Sete Lagoas	262	1,82	0,739
Contagem	1029	2,29	0,73
Governador Valadares	531	2,30	0,717
Betim	382	2,23	0,695
Ribeirão das Neves	252	1,75	0,674
Teófilo Otoni	349	2,68	0,651

Fonte: Beato (1998)

\* As taxas de crimes violentos foram calculadas tomando-se por base o número de crimes violentos registrados no município, multiplicado pelo coeficiente de variação (1000) dividido pela população do município.

\*\* Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil.

Nota: Elaboração própria.

Todos os dez municípios selecionados estavam enquadrados como IDH médio, segundo classificação da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1991. Isso reforça o argumento colocado por Beato de que a riqueza é a correlação a ser estabelecida com o crime, e não a pobreza como se poderia pensar num primeiro momento.

Ao contrário do proposto em pilhas de produção intelectual e pesquisa sistemática, a correlação a ser estabelecida para a explicação do crime não é com pobreza, mas com riqueza. Isto porque a prosperidade termina por ensejar um incremento nas oportunidades para a ação criminosa, na medida que fornecem alvos

<sup>20</sup> Inserir nota explicativa sobre o IDH.

viáveis e compensadores, bem como dificultam os mecanismos tradicionais de controle social e vigilância (BEATO, 1998:8).

De fato, o que se traz à discussão é a influência que as privações suportadas pelos indivíduos têm no crescimento da criminalidade, visto que não é a pobreza em si que tem determinado maiores ou menores indicadores de criminalidade e sim as desigualdades sociais que colocam, num mesmo cenário, indivíduos com melhores condições de escolhas que outros. É nessa perspectiva de análise que a contribuição de Cohen e Felson (1979) é expressiva, pois chamam à atenção para a ocorrência do fenômeno da criminalidade em contextos de exposição, principalmente onde as desigualdades são latentes.

Talvez, por esse motivo, a criminalidade, vista pela ótica das privações relativas, reforçam a importância do desenvolvimento materializado em ações que procurem minimizar os reflexos das desigualdades no acesso a direitos sociais e econômicos.

O conceito do termo desenvolvimento é recente na história da humanidade, uma vez que ganhou significância após a II Guerra Mundial. As primeiras discussões e reflexões tratam o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, acreditando que este seria alcançado por intermédio da melhoria dos indicadores econômicos. Todavia, os contrastes observados nos países desenvolvidos relacionados às desigualdades sociais, exclusão e pobreza mostram que os bons indicadores econômicos não eram suficientes para alcançar o desenvolvimento e satisfazer as necessidades de uma população.

A evolução deste conceito fez surgir várias definições que permitem inferir o quão complexo e polissêmico é este termo. Veiga (2006), por exemplo, ao defini-lo salienta significados que podem ser apresentados em três vertentes. A primeira, simplória, considera desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos; ou seja, ligados a indicadores econômicos tradicionais (Produto Interno Bruto – PIB, Produto Nacional Bruto - PNB, renda Per Capita, etc). Considerando essa vertente Sachs (2004:26) diz que o desenvolvimento ocorreria naturalmente pelo crescimento econômico em razão

do chamado de *efeito cascata*, ou seja, da distribuição dos benefícios do crescimento.

A segunda afirma que o desenvolvimento não passa de uma ilusão ou mito e que é praticamente impossível para um país conseguir, através do acúmulo de riqueza, inserir-se ao núcleo orgânico do capitalismo. Isto faz com que as receitas geradas pelos incipientes preços de produtos com baixo valor agregado sejam insuficientes para criação de empregos e satisfação das necessidades da população. Para essa corrente, o desenvolvimento é uma “armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas” (SACHS, 2004: 26).

A terceira e mais ousada concepção possui caráter menos conformista, sendo caracterizada pelo *caminho do meio*. Não obstante, a ideologia desse caminho alternativo já ter sido mencionada por Furtado na década de 1960, mas é apenas no início da década de 1990 que esta corrente ganha força, especialmente, após a segunda metade dessa década, na figura de Amartya Sen,<sup>21</sup> que atribui o desenvolvimento à existência das liberdades substantivas<sup>22</sup>. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades dos indivíduos.

Nas palavras do autor,

O desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais argumentasse aqui, é constitutiva do desenvolvimento (SEN, 2000:10).

As reflexões da década de 1990, pautadas no desenvolvimento humano, passaram a ser consideradas prioritárias, envolvendo cada vez mais a preocupação com a qualidade de vida e com a questão ambiental. A questão

---

<sup>21</sup> Economista Indiano membro da presidência do Banco Mundial que em 1998 recebeu o prêmio Nobel de Economia.

<sup>22</sup> As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como evitar privações relativas à fome, subnutrição, morbidez evitável e morte prematura. Também estão ligadas às liberdades associadas como saber ler e escrever, participação política e liberdade de expressão, etc. (SEN, 2000).

da(s) sustentabilidade(s) surge como grande desafio do século XXI. Para Veiga (2006), intensificam-se os pensamentos preservacionistas, visto que não é possível substituir recursos naturais por capital, logo é preciso preservar.

Amplas discussões giram em torno de uma (re) análise dos impactos sobre o desenvolvimento e das formas de acumulação de capital. Considera-se que junto com os capitais “tradicionais” – o capital natural de uma sociedade, formado por sua dotação de recursos naturais, e o capital construído, formado pelo que se produziu (infra-estrutura, capital comercial, capital financeiro etc.) – devem ser consideradas outras duas modalidades de capital: o capital humano e o capital social. O primeiro refere-se à qualidade dos recursos humanos, e o segundo, com elementos qualitativos, como valores partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade. Formar capital humano implica investir, sistemática e continuamente, em áreas como educação, saúde e nutrição, entre outras áreas essenciais. Por outro lado, para fortalecer o capital social é necessário estimular as relações sociais facilitando as interações entre os indivíduos de modo a aumentar a relação de confiança e comprometimento entre eles.

Um importante estudo que corrobora com a importância do exercício do civismo entre os indivíduos é a análise comparativa de Robert Putnam (1996) sobre o desenvolvimento político das regiões da Itália, que estabeleceu uma conexão entre o grau de civismo de uma comunidade e a qualidade de sua governança. Para o autor, a raiz do maior desenvolvimento do Norte italiano encontra-se nas organizações que datam de quase mil anos atrás, como os coros de Igreja e as sociedades de ajuda mútua baseadas no associativismo horizontal e com alto grau de participação cívica. O capital social refere-se ao conjunto de normas de confiança mútua, às redes de cooperação, aos mecanismos de sanção e às regras de comportamento que podem melhorar a eficácia da sociedade na solução de problemas que exigem a ação coletiva. O capital social seria, pois, um bem público, um verdadeiro subproduto de outras atividades sociais, fundado em redes horizontais e nas relações de confiança. O fortalecimento deste através da participação da comunidade pode ser alcançado, segundo Sen (2000), pela eliminação das privações, garantido aos indivíduos a satisfação de suas necessidades essenciais.

Sen (2000) explica que a resolução de problemas sociais, como a pobreza ou a mortalidade infantil, pode ser obtida por dois tipos de processos distintos, os mediados pelo crescimento e os mediados pelo custeio público, deixando claro que os processos mediados pelo custeio público não são incompatíveis com países pobres. Entretanto, quanto à pobreza, o autor muda completamente o enfoque do seu combate ao trazer uma original discussão em que o problema passa a ser visto como privação de capacidades básicas e não apenas como baixo nível de renda. Modificando o entendimento da natureza e das causas da pobreza e da privação, o foco da atenção passa dos meios para os fins que as pessoas buscam e as liberdades que podem alcançar.

Este alerta para a necessidade de diferenciação dos dois papéis da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo refere-se às liberdades substantivas, que incluem capacidades elementares como ter condições de evitar privações, ter participação política e liberdade de expressão. E o papel instrumental que diz respeito à liberdade global que as pessoas têm de viver do modo como desejarem.

De acordo com Sen (2000) o desenvolvimento é visto como um processo natural e, para medi-lo, deve-se saber se as pessoas estão tendo uma vida longa e saudável, se são letradas, se tem recursos para desfrutarem de uma vida digna, se participam da comunidade. Estar fora do mercado de trabalho é estar desprovido de liberdade. Não se sentir seguro na rua é estar desprovido de liberdade. Pode-se perceber que não há outro conceito no pensamento moderno que influencie tanto as formas de pensar e os comportamentos humanos como o desenvolvimento; assim como não há outro conceito tão frágil e incapaz de dar significado e sustentação ao pensamento e ao comportamento. (SACHS, 2000).

Neste contexto de liberdade e segurança como fatores consideráveis para o desenvolvimento, torna-se estreita a relação entre desenvolvimento e criminalidade. A esse respeito, Castel (2006:63) aponta que o cerne da questão social é o conflito que opõe grupos sociais homogêneos em luta pela repartição dos benefícios do crescimento.

Beato (1998), Beato e Reis (1998) e Beato, Andrade e Peixoto (2004) contrapõem o senso comum ao afirmar que a melhoria dos indicadores

sociais, aclamados em debates como necessários nas discussões sobre o desenvolvimento são acompanhados pela sensível acessão dos indicadores de criminalidade. Talvez esse seja um indicativo de que o modelo político de desenvolvimento vigente é pouco eficaz para atender aos anseios da população, que insatisfeita com sua condição optam pelas disputas sociais como estratégia de sobrevivência, elevando os indicadores de criminalidade e a sensação de insegurança.

Todavia, esta seria uma explicação improvável para um problema multifacetado, pois consideraria o crime como conseqüência de privações e essa explicação espúria, que responsabiliza a pobreza pela criminalidade já é desmistificada por estudos como o de Adorno (1993), Beato (1998), Coelho (1978), Misse (2006), Paixão (1990), Zaluar (1985) e Zaluar (1999).

Por outro lado, um problema considerável para se analisar a questão da criminalidade é a falta de credibilidade das informações oficiais. Assim sendo, uma dificuldade para estudo e compreensão do problema surge como o descrédito das informações produzidas por práticas perversas que reproduzem a marginalização de classes sociais e intensificam a discriminação.

É neste sentido que os estudos independentes sobre vitimização parecem ser uma alternativa para melhor estudar a criminalidade, uma vez que a vítima tomada como objeto de análise permite identificar o comportamento humano e as oportunidades geradas que envolvem o cometimento de delitos.

Para exemplificar os problemas relacionados à falta de credibilidade nos dados oficiais tomar-se-á como exemplo as informações estatísticas sobre a criminalidade no estado de Minas Gerais, registrados nos últimos quinze anos pela Polícia Militar. A predileção pelos dados dessa instituição se deu pela organização, consistência, facilidade de acesso e por ser essa a principal fonte de divulgação estatística criminal oficial do estado utilizada pela Fundação João Pinheiro<sup>23</sup>.

---

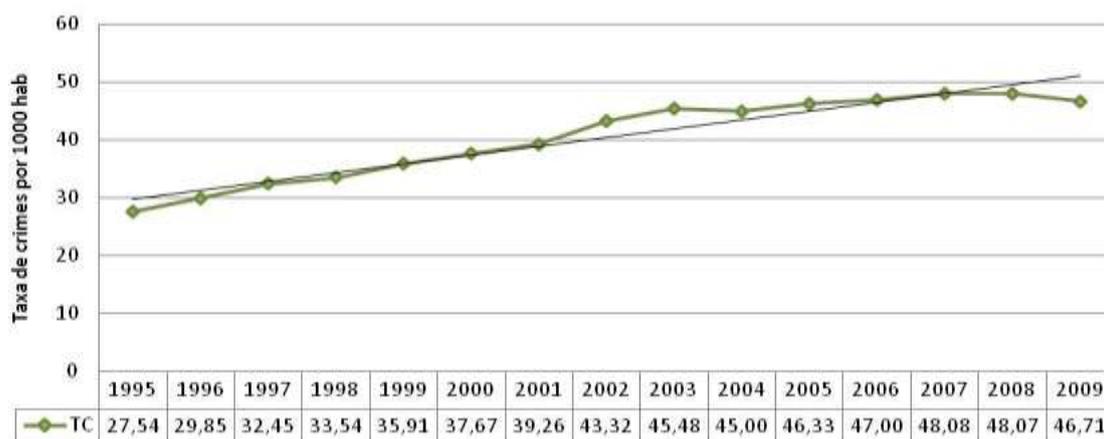
<sup>23</sup> A Fundação João Pinheiro é o órgão oficial de estatística de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado Planejamento e Gestão e divulga constantemente, em seu sítio ([www.fjp.gov](http://www.fjp.gov)), informações sobre a incidência criminal têm como fonte as ocorrências registradas pela Polícia Militar.

Em seguida a análise será reduzida ao município de Montes Claros/MG, cidade que polariza a região Norte do Estado, que apresenta problemas de criminalidade semelhantes a outras cidades de intensa e repentina urbanização e local escolhido para aplicação da pesquisa de vitimização.

### 3.1 A criminalidade oficial em Minas Gerais - 1995/2009

Ao analisar-se a distribuição dos delitos no tempo, observando a taxa dos crimes noticiados à PMMG nos últimos 15 anos<sup>24</sup> é possível perceber que houve, no período, um aumento acumulado da taxa de 69,60%. A linha de tendência utilizada para verificar se a série histórica demonstra se há ou não inclinação da taxa analisada para aumento ou redução, demonstra que é clara a inclinação para ascensão do indicador, ainda que em 2008 e 2009 este tenha apresentado uma redução (GRAF. 01).

GRÁFICO 01 – Taxa de crimes registrados junto à Polícia Militar em Minas Gerais – 1995 a 2009.



Fonte: Armazém de Dados da Polícia Militar de Minas Gerais

Por outro lado, ao analisarem-se os dados da PMMG, levando-se em conta os dados referentes aos anos posteriores a 2003, é conveniente a

<sup>24</sup> Optou-se por esse espaço temporal na análise pela disponibilidade das informações ofertadas pela Polícia Militar de Minas Gerais que a partir de 1995 armazena informações sobre a criminalidade de todos os municípios do Estado.

adoção de certa cautela, visto que a mudança na metodologia dos registros das informações ocorrida em função de um modelo de gestão por resultados, empregado pelo governo do Estado, deve ser considerada. Tal fato estimulou a mudança institucional nos critérios utilizados nos registros, prejudicando a comparação entre os períodos que antecederam e os que precedem à nova metodologia de registros.

O modelo de gestão por resultados surgiu das propostas de unificação das polícias Civil e Militar, que no impedimento constitucional, busca a integração das instituições através de uma transição gradual que induza a integração operacional do policiamento ostensivo com o policiamento investigativo (SAPORI e ANDRANDE, 2008).

Estes autores enfatizam que a busca pela modernização das polícias perpassa pela política de integração que, em Minas Gerais, sustentou-se principalmente na integração de informações, na padronização das áreas de atuação, no estabelecimento de áreas comuns de competência para atuação conjunta e no planejamento operacional.

(...) política de integração das organizações policiais em Minas Gerais teve como estratégias principais a integração das informações, das áreas geográficas de atuação e do planejamento operacional. Isso porque o não compartilhamento de informações entre as organizações policiais, especialmente de seus sistemas informatizados, a incompatibilidade de áreas territoriais de atuação e a inexistência de planejamento conjunto de ações foram considerados os principais focos de disjunção do trabalho policial. Para resolver esses problemas, foram propostos três projetos: na área informacional – Sistema Integrado de Defesa Social (Sids)<sup>25</sup>; no que tange à integração geográfica – Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp)<sup>26</sup>; e para o planejamento operacional – Integração da Gestão em Segurança Pública (Igesp)<sup>27</sup>. (SAPORI E ANDRANDE, 2008:06).

---

<sup>25</sup> Trata-se da criação de um único sistema de informações, que possibilitaria o compartilhamento e junção dos dados produzidos pelas Polícias Civil e Militar, assim como pelo Corpo de Bombeiros, Ministério Público, Poder Judiciário e Sistema Prisional (SAPORI E ANDRANDE, 2008).

<sup>26</sup> O projeto Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp) visa a sobreposição do espaço de atuação das duas instituições, compatibilizando, assim, não só os espaços organizacionais como também o planejamento operacional (SAPORI E ANDRANDE, 2008).

<sup>27</sup> O Igesp surgiu como uma adaptação de modelos de gerenciamento do trabalho policial utilizados em Nova York (EUA) e Bogotá (Colômbia). É um modelo de organização e gestão do trabalho policial para integrar ações e informações de segurança, baseado no modelo de policiamento orientado para problemas. Este projeto se desenvolve mediante realização de reuniões periódicas, onde são discutidos os problemas locais de segurança (SAPORI E ANDRANDE, 2008).

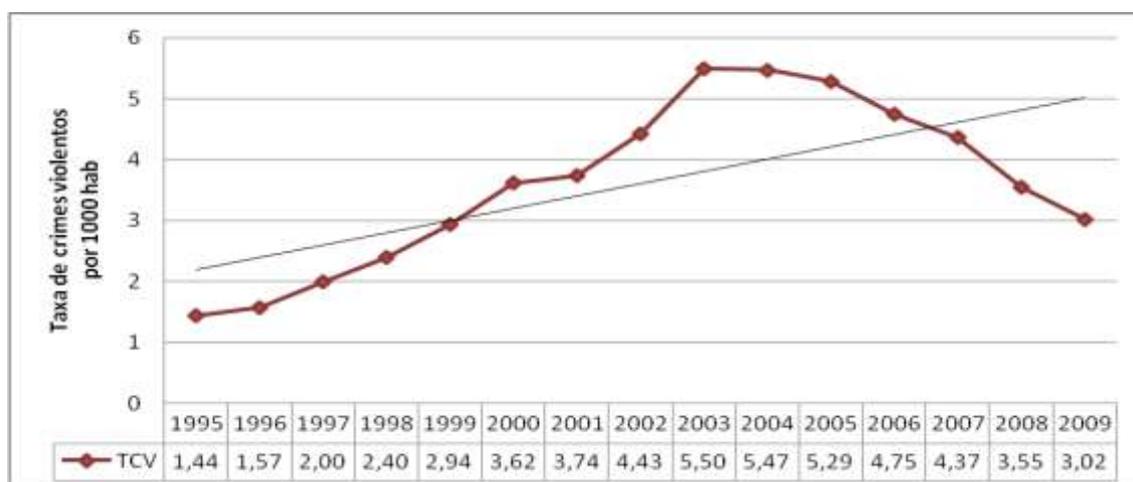
O projeto de planejamento operacional, Integração da Gestão em Segurança Pública (IGESP), merece destaque pela sua filosofia de funcionamento que prevê a realização de reuniões periódicas entre os representantes da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), os responsáveis pelas unidades territoriais das polícias Civil e Militar e outras autoridades locais que são convidadas a participar. Destas reuniões, Saporì e Andrade (2008) afirmam que são estabelecidas metas e ações para enfrentamento dos principais problemas de segurança para cada unidade territorial.

Isto significa que ao se estabelecer metas de redução de registros para determinadas modalidades de delitos, como os crimes violentos, os agentes de segurança, responsáveis pela formalização dos fatos, podem não mais levar em consideração os antigos procedimentos metodológicos, mas sim o interesse institucional na redução dos indicadores que garantem o sucesso de uma política de governo e que além disto, disponibiliza pagamento de benefícios em dinheiro aos policiais através do prêmio de produtividade, que é pago para desempenho mensurado pela não ocorrência de determinados crimes. Essa situação tem reflexo direto nas informações estatísticas e em sua análise e, portanto, deve ser feita com muito cuidado.

Ao proceder-se à análise da série histórica da taxa de crimes violentos registrados no Estado de Minas Gerais entre 1995 e 2009 (GRAF. 02) é fácil perceber que entre 1995 e 2003 houve ascensão contínua, acumulando um aumento de 281,94% na taxa e que o ano de 2003 destacou-se por apresentar a maior taxa do período analisado 5,50 crimes para cada grupo de 1000 habitantes.

O percentual de aumento em todo o período (1996/2009) foi de 109,72%, uma vez que a partir de 2004 observa-se uma redução contínua da taxa até 2009.

GRAFICO 02 – Taxa de crimes violentos registrados junto à Polícia Militar em Minas Gerais – 1995 a 2009



Fonte: Armazém de Dados da Polícia Militar de Minas Gerais

Segundo Dalla (2006) foi exatamente em 2003 que o Plano Emergencial de Segurança Pública foi implementado, tendo ocorrido à substituição da Secretaria de Estado da Segurança Pública pela Secretaria de Estado de Defesa Social. A partir de então, várias ações para aprimoramento da gestão da segurança pública, pela via das instituições policiais (Polícia Civil e Militar) foram implementadas em Minas Gerais, com destaque à criação das Áreas Integradas de Segurança Pública, o modelo de gestão nominado Integração e Gestão da Segurança Pública, estabelecimento de metas com previsão de redução da criminalidade violenta, pagamento do prêmio de desempenho nas atividades exercidas “Prêmio por Produtividade”, entre outras.

Em 2003, após três anos do lançamento do Plano de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, é criado o Plano Emergencial de Segurança Pública. A Secretaria de Estado da Segurança Pública é substituída pela Secretaria de Estado de Defesa Social (lei delegada nº 49 de 02 de janeiro e 2003) materializando “uma nova concepção organizacional de controle da criminalidade e da violência”. O governo reafirmava que a Segurança Pública era uma de suas prioridades e admitia, novamente de se promoverem políticas de segurança pública voltadas para a redução da criminalidade violenta e incremento da segurança subjetiva da população (DALLA, 2006:22).

Sobre a criação da Secretaria de Defesa Social, Sapori e Andrade (2008) destacam que a implementação da política estadual de segurança

pública e o projeto de integração das organizações policiais prevê apenas subordinação operacional das polícias Civil e Militar, respeitando a autonomia no campo administrativo e financeiro. Isso quer dizer que a SEDS apesar de traçar diretrizes para integração operacional das polícias depende da articulação e empenho de comissões para implementar projetos que busquem identificar alternativas de redução da criminalidade. Isto permite pensar que a independência institucional das polícias Civil e Militar tem dificultado a identificação e implementação de projetos já que prevalecem os interesses individuais de cada instituição.

A influência de cada uma das estratégias de gestão do modelo de repressão policial no impacto da criminalidade violenta carece ainda de estudos mais detalhados, que sejam capazes de avaliar sua eficácia no contexto do Estado, visto que, não obstante a implementação dessas estratégias ocorrerem de modo gradual e desigual, a partir de 2005, já se verificava uma incidência de redução a partir de 2003 (GRAF. 02).

Ao avaliar-se a série histórica da taxa de crimes violentos entre 1995 e 2009, com a aplicação de uma linha de tendência, observa-se a continuidade de crescimento desse indicador de criminalidade. Nota-se pela inclinação da reta, a existência de uma declinação de crescimento. Isso ocorre porque, apesar de apresentar redução de 45,09% na taxa desse indicador entre 2003 e 2009, essas taxas são ainda bem maiores do que aquelas apresentadas no início da série histórica em 1995.

A análise das taxas de criminalidade no Estado permite conhecer um padrão de incidência média dos municípios mineiros. Todavia, por se tratar de um Estado com grande extensão territorial, com diversificadas características culturais e profundas desigualdades socioeconômicas as generalizações para os dados municipais são inevitáveis. Mas por outro lado, compreender a dinâmica de produção dos dados e a política implícita por trás dos indicadores é essencial para analisar suas distorções, percebendo os fatores a serem considerados na leitura das estatísticas sobre a ocorrência de crimes no contexto mineiro.

### 3.2 A criminalidade oficial em Montes Claros/MG – 1995/2009

Montes Claros é uma importante cidade do Norte do Estado por polarizar economicamente quase a totalidade dos municípios da região Norte, maior região de planejamento do estado de Minas Gerais. Sua origem vincula-se a atividade pecuária que surgiu como suporte à atividade açucareira nordestina e posteriormente à atividade mineradora (PAULA, 1979).

Atualmente predomina na cidade uma rede comercial diversificada, empresas prestadoras de serviços variados, indústrias com destaque para os setores têxtil, indústrias de cimento e de produtos veterinários, faculdades públicas e particulares com cursos em diversas áreas do conhecimento, boa rede de saúde e transporte que atendem não apenas os municípios que compõem esta região, mas também tantos outros localizados ao Sul do estado da Bahia que não dispõem de boa infra-estrutura.

A cidade pode ser caracterizada pelo intenso e repentino processo de urbanização que se intensificou após a década de 1970 com a implantação de estratégias de desenvolvimento (principalmente incentivos fiscais), fomentadas pela SUDENE. Para Leite (1996:17) “essa década [1970] divide a Montes Claros agrária da Montes Claros urbano-industrial”, contribuindo para uma explosão demográfica considerável, com aumento de 163,5% no contingente populacional entre 1970 (116.486 habitantes) e 2000 (306.947 habitantes)<sup>28</sup>, alavancando a cidade em direção a uma urbanização desordenada e uma ocupação desigual do espaço urbano que culminaram diversos problemas de ordem social.

Esse crescimento repentino trouxe inúmeros problemas sociais para a cidade como: desemprego, pobreza, fome, desigualdades sociais, concentração de renda, saneamento básico incompleto, criminalidade, dentre outros.

O avanço da criminalidade em Montes Claros tem raízes históricas no rápido crescimento industrial e econômico experimentado pela cidade, cujas conseqüências principais foram: a explosão demográfica e a ocupação desordenada do espaço urbano, com a formação de favelas e aglomerados.

---

<sup>28</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Em seguida ao surto desenvolvimentista, a cidade experimentou um processo contínuo de falências e fechamento de fábricas, com o conseqüente aumento do desemprego. Nessa conjuntura, em meados da década de 1990, a cidade começa a receber um fluxo enorme de estudantes que buscam na cidade acesso ao ensino superior. Coincidentemente, nesse mesmo momento observa-se um aumento contínuo das taxas de crimes na cidade. Entretanto, isso não significa que os estudantes são a causa da escalada da criminalidade, mas que as profundas transformações que a cidade experimentou viabilizou um notável processo de mudança social que implicou na reestruturação de valores e no estabelecimento de novas redes de sociabilidades.

Esta mudança alterou os laços de solidariedade que até então eram típicos de uma cidade pequena, passando para uma (re)estruturação de valores, costumes e hábitos típicos de uma cidade grande que, apesar de vinculados ao processo de industrialização, fortaleceram-se com a chegada dos estudantes.

Ao incorporar novos atores, a cidade incorpora novas sociabilidades trazidas pelos que chegam de fora, inclusive novas práticas e comportamentos anti-sociais que antes não existiam ou eram pouco significativos.

É neste contexto que o crescimento contínuo da criminalidade na cidade, a partir de 1995, será aqui enfatizado. Para tanto, será analisada a evolução das taxas de segurança pública<sup>29</sup>, o que permite identificar um recrudescimento de vários indicadores de criminalidade como: Taxa de Criminalidade (TC)<sup>30</sup>, Taxa da Criminalidade Violenta – (TCV)<sup>31</sup>, Taxa de Homicídios (TCH)<sup>32</sup>, Taxa

---

<sup>29</sup> Os índices de segurança pública são construídos de forma padronizada, permitindo uma comparação entre as diversas localidades de responsabilidade de um determinado comando e também um acompanhamento da evolução da criminalidade ao longo do tempo (série histórica).

<sup>30</sup> A Taxa de Criminalidade (TC) é um indicador calculado através da fórmula: nº de crimes x 1000/população. Este trabalho considerou os crimes noticiados e registrados pela Polícia Militar, tomando como base toda intervenção policial necessária para a manutenção da urbanidade.

<sup>31</sup> A Taxa de Criminalidade violenta (TCV) é um indicador calculado através da fórmula: nº de crimes violentos x 1000/população. Os crimes relacionados ao TCV são: Homicídios tentados e consumados, roubos, roubos a mão armada (assalto), Seqüestro (Cárcere privado), extorsão mediante seqüestro, latrocínios, estupros tentados e consumados.

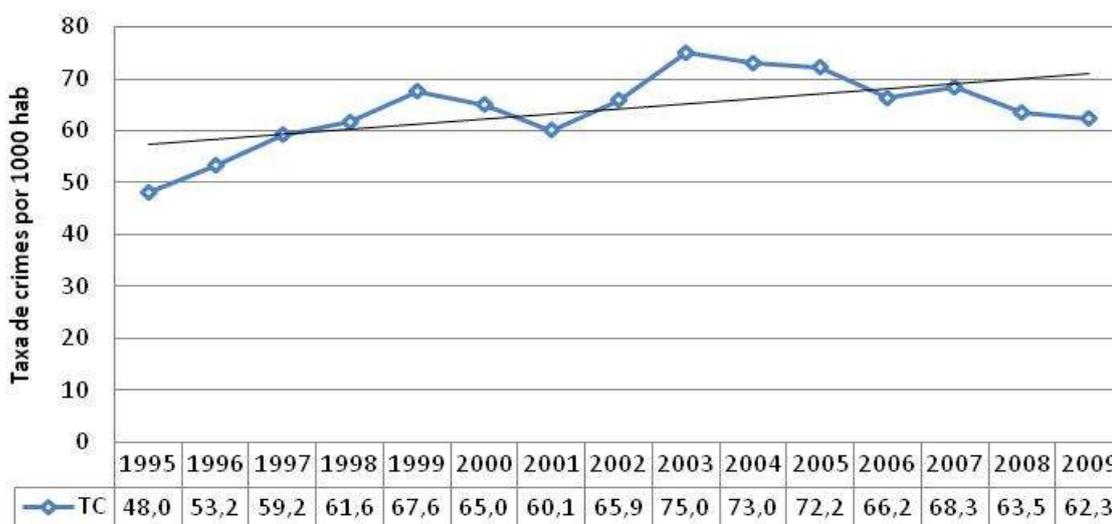
<sup>32</sup> A Taxa de Homicídios (TH) é um indicador calculado através da fórmula: nº de homicídios x 1000/população.

de Crimes Contra o Patrimônio (TCPat)<sup>33</sup>, Taxa de Crimes contra à Pessoa (TCPes)<sup>34</sup>.

Tomando como parâmetro a taxa de criminalidade, é possível observar que houve um aumento de 29,79% entre 1995 e 2009 no registro de crimes para cada grupo de 1000 habitantes na cidade (GRAF. 03).

Na análise da série histórica dos crimes violentos (GRAF. 04), é possível perceber que o aumento percentual acumulado nos últimos quinze anos é maior do que aquela observada na taxa de crimes. A taxa de crimes violentos que em 1995 correspondia a 1,39 crimes para cada grupo de 1000 habitantes aumentou 48,94%, vitimando 5,68 pessoas em cada grupo de 1000 em 2009.

GRÁFICO 03 – Taxa de crimes registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 1995 a 2009



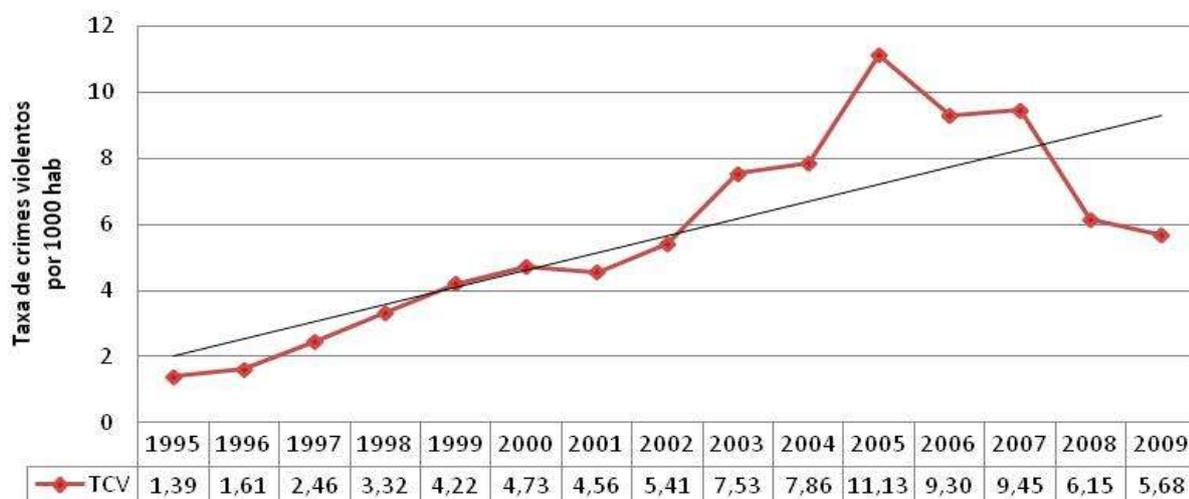
Fonte: Armazém de Dados da Polícia Militar de Minas Gerais

Todavia a cidade inicia uma redução progressiva dessa taxa até 2009, de modo semelhante ao ocorrido no Estado após 2005 – momento em que foi registrada a maior taxa (11,13 vítimas para cada grupo de 1000 habitantes).

<sup>33</sup> A Taxa de Crimes Contra o Patrimônio (TCPat) é um indicador calculado através da fórmula:  $n^{\circ}$  crimes contra o patrimônio x 1000/população.

<sup>34</sup> A Taxa de Crimes Contra a Pessoa (TCPes) é um indicador calculado através da fórmula:  $n^{\circ}$  crimes contra a pessoa x 1000/população.

GRAFICO 04 – Taxa de crimes violentos registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 1995 a 2009



Fonte: Armazém de Dados da Polícia Militar de Minas Gerais

Convém destacar que a redução dos indicadores de criminalidade violenta em Montes Claros não se iniciou a partir de 2004, como ocorreu na média do Estado (GRAF.04), e sim a partir 2006. Isso pode ter acontecido pelo impacto momentâneo de algumas estratégias repressivas do sistema de defesa social. É claro que não se pretende com essa afirmação resumir o problema da criminalidade como uma questão policial ou da implementação de instrumentos reativos e repressores utilizados para resolver o problema, mas coincidentemente, nesse período, observou-se na cidade uma série de investimentos na segurança pública (inauguração do presídio Regional de Montes Claros, aumento da contratação de agentes de segurança, disponibilização de recursos logísticos – viaturas, armamentos e equipamentos – maiores investimentos para a execução de programas sociais, entre outros).

Nesse mesmo período, observa-se no tocante à polícia Civil e Militar, a implantação de uma metodologia de gestão nominada IGESP e da filosofia de gestão por resultados que também pode ter influenciado significativamente para a redução das taxas de criminalidade violenta observadas.

Ao explorar a idéia de redução da criminalidade na cidade através destas estratégias não se pretende ignorar todas as demais medidas adotadas visando a redução, ou seja, não se pretende afirmar, com isso, que os

investimentos na segurança pública (aumento de recursos logísticos e humanos) e o fomento de projetos sociais não contribuíram para uma possível redução nas taxas de criminalidade, mas apenas alertar para o fato de que pode haver influência da estratégia de gestão no percentual de redução apresentado, visto que a nova metodologia cria paradigmas e modifica a filosofia de trabalho das polícias na cidade, comprometendo a análise comparativa de períodos anteriores e posteriores à implementação do IGESP e da Gestão por Resultados.

A hipótese levantada para justificar a redução, nesse caso, leva em consideração a implementação de mudanças institucionais de gestão, que modificaram a filosofia de trabalho e, conseqüentemente, a produção dos resultados analisados. Em outras palavras, os indicadores analisados podem servir muito mais para avaliar o interesse dos agentes das instituições envolvidas, que estimulados por benefícios individuais, como o pagamento do prêmio de produtividade, ou ainda motivados a alcançar metas estabelecidas pela estratégia de gestão do IGESP, podem não ter disponibilizado aos registros dos fatos toda a isenção necessária.

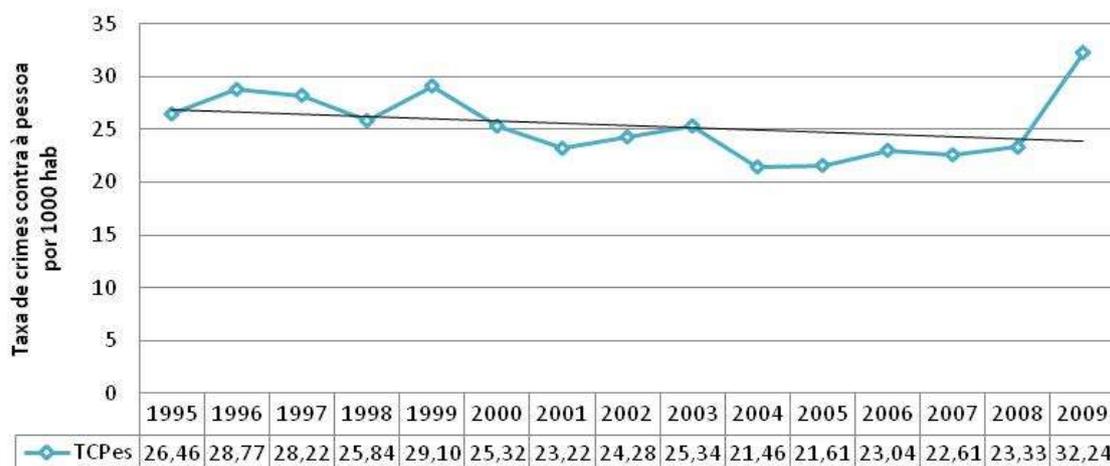
Por esse motivo, que essas estratégias e investimentos não podem ser apontados, isoladamente, como responsáveis pela redução de 48,96% na taxa entre 2005 e 2009. Na verdade esse pode nem ser o percentual real de redução. Na prática ausência de mecanismos autônomos de auditoria e de estudos técnicos sobre o assunto impede que esse tipo de associação seja feita.

Uma justificativa que corrobora com a idéia de que os investimentos e estratégias mencionados não foram responsáveis por este percentual de redução é a análise das séries históricas da taxa de crimes contra a pessoa. Nesse grupo, fica claro que a partir de 2006 mesmo que o registro da taxa de crimes violentos comece a reduzir, a taxa de crimes contra a pessoa apresentou aumento constante (GRAF.05). Entre 2006 e 2009 o aumento da taxa foi de 39,93%.

Isso pode ter acontecido porque dentro do conjunto de delitos que compõem os crimes contra a pessoa apenas dois são necessariamente violentos – o homicídio tentado e o homicídio consumado – e esses representam pequeno percentual no grupo dos crimes violentos. Portanto, os

investimentos e estratégias não foram capazes de impedir que houvesse aumento nos demais crimes que compõe esse grupo de delitos.

GRAFICO 05 – Taxa de crimes contra à pessoa registrados junto à Polícia Militar em Montes Claros/MG – 1995 a 2009



Fonte: Armazém de Dados da Polícia Militar de Minas Gerais

Na taxa de crimes contra o patrimônio essa mesma análise não é possível porque uma grande maioria dos delitos classificados como violentos são também crimes contra o patrimônio. Assim sendo, a taxa de crimes contra o patrimônio sofreu variação semelhante à dos crimes violentos, ou seja, como houve redução desta taxa a partir de 2006, a taxa de crimes contra o patrimônio também diminuiu.

Essa análise apesar de desqualificar os dados para uma avaliação precisa da redução dos indicadores de criminalidade violenta, em função da mudança no procedimento dos registros, não desqualifica em relação à sua utilização na interpretação do comportamento dos padrões de incidência dos delitos no tempo e no espaço. Apesar dos dados oficiais não retratarem a verdade social da incidência dos delitos, eles se aproximam desta realidade servindo como informação importante, mas parcial, para diagnosticar os padrões da criminalidade na cidade.

Um exemplo de padrão de incidência no tempo é a análise dos últimos dez anos (2000/2009<sup>35</sup>) que demonstra a existência de uma padronização nos registros. Analisando, por exemplo, os cinco crimes de maior

<sup>35</sup> Esse período foi escolhido pelas dificuldades de acessar as informações desde 1995.

incidência em 2000 e comparando-os com aqueles de 2009, nota-se que, com exceção dos crimes de furtos de bicicletas e atrito verbal, os números são quase coincidentes, ou seja, a criminalidade mais comum pouco alterou, apesar das transformações estratégicas (TAB. 02).

TABELA 03 - Crimes de maior incidência em Montes Claros nos anos de 2000 e 2009

Tipo de delito	Taxa		Variação percentual 2000/2009	Ranking	
	2000	2009		2000	2009
Ameaça	7,61	8,88	16,69%	1	1
Lesão corporal	6,80	5,73	-15,81%	2	2
Furto de bicicleta	4,71	2,36	-49,87%	3	9
Arrombamento a residência urbana	3,92	3,86	-1,48%	4	4
Furto consumado outros	3,79	4,51	18,84%	5	3
Atrito verbal	3,09	8,47	174,11%	9	3

Fonte: Armazém de Dados da Polícia Militar de Minas Gerais

Nota: Elaboração própria.

A hipótese para a diminuição dos furtos de bicicleta pode estar relacionada a uma profissionalização na prática de crimes. Uma hipótese é que os agentes infratores tenham migrado, por exemplo, para práticas criminosas mais rentáveis do ponto de vista econômico, contribuindo para diminuição dessa modalidade, mas aumentando outras como os arrombamentos e os roubos simples e qualificados. Em 2009, o furto de bicicletas foi à nona de maior incidência, ao passo que em 2000 ela era a terceira (TAB. 02).

A análise da incidência criminal no espaço permitiu identificar que a distribuição dos delitos por grupos de crimes seguiu padrões já observados em outras cidades brasileiras. Os crimes contra a pessoa, por exemplo, concentram-se em bairros periféricos ou com características de periferia (baixo padrão das residências, baixo valor de mercado dos imóveis, elevada taxa de desocupação – observada empiricamente pelo grande número de pessoas desocupadas durante boa parte do dia ou da noite nas portas das residências – , etc.). TAB. 03.

TABELA 04 - Bairros com maior taxa de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio em Montes Claros – 2000/2009.

Ordem	Crimes contra a pessoa			Crimes contra o patrimônio		
	Bairros	Percentual	Percentual acumulado	Bairros	Percentual	Percentual acumulado
1	Centro*	7,78	7,78	Centro	19,66	19,66
2	Santos Reis	3,26	11,04	São João	3,25	22,91
3	Major Prates	2,75	13,79	São José	3,07	25,97
4	São João**	2,51	16,30	Major Prates	2,43	28,41
5	Independência	2,43	18,73	Todos os santos	2,12	30,53
6	Jardim palmeiras	2,43	21,16	Maracanã	1,97	32,50
7	Morrinhos	2,41	23,57	Santos reis	1,95	34,45
8	Delfino Magalhães	2,11	25,68	Cidade nova	1,64	36,08
9	Maracanã	2,09	27,77	Edgar pereira	1,58	37,66
10	Edgar pereira*	1,59	29,36	Jardim palmeiras	1,45	39,11
	Demais bairros	70,64	100	Demais bairros	59,89	100,00
	Total	100		Total	100	

Fonte: Centro de Operações Policiais Militares do 10º BPM.

Nota: Elaboração própria.

\* o bairro centro e o Edgar Pereira aparecem em destaque nos crimes contra a pessoa em função da metodologia de coleta dos dados por parte da Polícia Militar. Nesses bairros existem hospitais onde diariamente são noticiados esses delitos, que por inexistência do local exato do fato são registrados no endereço do hospital. Eles fogem à regra das características de periferia por este motivo.

\*\* O bairro São João apesar de ser bastante diversificado em relação as suas características funcionais apresentando atributos comerciais e residenciais localiza em seu interior um aglomerado conhecido como Conferência Cristo Rei que no banco de dados da Polícia Militar não figura como um bairro específico e sim como parte do bairro São João.

Já os crimes contra o patrimônio estão localizados na região central, bairros em seu entorno, bairros com características da região central, privilegiados pelo fenômeno da descentralização dos centros urbanos, onde é maior o fluxo de pessoas e capitais, ou naqueles em que o perfil socioeconômico é maior e que, em tese, dispõem de alvos para a prática de delitos TAB. 03.

Esta análise estatística demonstra que apesar do comprometimento das informações oficiais na avaliação do aumento ou da redução das taxas de criminalidade, existem subsídios tanto espacial quanto temporalmente para orientação de políticas públicas de prevenção da criminalidade. Além do mais, os dados indicam a necessidade de estudos independentes que confrontem informações oficiais com as queixas das vítimas. É nesse contexto que os

estudos sobre vitimização podem auxiliar, complementando a identificação não apenas do perfil das vítimas, mas, principalmente, do comportamento social que une em um mesmo contexto vítimas e agentes de delitos como sugerido por Cohen e Felson (1979).

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Os dados coletados na presente pesquisa de vitimização em Montes Claros/MG serão apresentados em seus aspectos gerais, em conformidade com o instrumento utilizado e segmentado nos seguintes blocos: identidade social, hábitos e práticas, vizinhança, sentimento de insegurança, avaliação da segurança pública e vitimização.

Para efeito da análise da vitimização, o instrumento utilizado considerou os delitos nas modalidades de furtos, roubos, estelionatos, agressões, ameaças, ofensa sexual e discriminação. Vale ressaltar que as informações coletadas constituem declaração dos participantes.

### **4.1 Identidade social – caracterização da população analisada**

Nesse bloco, identificaram-se o perfil dos entrevistados nos aspectos relacionados à faixa etária, sexo, raça, estado civil, condição de trabalho e renda, escolaridade e credo religioso.

Em relação a estes aspectos, a maior parte dos entrevistados se declarou do sexo feminino (57,9%); não brancos, reunindo as categorias negro, pardo, amarelo e indígena (68,14%); casados (52,67%); têm ocupação remunerada (72,08%), ganham em média entre um e dois salários mínimos (31,11%); possuem ensino médio (43,77%) e católicos (68,27%) – TAB. 04.

Na TAB. 04 verificam-se o resumo das informações tabuladas. Em relação ao estado civil constante da entrevista, a condição separado corresponde ao agrupamento das situações separado de fato, separado judicialmente e divorciado.

A análise do perfil dos entrevistados deve ser observada com cautela nas variáveis relacionadas à condição de trabalho e renda. O receio do real interesse do entrevistador ou a satisfação pessoal do entrevistado em transparecer condição social melhor do que aquela que realmente possui, pode influenciar os entrevistados a disponibilizar informações imprecisas. O destaque nestas categorias é o percentual de pessoas que disseram não

possuir emprego (25,34%), que deixaram de responder se desempenhavam ou não algum tipo de atividade (2,58%) e o percentual daqueles que disseram não possuir renda (2,18%).

A discrepância entre os desempregados e aqueles que não possuem renda se justifica na medida em que esta considera os proventos familiares e não apenas os ganhos individuais dos entrevistados. Por outro lado, dos 25,34% que disseram não possuir emprego 9,96% têm mais de 42 anos idade e se aproximam da idade da aposentadoria, o que reduziria o percentual de desocupados.

TABELA 05 – Perfil socioeconômico dos entrevistados na pesquisa de Vitimização, 2009.

Variável	Condição	Faixa etária				
		16 - 17	18 - 25	26 - 33	34 - 41	42 ou mais
<b>Sexo</b>	Masculino	1,23%	9,23%	7,38%	8,61%	15,62%
	Feminino	1,48%	9,23%	13,90%	10,09%	23,25%
<b>Cor</b>	Branco	0,37%	6,52%	6,27%	5,41%	13,28%
	Não branco	2,34%	11,93%	15,01%	13,28%	25,58%
<b>Estado Civil</b>	Solteiro	2,61%	15,03%	8,20%	3,98%	4,60%
	Casado	0,12%	2,61%	11,93%	12,67%	25,34%
	Separado	-	0,12%	0,50%	1,74%	3,85%
	Viúvo	-	0,25%	0,62%	0,37%	5,47%
<b>Condição na atividade</b>	Trabalha	0,86%	11,56%	16,73%	14,88%	28,04%
	Não trabalha	1,72%	6,15%	3,94%	3,57%	9,96%
<b>Escolaridade</b>	Analfabeto	0,00%	0,25%	0,37%	0,86%	2,71%
	Fundamental	0,99%	3,08%	4,93%	7,40%	20,47%
	Ensino médio	1,73%	11,10%	11,47%	8,01%	11,47%
	Superior	0,00%	4,07%	4,44%	2,47%	4,19%
<b>Renda</b>	Sem renda	0,26%	0,90%	0,26%	0,51%	0,26%
	< 1 salário	0,13%	1,92%	2,82%	2,69%	5,89%
	1 a 2 salários	0,64%	5,38%	7,30%	6,27%	11,52%
	2 a 3 salários	1,28%	5,38%	5,38%	5,12%	11,40%
	3 a 5 salários	0,13%	2,18%	3,07%	2,18%	4,48%
	5 a 10 salários	0,26%	2,30%	2,05%	1,66%	3,59%
<b>Credo religioso</b>	> 10 salários	0,00%	0,00%	0,51%	0,51%	1,79%
	Evangélico	0,86%	3,57%	5,29%	4,18%	8,12%
	Católico	1,72%	12,42%	14,02%	12,18%	27,92%
	Outros	0,30%	1,07%	1,65%	1,50%	2,83%

Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009

As informações sobre a escolaridade dos entrevistados também carecem de cuidados na análise, visto que as declarações podem representar uma formação distinta da real. A escolaridade foi uma variável que estabeleceu relação direta com a idade dos entrevistados, aqueles com mais anos de estudos estão na faixa etária intermediária, ou seja, entre 18 e 33 anos de idade. Quando se analisa os dados daqueles que estão cursando ou têm curso superior completo 30,83%, possuem renda familiar maior que cinco salários mínimos. Na outra extremidade, 36,36% dos que relataram não possuir instrução detêm renda familiar menor que dois salários mínimos. Esta observação permite inferir que o fator econômico tem forte influência nos anos de estudo e que a privação da educação reflete num ciclo de baixa renda per capita, menos escolarização e oportunidades com baixos salários.

Em relação ao credo religioso, a maior parte dos entrevistados se declarou católico (68,27%). Nessa categoria, a crença foi maior entre as pessoas de mais idade 38,87% (42 anos ou mais). Na condição “outros” dessa categoria foram agrupados os espíritas, religiões africanas, ateus e outras religiões.

## **4.2 Hábitos e práticas**

Nesse bloco foi analisado o comportamento dos entrevistados observando os aspectos relacionados à permanência no domicílio, ao lazer e ao tipo de transporte utilizado no cotidiano. Esses questionamentos, à luz da teoria das Abordagens das Atividades de Rotina (Cohen e Felson, 1979), são essenciais para se conhecer o comportamento social das vítimas e das não vítimas de crime, identificando os contextos sociais que favorecem o acontecimento de delitos.

Inicialmente, identificou-se o local de permanência dos entrevistados. A pergunta para este item analisou o comportamento semanal. Portanto, o fato do entrevistado ficar a maior parte do tempo em casa em um dos três períodos analisados (manhã, tarde e noite), não significa, necessariamente, que ele não tenha se ausentado de sua residência algumas

vezes, aumentando o seu grau de exposição e a sua disponibilidade à vitimização.

Para tanto, o questionamento foi organizado para analisar o comportamento dos entrevistados em três períodos distintos (Manhã – 06:01 as 12:00h, tarde – 12:01 as 18:00h e noite – 18:01 as 24:00h).

Avaliando a média do local de permanência, nota-se que os entrevistados passam a maior parte do tempo em casa 61,05%. Quando a análise volta-se ao período matutino e vespertino em separado observa-se uma proximidade nas declarações, uma vez que 43,91% ficam fora de casa durante a manhã e 48,95% durante a tarde. Durante a noite 77,74% permanecem a maior parte do tempo em casa (TAB. 5).

TABELA 06 - Declaração dos entrevistados quanto à permanência em casa nos períodos: manhã, tarde e noite – Montes Claros/2009

	Período do dia						Média	
	Manhã		Tarde		Noite			
	Nr abs	%	Nr abs	%	Nr abs	%	Nr abs	%
Em casa	449	55,23	408	50,18	632	77,74	496	61,05
Fora de casa	357	43,91	398	48,95	174	21,4	310	38,09
NS/NL/NR	7	0,87	7	0,87	7	0,87	7	0,87
Total	813	100,00	813	100,00	813	100,00	813	100

Fonte: Dados da pesquisa de Vitimização 2009.

Ao questionar os entrevistados se nos últimos trinta dias praticaram alguma atividade de entretenimento como: ir ao cinema ou teatro; parque; almoço em restaurante, visitar a amigos, assistir evento esportivo, praticar esporte, prática religiosa, freqüentar shopping, mercados e feiras populares, se participaram de shows e se saíram para bares e casas noturnas 91,5% afirmam ter realizado pelo menos uma destas atividades. E que foram realizadas pelo menos uma dessas atividades em 45,86% das vezes no período matutino, 51,69% a tarde e 24,93% à noite.

A maior parte dos entrevistados participaram de eventos religiosos (71,59%) ou visitou parentes e amigos (70,23%), seguidos daqueles que freqüentaram shoppings, mercados ou feiras (52,77%) e almoçado fora de casa

(38,50%). A frequência a cinemas e ao teatro foi a de menor recorrência, sendo apontada apenas por 12,92% dos entrevistados.

Quando a análise volta-se para os meios de transporte utilizados durante a semana, os entrevistados responderam em média como primeira opção transporte o ônibus (30,67%), em seguida aparecem os deslocamentos a pé (25,40%) e posteriormente os deslocamentos de carro ou moto (20,90%) –

TAB. 6

TABELA 7 - Declaração dos entrevistados quanto ao tipo de transporte utilizado – Montes Claros/2009

Tipo de transporte	%
Ônibus	30,67
A pé	25,40
Carro/moto	20,90
Bicicleta	12,24
Táxi	4,06
Van/Kombi/lotação	4,02
Ônibus fretado	2,76
Total	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009.

Os deslocamentos ocorreram, em sua maior parte, em ônibus e a pé, somando 56,07% das respostas e são indicativos do grau de exposição da população e da proximidade com ambientes propícios para prática de delitos.

O fato dos deslocamentos em carros e motos aparecerem como terceira opção merece análise cuidadosa, uma vez que extensão urbana moderada, quando comparada com grandes centros urbanos, as dificuldades de trânsito em suas ruas estreitas e o grande fluxo de veículos na cidade estimula a utilização dos serviços de mototáxi, deixando subentendido à disponibilidade de um bem de valor agregado, como é o caso das motocicletas, ou ainda, como esse é um meio de transporte de custo mais elevado que os deslocamentos a pé e de ônibus, fica implícita a disponibilidade de recursos para predileção deste serviço.

### 4.3 Vizinhança

Neste bloco foram observadas questões da relação entre vizinhos, com o objetivo de avaliar o grau de inteiração e confiança entre os mesmos. Deste modo, destacam-se o relacionamento, as situações em que este se estabelece, a condição e disponibilidade de serviços públicos disponíveis na vizinhança e a desorganização social e espacial percebida.

No quesito conhecimento e confiança 25,64% dos entrevistados afirmaram conhecer todos ou quase todos os vizinhos e a maioria deles confiam nestes. Por outro lado, o fator desconhecimento influenciou a confiança, visto que dentre os vizinhos que não se conhecem, o grau de confiança foi menor (0,26%) – TAB. 7.

TABELA 8 - Relação conhecimento e confiança na vizinhança – Montes Claros/2009

Conhecimento / Confiança	Confia na maioria deles	Confia em alguns deles	Não confia em nenhum deles
Conhece todos ou quase todos	25,64%	22,05%	3,59%
Conhece muitos	5,13%	8,59%	2,05%
Conhece alguns	7,44%	18,21%	5,77%
Conhece nenhum	0,26%	0,51%	0,77%

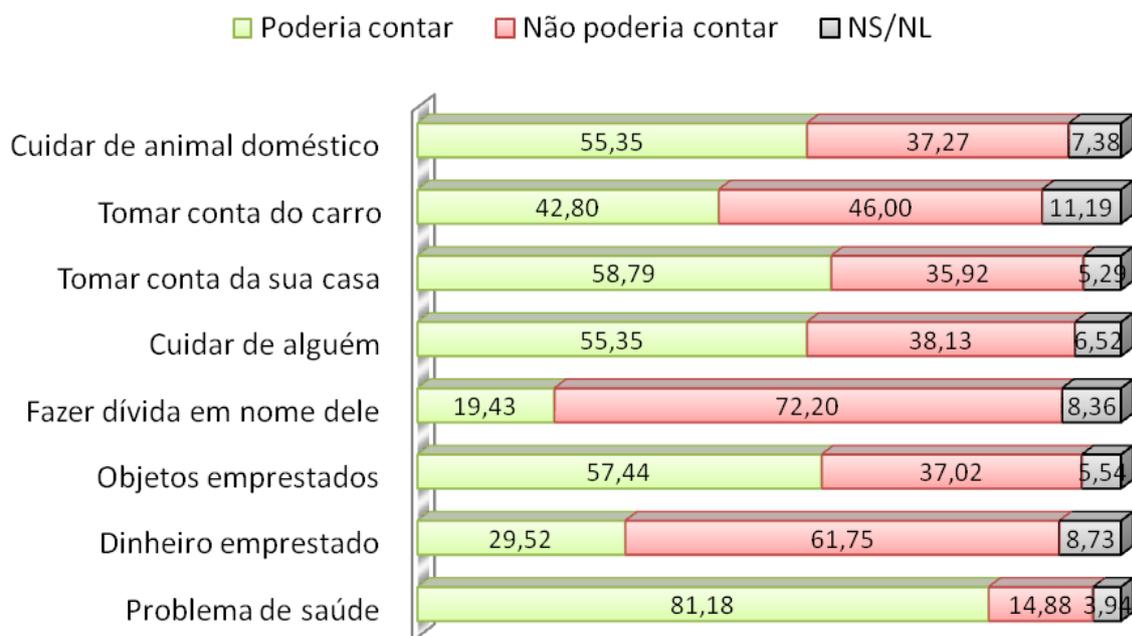
Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009.

A observação no relacionamento entre vizinhos é interessante porque permite avaliar como se estabelece a sinergia de pessoas nas relações sociais mais próximas. O fortalecimento do capital social neste caso, funciona como mecanismo de controle do comportamento social na medida em que aumenta a relação de confiança e comprometimento entre os envolvidos. Putnam (2000) se manifesta a esse respeito em estudo sobre a sociedade e a democracia, comparando o grau de envolvimento cívico entre as regiões norte e sul da Itália para a manutenção da união social. Para o referido autor, a hierarquização social, proposta pelo critério econômico, por exemplo, dificulta a existência de solidariedade e de democracia participativa. Com isso, prevalecem entre as relações sociais desconfiança, exploração e transgressão de normas, situação que contribui para prática de delitos.

Uma alternativa para mudança desse quadro, segundo Sen (2000), seria o fortalecimento do capital social através da participação da comunidade, alcançado pela eliminação das privações, garantido aos indivíduos a satisfação de suas necessidades essenciais.

Quando a observação volta-se para as situações em que as relações entre o entrevistado e a vizinhança se estabelecem, a maior parte declarou contar com os vizinhos para resolver problemas de saúde (81,18%), tomar conta da casa (58,79%) e tomar objetos emprestados (57,44%). Já quando vincula-se a questões financeiras, 72,20% disseram não contar com os vizinhos para fazer compras a crédito e 61,75%, não contam com estes para tomar dinheiro emprestado – GRAF. 6.

GRÁFICO 6 – Percentual indicativo do conhecimento e da interação entre vizinhos – Montes Claros/2009



Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009.

Ao observar a avaliação da situação dos serviços públicos disponíveis na vizinhança, o melhor avaliado pelos entrevistados, cujo conceito recebido foi bom, foi o serviço de coleta de lixo com 60,39%, em seguida apareceram a iluminação das ruas, 57,81% e a oferta de escolas públicas com 53,78%.

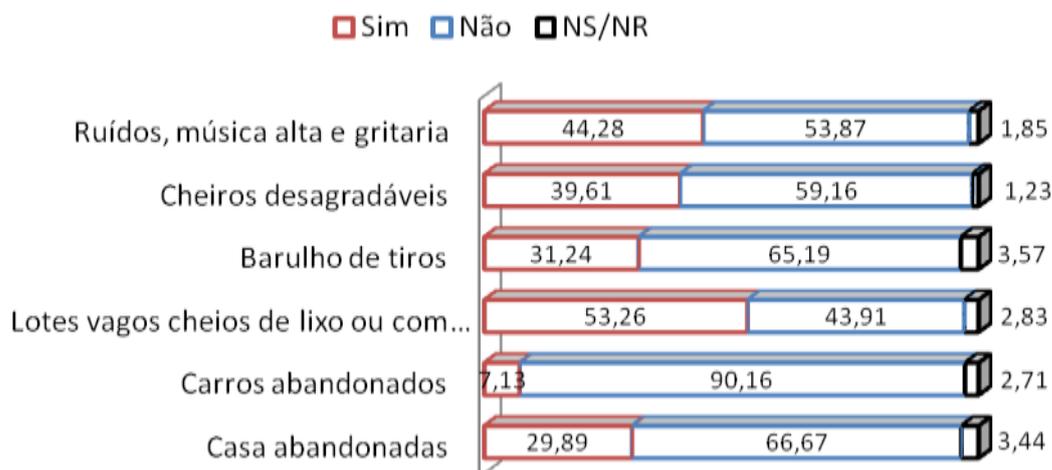
Dentre os serviços classificados como regulares ou ruins, os destaques são o serviço de saúde, aparecendo para 65,93% dos entrevistados; a oferta de equipamentos públicos como orelhões e lixeira (60,89%); policiamento a pé ou motorizado (56,58%) e a existência de locais apropriados para a prática de esporte, cultura e lazer (53,14%).

O serviço com o pior desempenho declarado foi o serviço de saúde classificado como ruim por 32,23% dos entrevistados. Na seqüência, destacaram-se negativamente os locais para prática de esporte, cultura e lazer (29,27%); a oferta de equipamentos coletivos (25,95%) e o policiamento a pé ou motorizado (23,86%).

A avaliação dos serviços públicos identifica a fragilidade ou a inexistência de serviços essenciais, demonstrando o hiato entre as condições reais e ideais de desenvolvimento propostas por Sen (2000), Veiga (2006) e Sachs (2004). A ausência ou precariedade das chamadas necessidades substantivas ou bens essenciais, podem ser apontadas como geradoras de parte do conflito advindo das disputas entre os grupos sociais na repartição dos benefícios do crescimento (CASTEL, 2006).

Em relação à desordem percebida, pode-se dizer que a existência de lotes vagos que acumulam lixo ou com a vegetação desenvolvida foi o fator que mais incomodou a população, representando 53,26% das declarações obtidas. A perturbação da tranquilidade e do sossego alheio, mensurada através de ruídos, música ou gritaria foi apontada em segundo lugar, como desordem mais comum (44,28%). Na seqüência, cheiros desagradáveis (36,61%) e barulho de tiros (31,24%) foram também observados. O item de menor freqüência foi o de carros abandonados com 7,13% (GRAF. 7).

GRÁFICO 7 – Avaliação de situações recorrentes na vizinhança dos entrevistados – Montes Claros/2009.



Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009.

Apesar da superação das associações de caráter positivista da Escola de Chicago, a identificação de áreas com intensa desorganização social é importante porque pode viabilizar o mapeamento das regiões onde esses problemas são recorrentes, direcionando assim a ação do poder público. A Teoria do Controle, sob a vertente da teoria das Janelas Quebradas, pode ser utilizada, no âmbito da justificativa para influência destes fatores na prática delituosa.

Com base na idéia de desorganização social, buscou-se analisar isoladamente as variáveis: perturbação da tranqüilidade (mensurado através ruídos, música alta e gritaria) e lotes abandonados, como indicadores de desordem percebidos e sua respectiva concentração espacial.

A desorganização foi mensurada a partir do ranking dos dez bairros que mais apresentaram esses dois problemas, obedecendo à proporcionalidade das entrevistas aplicadas. Isso significa que as áreas com maior sensação de desorganização não são aqueles que aparecem um maior número de vezes na análise, mas sim as que apresentam maior proporcionalidade entre o número de entrevistas aplicadas naquele local e número de pessoas que apontaram a perturbação da tranqüilidade e lotes abandonados como problema.

Assim, dentre os bairros assistidos os que detêm o maior percentual de reclamações por perturbação da tranqüilidade são: Santa Efigênia, Santa Rita II e Vila Mauricéia com 100% de reclamações. Em seguida aparecem o São João e a Cidade Industrial com 90,9% e 80,0%, respectivamente – TAB. 8.

TABELA 9 – Ranking dos bairros em Montes Claros/MG, contemplados com entrevistas, com maior percentual de perturbação da tranqüilidade e com lotes vagos em 2009.

Ranking	Perturbação da tranqüilidade		Lotes vagos / mato alto	
	Bairros		Bairros	
1	Santa Efigênia	100,00	Alcides Rabelo	100
2	Santa Rita II	100,00	Amazonas	100
3	Vila Mauricéia	100,00	Camilo Prates	100
4	São João	90,91	Distrito Industrial	100
5	Cidade Industrial	80,00	Floresta	100
6	Vila Atlântida	78,57	Guarujá	100
7	José Carlos Vale de Lima	75,00	Itatiaia	100
8	Vila Tupã	75,00	Jaraguá II	100
9	Novo Delfino	70,00	Jardim Alegre	100
10	Santa Rita	70,00	Jardim Alvorada	100

Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009.

O problema dos lotes vagos chama a atenção para duas situações contraditórias. A primeira diz respeito aos bairros periféricos onde a especulação imobiliária ainda é reduzida e os atrativos locais não estimularam sua ocupação, destacando-se os bairros Distrito Industrial, Jardim Alegre e Jardim Alvorada. A segunda é que a cidade de Montes Claros guarda vazios demográficos, que localizados estrategicamente em áreas de acesso a outros bairros ficam a mercê da especulação imobiliária de seus proprietários, como é o caso do Alcides Rabelo, Amazonas e Camilo Prates.

#### 4.4 Sentimento de insegurança

Nesse bloco passaram-se à análise da sensação de insegurança dos entrevistados, observando questões relacionadas com a segurança nos

bairros, identificação dos maiores medos, adoção de comportamentos preventivos quanto à possibilidade de vitimização e a percepção sobre o aumento ou diminuição da criminalidade.

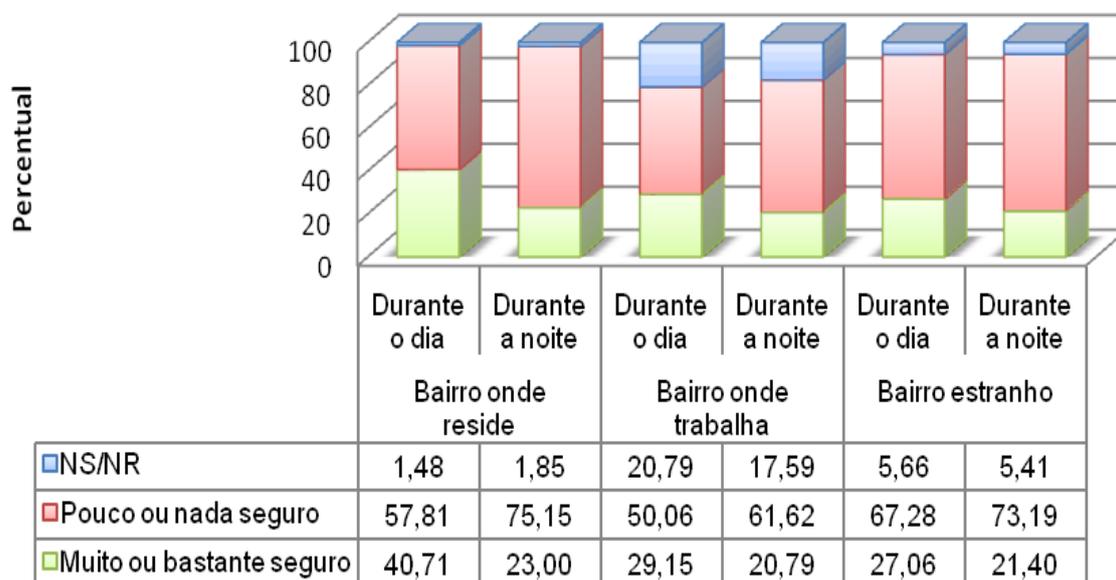
O primeiro item, sentimento de insegurança nos bairros, permitiu observar que a população se sente pouco ou nada segura em todas as inferências realizadas. O instrumento de coleta dos dados mensurou esse sentimento considerando o dia e a noite em três ambientes distintos: bairro de residência dos entrevistados, bairro onde ele exerce algum tipo de atividade e bairros considerados estranhos à sua rotina diária<sup>36</sup>. Soares (2008) ao analisar o mesmo instrumento em uma pesquisa de vitimização no Rio de Janeiro, ressalta a fragilidade deste questionamento “bairros estranhos aos entrevistados”, uma vez que pela ausência de referentes empíricos concretos não permite assegurar com margem segura qual o percentual de pessoas que desqualificam o bairro pelo seu desconhecimento ou de fato, pelo conhecimento negativo sobre crimes ocorridos na área. Além do mais, a rigidez do questionamento quanto ao bairro como menor unidade de análise inviabiliza observar as relações dos entrevistados em áreas menores.

As variáveis dia, noite e bairros estranhos parecem influenciar incisivamente no sentimento de insegurança. Considerando a margem de erro de 3,4% para mais ou para menos, nos bairros estranhos o medo é maior do que em qualquer outro lugar, independente do período do dia ou da noite. Já no bairro de residência ou de trabalho o período noturno exerce maior influência no sentimento de medo que as pessoas sentem – GRAF. 8.

---

<sup>36</sup> Os bairros considerados estranhos dizem respeito aos demais bairros da cidade diferentes daqueles que se estabelecem residência, relações de trabalho ou rotina diária.

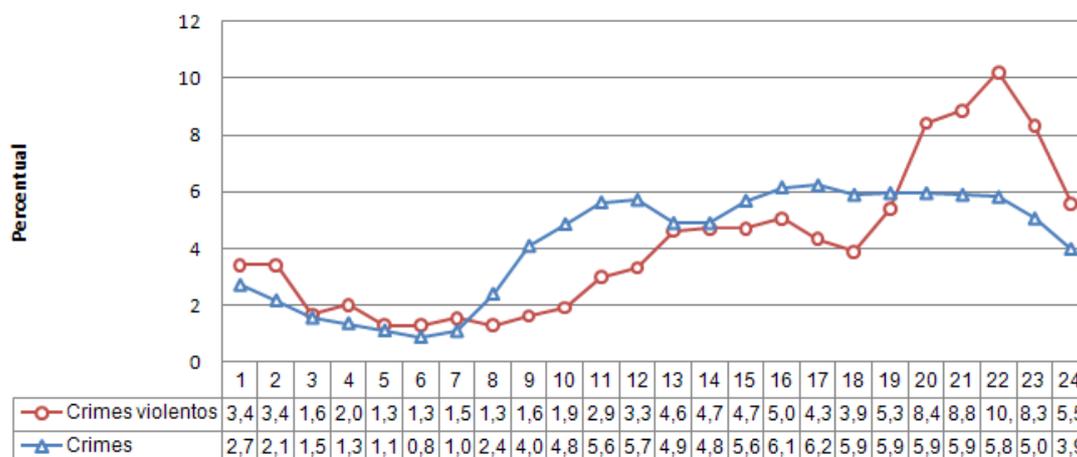
GRÁFICO 8 – Sentimento de insegurança durante o dia e a noite nos bairros da cidade de Montes Claros/MG - 2009



Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009.

O percentual de pessoas que se sentem pouco seguras à noite é considerável, representado em 75,15%, 61,62% e 73,19% para o bairro de residência, trabalho e estranho, respectivamente. Esse pode ser um indicativo de que a criminalidade se manifesta mais intensamente nesses horários. Buscando estabelecer uma correlação, comparou-se essas declarações com os dados sobre os crimes e os crimes violentos da Polícia Militar, com objetivo de identificar se o senso comum da insegurança coincide com o período de maior probabilidade de vitimização. Para a variável crime não é possível estabelecer uma relação direta, visto a proximidade de uma distribuição uniforme dos delitos durante quase todo o dia e parte da noite. Todavia, com os crimes violentos há correlação direta entre a incidência dos delitos e o sentimento popular. Estes crimes têm seus registros intensificados entre 19:00 e 24:00h.

GRÁFICO 9 – Distribuição percentual do horário de crimes e crimes violentos em Montes Claros/MG – Ago/2008 a Jul/2009



Fonte: Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais

Outra correlação interessante é a que compara os bairros de maior incidência de crimes violentos registrados pela Polícia Militar e os bairros de residência considerados, na perspectiva dos entrevistados, como propensos à vitimização. Nesta análise não há correlação significativa, visto que ao selecionar os vinte bairros mais violentos à luz dos delitos registrados não houve correlação alguma com aqueles apontados pelos entrevistados como inseguros.

O distanciamento entre a realidade e o medo pode está muito mais relacionado a uma construção social do que ausência real de mecanismos de segurança. Uma reflexão pertinente relacionada ao fato é a proposta por Miranda, Nascimento e Melo (2006) que consideram a insegurança moderna como uma busca sem fim por proteção e segurança. Neste caso, o medo seria muito maior do que o necessário.

Soares (2008) ao analisar o viés de afastamento entre a realidade e o medo utiliza duas dimensões explicativas, a percepção da violência e a informação sobre a violência. Para o autor a informação sobre a realidade precisa chegar ao indivíduo para que ele tenha medo ou insegurança. Neste caso, a imprensa local pode desempenhar um papel muito importante na produção e espacialização do medo pela dinâmica de divulgação de suas notícias, influenciando o modo como a população percebe a criminalidade.

Por outro lado, como existem distintas concepções de violência o que provoca insegurança na população pode ser ignorado pelas instituições de defesa social. Isso significa que a Polícia Militar, ao produzir os dados oficiais, pode dispensar maior atenção a determinadas categorias criminais, ignorando pequenos delitos que contribuem muito mais para o aumento do medo na população. Soares (2008), resgatando a teoria das Janelas Quebradas diz que pequenas incivildades provocam a impressão de que não há governo, não há poder ou autoridade. Essa sensação de “ninguém se importa” aumentaria o sentimento de insegurança e o medo. Zauberman (2008) corrobora sobre o assunto dizendo que confronto entre as duas fontes (estudos de vitimização e os dados oficiais) permite, no mínimo, apontar diferentes interpretações das categorias penais entre o público e os profissionais.

Por essa análise aquilo que realmente representa perigo ou insegurança para a população pode não ser reconhecido pela polícia. Assim, a política de produção dos dados oficiais não permite avaliar com rigor delitos pequenos, visto que a preocupação institucional se ocupa da criminalidade violenta, ignorando a desordem e o medo produzidos pelos pequenos crimes ou contravenções penais.

Por outro lado, ao questionar a população quais os três maiores medos que temem passar em seu bairro ela se remeteu a situações em que há manifestação de violência. O item mais observado foi o medo de ser assaltado com 80,57%, seguidos do medo de ser vítima de bala perdida 54,74% e de estar em um tiroteio 44,65%. Dentre as respostas que menos apareceram estão ser vítima de violência da polícia, 14,02% e ser confundido como bandido pelo segurança do shopping, 12,92%.

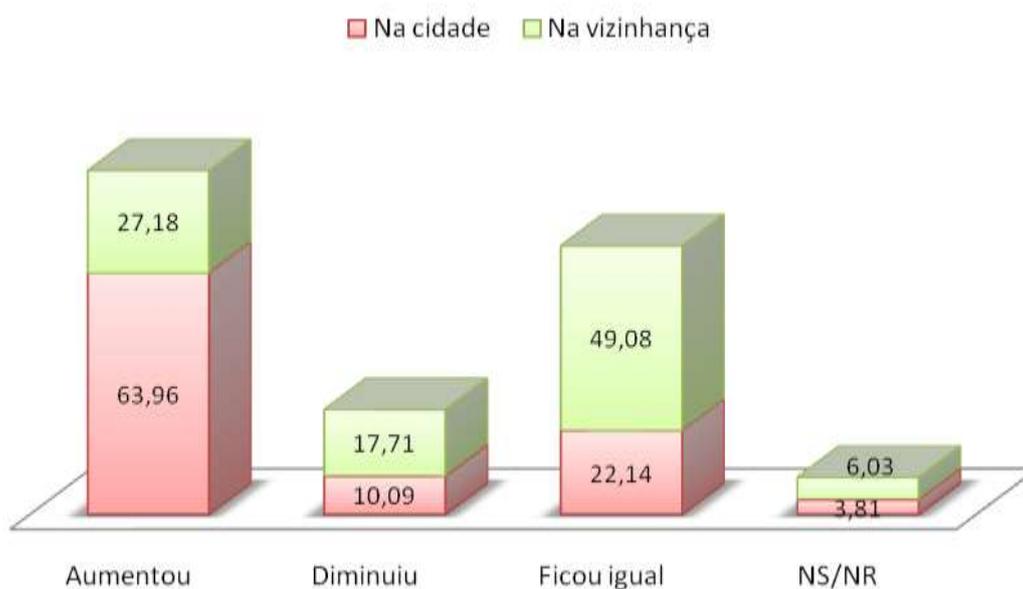
O sentimento de insegurança tem provocado uma mudança de comportamento na população da cidade. Isso pode ser constatado ao se analisar a adoção de medidas que visam prevenir a vitimização. Quando perguntados se evitam sair à noite; ir a certos locais da cidade, bancos ou caixas eletrônicos; lugares pouco movimentados; locais com grande concentração de pessoas; ostentar valores ou objetos valorosos, usar transporte coletivo; conviver com vizinhos e conversar com estranhos, por medo de se tornarem vítima de crime em seu bairro, 94,8% disseram ter adotado algum tipo de

comportamento. O mais comum é evitar locais desertos (83,15%), transportar objetos de valor (81,80%) e sair à noite (70,36%).

Apesar do medo dos entrevistados em relação à criminalidade, 57,20% não adotaram medidas de segurança para sua residência nos últimos 12 meses (ago/2008 a jul/2009). As medidas mais comuns dentre os que adotaram algum tipo de proteção foram a aquisição de cães de guarda (8,98%), troca de fechaduras (8,49%) e instalação de cerca elétrica (6,64%).

O sentimento de insegurança tem correlação direta com a percepção sobre o aumento ou diminuição da criminalidade. Ao serem indagados se, no último ano, houve aumento ou diminuição da criminalidade na cidade 63,96% afirmaram que aumentou. Apenas 10,09% perceberam redução e para 22,14% não houve variação. Quando o foco de análise passa a ser a vizinhança 49,08%, disseram que permaneceu inalterada e 27,18% acreditam que aumentou (GRAF. 10).

GRÁFICO 10 – Percepção sobre o aumento ou diminuição da criminalidade no bairro e na cidade no último ano – Montes Claros/2009



Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009.

Esse é um indicativo de que o sentimento de insegurança aumenta em áreas distantes daquelas onde o sentimento de pertencimento é mais intenso e as relações sociais mais próximas. Talvez essa seja uma variável

com alto poder explicativo para o aumento do medo em bairros estranhos aos entrevistados.

A comparação entre a percepção popular sobre a diminuição ou aumento da criminalidade com os dados oficiais da taxa de crimes e de crimes violentos registrados pela Polícia Militar, reforçam a tese da influência da imprensa (SOARES, 2008) e/ou pela distinção entre as diferentes interpretações das categorias penais – entre o público e os profissionais – (ZAUBERMAN, 2008) no sentimento de insegurança.

No período considerado pela pesquisa (agosto de 2008 a julho de 2009) houve redução no registro oficial da taxa de crimes de 4,63% e na taxa de crimes violentos de 14,39%, quando comparado com o período de agosto de 2007 a julho de 2008.

Deste modo, não obstante a população acreditar em um aumento da criminalidade na cidade os registros oficiais mostram o contrário. Por outro lado, a percepção da violência na vizinhança diminuiu coincidindo com o registro dos dados da polícia. Isso permite pensar que a avaliação da vizinhança possa ser influenciada pelo sentimento de pertencimento, ou seja, que a intensidade e proximidade das relações sociais fazem com os bairros próximos à residência aparentem ser mais seguros do aqueles estranhos ou distantes do bairro de residência.

#### **4.5 Avaliação da segurança pública**

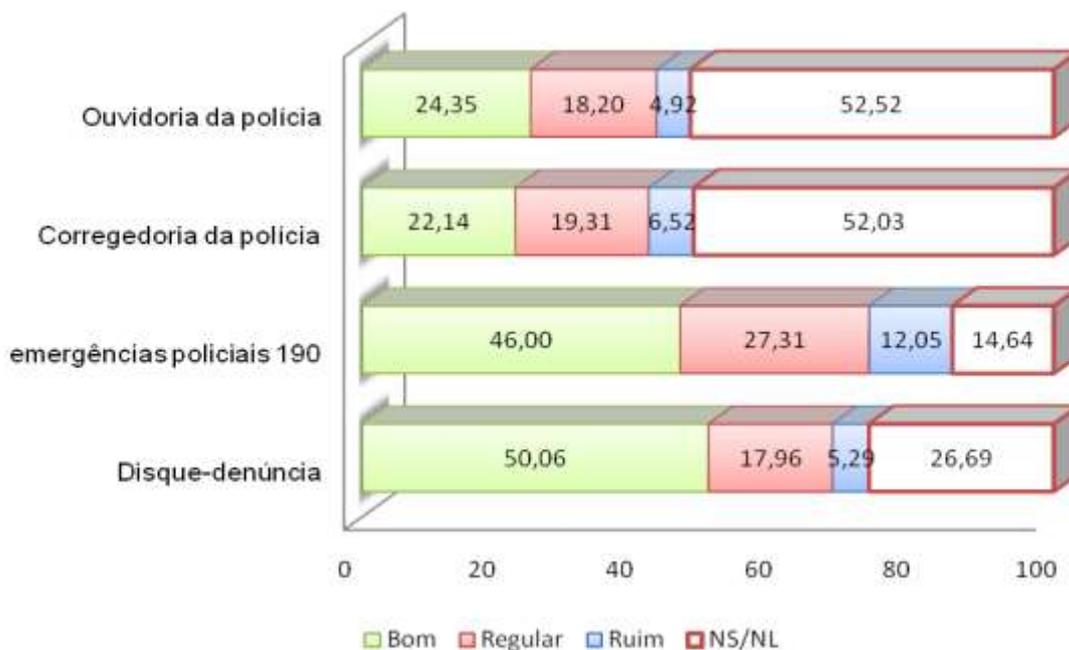
Nesse bloco os entrevistados foram questionados sobre sua percepção em relação à segurança pública. Para tanto, avaliaram serviços, comportamento, confiança e a qualidade do atendimento das polícias Civil e Militar. As informações foram apresentadas separadamente em função dos diferentes tipos de serviços disponibilizados por estas instituições à população.

O serviço melhor avaliado no caso da Polícia Militar foi o disque-denúncia apontado como bom por 50,06% dos entrevistados. Esse é um serviço mantido pela própria instituição policial, em parceria com a municipalidade, que é quem paga a conta de telefone, uma vez que a ligação é gratuita para os usuários. A central de atendimento funciona juntamente com

as emergências policiais (serviço 190) e é operada pelos próprios policiais. As conversas não são gravadas e não há identificador para chamadas.

Além do disque-denúncia, o serviço 190 foi avaliado positivamente por 46,0% dos entrevistados. Esse foi coincidentemente o serviço com menor percentual de reclamação, sendo classificado como ruim por 12,05% (GRAF. 11).

GRÁFICO 11 – Avaliação dos serviços de segurança pública – Montes Claros/2009



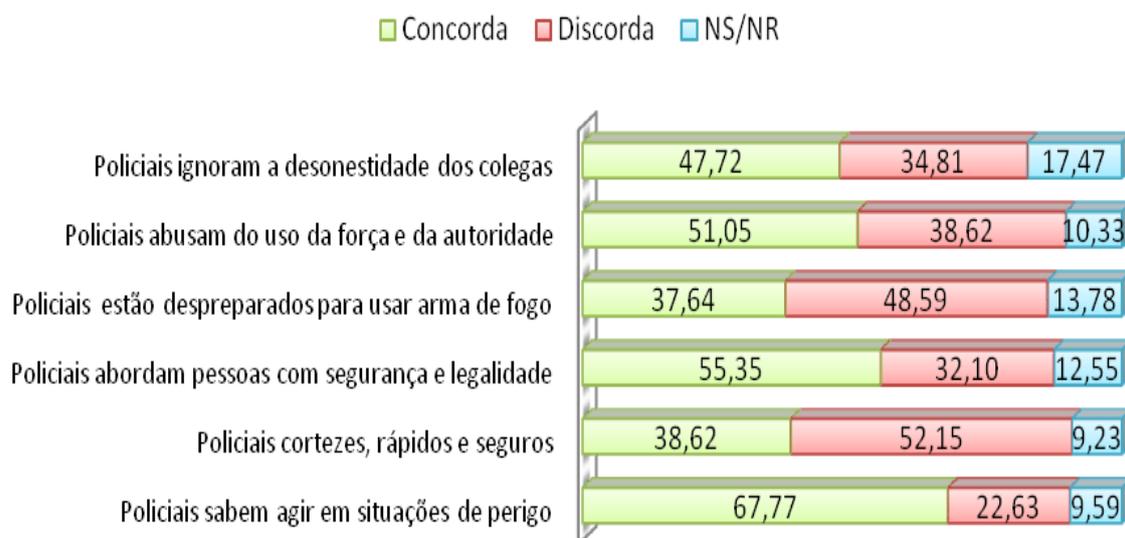
Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009.

A boa avaliação do disque-denúncia e das emergências policiais pode ter ocorrido em função da utilização constante destes serviços pela população. Por outro lado, os serviços de ouvidoria e de corregedoria, avaliados como ruins por 52,52% e 52,03% respectivamente, pode ter ocorrido pelo desconhecimento, dificuldade de acesso para formalização das denúncias ou descrédito na solução de casos denunciados.

Ao avaliar a atuação da Polícia Militar, 67,77% os entrevistados disseram que os Policiais Militares sabem agir em situação de perigo e 55,35% afirmaram que eles abordam com segurança e legalidade. Por outro lado, 53,15% acreditam que os policiais não atendem as pessoas com cortesia,

rapidez e segurança e 51,05% abusam do uso da força e da autoridade. Além disso, para 47,72% os Policiais Militares fazem vista grossa à desonestidade dos colegas (GRAF. 12).

GRÁFICO 12 – Avaliação da atuação da Polícia Militar – Montes Claros/2009

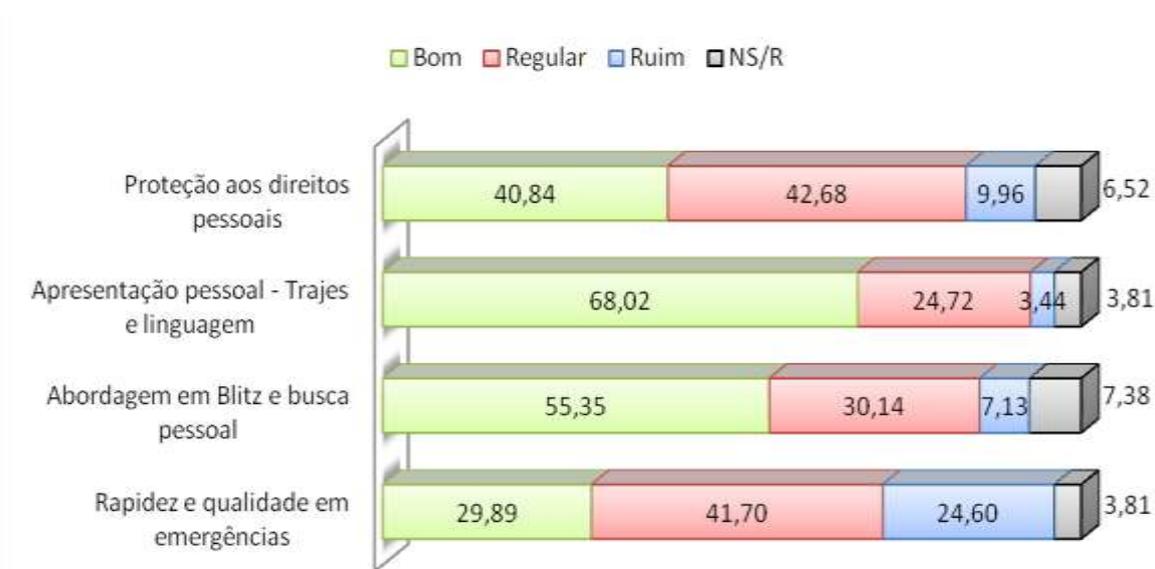


Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009.

A atuação dos policiais pode ter contribuído significativamente na confiança na instituição. A confiança, entretanto, ficou prejudicada, visto que 52,0% confiam pouco ou nada nesta instituição e 45,0% confiam bastante ou muito (GRAF. 12).

Dentre as ações policiais ocorridas no mês de julho/2009 na vizinhança e que podem ter influenciado negativamente na avaliação desta instituição estão às revistas pessoais (48,46%), a revista em veículos (33,46%) e atuação policial em crimes (24,85%). Quando se observa o atendimento dos Policiais Militares em situações especificadas a maior parte dos entrevistados classificaram como boa apresentação pessoal (68,02%) e as abordagens em blitz e busca pessoal (55,35%), e como ruim ou regular a proteção dos direitos pessoais (52,64%) e a rapidez e a qualidade da prestação do serviço (66,3%) – GRAF. 13.

GRÁFICO 13 – Avaliação do atendimento da Polícia Militar – Montes Claros/2009



Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009.

Como pode ser observado, o quesito confiança na Polícia Militar ficou com avaliação ruim, provavelmente em função dos percentuais negativos relacionados às relações sociais entre a instituição e a população, quando se mensura as variáveis avaliação de serviços, comportamento e qualidade no atendimento.

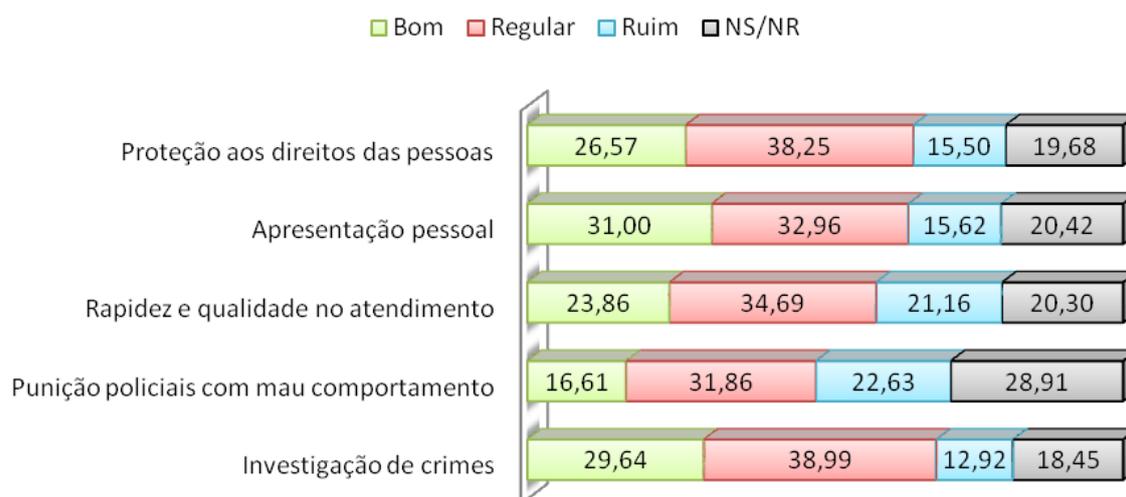
A esse respeito, convém destacar o trabalho sobre os desafios da polícia brasileira na implementação da “ordem sob a lei”, em que Saporì (2007: 100) ao comparar as polícias civis e militares afirma que esta, apesar da cultura militar, tem se adequado de forma mais efetiva e competente a modernização e às novas demandas sociais. Entretanto, na cidade de Montes Claros, o reconhecimento e o avanço identificados por este pesquisador parecem não ter sido suficientes para melhorar a avaliação da instituição por quem de fato usa seus serviços ou sofre ação direta de sua atuação, a população. Por outro lado como está pesquisa não analisou informações sobre o quesito confiança em anos anteriores, a modernização da instituição apontada pelo autor podem sim ter ocorrido, mas ainda estão aquém daquilo que a sociedade espera.

Quando o enfoque na análise dos dados volta-se à Polícia Civil aqueles que disseram confiar pouco ou nada na instituição somam 60,0% e os que confiam muito ou bastante são 30,0%. Assim como na avaliação da

instituição militar, a Polícia Civil ficou com a credibilidade prejudicada pela desqualificação de quesitos relacionados ao atendimento, principalmente no que diz respeito à rapidez e qualidade, uma vez que 55,84% classificaram esse serviço como regular ou ruim. A punição dos policiais com mau comportamento foi apontado por 22,63% como ruim. Esse pode ser um juízo de valor por parte do entrevistados, uma vez que não há divulgação dos resultados das apurações realizadas contra agentes da instituição.

Observa-se ainda um grande percentual de pessoas que não sabiam ou que não opinaram, por desconhecimento das funções ou dos resultados dos serviços da Polícia Civil (GRAF. 14).

GRÁFICO 14 – Avaliação do atendimento da Polícia Civil – Montes Claros/2009



Fonte: Dados da Pesquisa de vitimização 2009.

O enfraquecimento na credibilidade e as críticas aos procedimentos e comportamentos adotados pelas instituições policiais parecem fazer parte do complexo problema da criminalidade moderna.

Os favoráveis ingredientes disponíveis no ambiente urbano para o cometimento de crimes e o modelo de gestão vigente na segurança pública acrescentam ao problema da criminalidade divergências entre o ideal institucional e o social.

A percepção da população montesclarence, tomada como observação, permite inferir que tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar têm

atendido com desdém aos anseios sociais. Isso reflete a frágil relação entre a sociedade e estas instituições, que pautadas em um modelo coercitivo de interesses, manifesta a vontade coletiva sem, de fato, atender o interesse social.

Uma alternativa para essa questão talvez seja o desenvolvimento de uma estratégia de aproximação da política institucional destas corporações policiais com as expectativas sociais. A substituição de estratégias coercitivas para mediações consensuais apontam para um novo paradigma na estratégia de gestão policial da segurança pública. As políticas de proximidade, como são conhecidas as estratégias de fortalecimentos das relações sociais com as instituições responsáveis pela sua proteção, buscam uma construção coletiva e consensuada das regras de convívio social. Burgos (2008) em reflexão sobre a política de proximidade e a sociabilidade violenta brasileira afirma que:

A política de proximidade constitui um esforço de aproximação às instituições públicas e o homem comum que vive no território, e que apostam na construção de novos canais de comunicação entre o direito e vida local, como forma de ressolidarizar comunidades, identidades e subjetividades (BURGOS, 2008:222).

O autor ao analisar estudo comparativo de Anne Wyvekens (2001) entre a política de proximidade norte americana e a francesa salienta que no primeiro caso, o recurso à polícia denota que seu o objetivo central é o de dar efetividade ao direito já existente, no segundo a rede de proximidade pretende funcionar como canal de construção coletiva de regras de convívio.

Em outras palavras, no caso dos EUA, portanto, está em jogo a idéia de que ordenação do espaço cultiva e fomenta a regeneração de uma cultura cívica perdida, e o braço coercitivo da polícia exprimiria a vontade da coletividade organizada, reduzindo, ou até mesmo, eliminando, a possibilidade de conflito. Na França, diversamente, a justiça de proximidade remete ao projeto de articulação entre as instituições de socialização, visando a uma construção coletiva e consensuada de regras de convivência (BURGOS, 2008:223).

No Brasil, a relação entre as instituições policiais e a sociedade aproxima-se do modelo norte americano, ou seja, o controle coercitivo dos espaços públicos estabelece um relacionamento precário entre as agências de

defesa social e a capacidade de mediar à solução dos conflitos fica prejudicada.

Deste modo, as instituições policiais têm papel essencial no processo de aproximação social para solução pacífica de seus conflitos. Todavia, a política institucional dessas instituições precisa ser alinhada com o interesse dos indivíduos para que o comportamento, a qualidade no atendimento e a confiança sejam melhoradas.

#### **4.6 Vitimização**

Neste bloco serão apresentadas informações sobre vitimização. O detalhamento foi estruturado objetivando demonstrar os tipos de delitos na qual os entrevistados foram vítimas no período de referência contemplando furtos, roubos, estelionatos, agressões, ameaças, ofensa sexual e discriminação e sua respectiva notificação à polícia. Tomando como referências estas condições buscou-se identificar o perfil e o comportamento das vítimas dos delitos bem como a relação entre as vítimas e as instituições de segurança pública, principalmente a polícia.

A vitimização permite observar de que maneira o estilo de vida dos indivíduos favorecem o ambiente de oportunidades para prática de crimes. As características comportamentais tornam-se, portanto, essenciais para identificação de um perfil preferencial por partes dos agentes transgressores e identificam ainda a diferença entre o que acontece e o que é registrado pelos órgãos oficiais e as características individuais das vítimas preferenciais.

Para detalhar o comportamento que favorece o ambiente de oportunidades para o crime os dados foram organizados de modo a disponibilizar informações sobre o perfil das vítimas e dos seus hábitos. Para tanto, tomou-se como variável independente os delitos em suas seis modalidades supramencionadas e como variáveis dependentes para o perfil das vítimas nas variáveis sexo, raça, estado civil, situação de emprego, renda e credo religioso (TAB. 9); para os hábitos foram analisados o tipo de transporte

utilizado, horário mais freqüente para deslocamentos na rua e adoção de procedimentos de segurança nas residências.

Genericamente ao se observar os dados da pesquisa realizada na cidade de Montes Claros/MG 46,49% declararam ter sido vítima em pelo menos um dos delitos contemplados. Pessoas do sexo feminino, não brancas, com idades compreendidas entre 19 e 33 anos, casadas, com ocupação, ensino médio e renda familiar entre um e dois salários mínimos têm mais chances de se tornar vítimas dos delitos analisados na cidade.

Considerando o total de entrevistados, as ofensas sexuais (0,51%) e roubos de automóveis (1,03%) aparecem com os menores percentuais. Já os crimes de furtos de bens materiais diversos 31,11% e estelionatos 23,14% são os mais recorrentes.

Dentre aqueles que disseram possuir automóveis, 29,72% afirmaram que tiveram seus veículos furtados e em 90,9% dos casos, o fato foi registrado junto à Polícia Militar. Este é o delito que apresenta maior taxa de notificação aos órgãos oficiais. Segundo Catão (2008), esse comportamento se justifica porque o registro é importante para o recebimento do seguro. Isso é uma condição das agências de seguros para pagamento do prêmio. Por outro lado, o valor do patrimônio e o inconveniente em se tráfegar com os veículos furtados também podem funcionar como uma crença de que o bem seja localizado, motivando o registro.

Ao se observar individualmente as variáveis independentes (furtos, roubos, estelionatos, agressões, ameaças, ofensa sexual e discriminação) foi possível identificar o perfil preferencial para vitimização. No caso dos furtos as o perfil é constituído pessoas do sexo feminino (61,50%), não brancas (68,27%), casadas (50,5%), com ocupação (87,25%), ensino médio (43,27%), com renda familiar entre um e dois salários mínimos (30,69%) e com mais de 42 anos de idade (TAB. 9). Ao agrupar as categorias etárias entre 19 e 25 e de 26 a 33 anos, fazendo uma única categoria (19 a 33 anos), observa-se que a vitimização por furtos é de 43,40%. Essa é uma faixa de idade em que a exposição do indivíduo pode contribuir significativamente para sua ocorrência.

O furto é um tipo de delito onde a reincidência é considerável, visto que no período de referência da pesquisa 13,62% foram vítimas mais de uma vez. Dentre os objetos visados estão as jóias (19,42%), CD's e MP3 (18,45%),

dinheiro (15,53%) e bicicletas (15,53%). Esses furtos aconteceram principalmente na residência dos entrevistados em 55,34% das vezes ou andando na rua em 11,65%.

Quanto aos hábitos comportamentais 62,33% das vítimas desse tipo de crime declararam passar a maior parte do tempo em casa. Todavia, 92,6% também afirmaram ter deixado a residência para praticar atividades como ir ao cinema, mercado, evento religioso, visitar parentes, festas, etc, fato que aumenta a exposição das prováveis vítimas. Por outro lado, 80,30% disseram evitar sair de casa com objetos de valor, 56,6% evitam conversar com pessoas estranhas e 24,26% evitam conviver com os vizinhos, por medo da vitimização.

É interessante salientar que apesar dos furtos vitimarem em maior quantidade as pessoas em suas residências, 71,31% não adotou medidas de proteção para as mesmas. Dentre os que adotaram as principais medidas foram a instalação de cerca elétrica, a troca de fechaduras e o aumento dos muros.

Tabela 10 – Perfil das vítimas de crimes em Montes Claros/MG em 2009

Variável	Condição	Furto	Roubo	Estelionato	Agressão	Ameaça	Ofensa sexual	Discriminação
<b>Sexo</b>	Masculino	38,5	35,7	55,8	56,1	52,5	0	42,8
	Feminino	61,5	64,3	44,2	43,9	47,5	100	57,2
<b>Cor</b>	Branco	31,73	45,2	37,98	35,1	30,3	0	19,57
	Não branco	68,27	54,8	62,02	64,9	69,7	100	80,43
<b>Estado Civil</b>	Solteiro	38,61	33,33	36,72	56,1	40,5	25	40,15
	Casado	50,5	52,38	46,88	33,3	44,63	75	42,34
	Separado	7,92	9,52	6,25	5,3	9,09	0	7,3
<b>Condição na atividade</b>	Viúvo	2,97	4,76	10,16	5,3	5,79	0	10,22
	Trabalha	87,25	17,5	67,48	74,55	78,33	100	75,94
	Não trabalha	12,75	82,5	32,52	25,45	21,67	0	24,06
<b>Escolaridade</b>	Analfabeto	0,96	0	3,13	3,51	2,46	25	4,35
	Fundamental	33,65	28,57	28,91	26,32	31,97	25	45,65
	Ensino médio	43,27	50	50	57,89	54,92	50	39,13
	Superior	22,12	21,43	17,97	12,28	10,66	0	10,87
<b>Renda</b>	Sem renda	0,99	0	0,83	1,85	1,71	0	0,77
	< 1 salário	20,79	13,16	8,33	14,81	13,68	0	16,15
	1 a 2 salários	30,69	23,68	31,67	25,93	35,04	100	33,85
	2 a 3 salários	23,76	28,95	33,33	40,74	31,62	0	33,08
	3 a 5 salários	7,92	15,79	8,33	7,41	6,84	0	6,92
	5 a 10 salários	11,88	10,53	10	9,26	8,55	0	8,46
> 10 salários	3,96	7,89	7,5	0	2,56	0	0,77	

<b>Faixa etária</b>	17 a 18 anos	4,72	2,33	4,65	4,92	5,26	0	5,07
	19 a 25 anos	22,64	18,60	19,38	29,51	36,84	25,00	23,91
	26 a 33 anos	20,75	25,58	22,48	22,95	28,07	50,00	26,09
	34 a 41 anos	19,81	16,28	17,05	13,93	12,28	0	16,67
	42 ou mais	32,08	37,21	36,43	28,69	17,54	25,00	28,26
<b>Credo religioso</b>	Evangélico	25,24	14,29	22,66	10,71	20,83	50	27,74
	Católico	66,02	78,57	67,97	78,57	68,33	50	59,12
	Outros	8,74	7,14	9,38	10,71	10,83	0	13,14

Fonte: Pesquisa de vitimização 2009 – PPGDS/Unimontes.

O furto é um tipo de delito em que apropriação de bens materiais se dá, em geral, por distração das vítimas, ocorrendo tanto em ambientes públicos quanto privados. Beato, Peixoto e Andrade (2004) em uma pesquisa de vitimização em Belo Horizonte/MG demonstram que a exposição, a capacidade de proteção, atrativos materiais e a proximidade entre vítima e agressor são fundamentais para determinar a probabilidade desse tipo de vitimização. Para a cidade de Montes Claros/MG inobservância de cuidados com proteção residencial parece contribuir para uma maior vitimização. Isso não quer dizer que a vítima seja culpada pela ocorrência do crime, mas que a exposição, a ausência de capacidade protetiva e a inexistência de mecanismos de proteção podem aumentar a probabilidade de vitimização.

A variável roubo difere-se do furto porque a vítima percebe a ação do agressor. Este geralmente utiliza-se de força física ou grave ameaça para coagir os indivíduos na subtração dos seus bens. O perfil das vítimas deste tipo de crime é constituído por pessoas do sexo feminino (64,30%), não brancas (54,80%), casadas (52,38%), sem ocupação (82,50%), ensino médio (50,0%), com renda familiar entre dois e três salários mínimos (28,95%) e com mais de 42 anos de idade (37,57%) – TAB. 9. Neste delito ao se analisar a categoria de maior exposição (19 a 33 anos) há uma vitimização de 44,19%.

A reincidência deste crime foi de 20,0%, o que significa que pessoas com este perfil podem ter sido vítimas mais de uma vez. Dentre os objetos de maior interesse dos agressores estão as jóias e telefones celulares (27,5% cada) e as bicicletas com 12,5%.

No que se refere aos hábitos comportamentais 55,55% disseram passar a maior parte do tempo dentro de casa. Entretanto, todas as vítimas disseram ter se ausentado por algum momento de suas residências para

participar de festas, visitar a parentes, atividades religiosas, etc. Dentre as medidas protetivas adotadas os entrevistados disseram evitar locais desertos (81,0%), sair à noite (63,3%) e ostentar objetos de valor (76,2%). Em relação à residência 50,0% dos que se disseram vítimas não adotaram qualquer tipo de proteção. Para aqueles que o fizeram as medidas mais adotadas foram a instalação de cercas elétricas (21,05%) e a troca de fechaduras das residências (17,54%).

Apesar de evitar a exposição de objetos de valor, jóias e telefones celulares estão entre os objetos mais subtraídos. Deste modo, para esta modalidade delituosa, assim como nos furtos a inexistência de um sistema protetivo e a atração econômica, bem como a convergência no tempo e no espaço parecem criar o ambiente de oportunidades para a prática desses crimes, conforme Cohen e Felson (1978).

Para a variável estelionato, crime de motivação econômica, como o furto e o roubo e que pode ser definido por situação em que o agressor obtém vantagem indevida ao induzir alguém a erro, utilizando-se para isso de habilidade fraudulenta a pesquisa aponta como perfil de vitimização, pessoa do sexo masculino (55,80%), não brancas (62,02%), casadas (46,88%), com exercício remunerado de função (68,48%), ensino médio (50,0%), com renda familiar entre dois e três salários mínimos (33,33%) e com mais de 42 anos de idade (36,43%) TAB. 9. Para a categoria de maior exposição (19 a 33 anos) há uma vitimização de 41,86%.

Este tipo de delito manifestou-se, na maior parte dos casos, através do uso de cheques (28,31%), moeda falsa (21,08%) e produtos não entregues (12,65%). Em 34,88% das vezes o golpista é alguém conhecido da vítima (vizinhos, familiares e conhecidos de vista), corroborando a tese da proximidade entre vítima e agressor. Esse parece ser um crime confiança, ou seja, aquele em que a ingenuidade ou o excesso de convicção da vítima contribui para o surgimento de oportunidades para o crime.

As variáveis agressão e ameaça, distintamente das anteriores, não apresentam motivações econômicas e sim de relacionamento. Beato, Peixoto e Andrade (2004) afirmam tratar-se de conflitos de natureza expressiva que guardam as dimensões de um comportamento racional. Para estes autores as

oportunidades e interações espaço/tempo são componentes importantes para esse delito.

No caso da agressão as vítimas são, em geral, pessoas do sexo masculino (56,10%), não brancas (64,90%), solteiras (56,10%), com exercício remunerado de função (74,55%), ensino médio (57,89%), renda familiar entre dois e três salários mínimos (40,74%) e faixa etária compreendida entre 19 e 25 anos (29,51%) – TAB. 9.

Dentre as agressões sofridas pelas vítimas estão os pontapés e socos (48,14%), lesões provocadas pelo arremesso de objetos (35,08%), esfaqueamentos (20,37%) e estrangulamentos (7,27%). Fatores como proximidade e o relacionamento entre vítimas e agressores parecem convergir para uma maior oportunidade de vitimização. Em 47,40% dos casos as agressões acontecem em locais em que a vítima possui algum vínculo afetivo, ou seja, em sua própria casa, de familiares ou de amigos. O agressor geralmente é pessoa do sexo masculino (68,40%) e com que a vítima estabelece algum tipo de relacionamento (conhecido da vítima – 66,70%). As agressões na rua somam 24,60% dos casos quanto ao local de ocorrência.

No caso das ameaças as vítimas são, em geral, pessoas do sexo masculino (52,50%), não brancas (69,70%), casadas (44,63%), com exercício remunerado de função (78,33%), ensino médio (54,92%), renda familiar entre um e dois salários mínimos (35,04%) e faixa etária compreendida entre 19 e 25 anos (36,84%) – TAB. 9.

Dentre as práticas mais comuns estão os insultos (65,6%), as ameaças de agressão (41,0%), as ameaças por armas de fogo (14,85%) e as perseguições por motivações diversas (18,90%).

Para os delitos de ameaça e agressão, que envolve disputas psicológicas, morais e físicas nas relações sociais os homens são mais propensos a estas disputas que as mulheres. Geralmente as pessoas de menor idade, principalmente nos grupos de maior exposição social, estão mais susceptíveis a desentendimentos externos, ou mais dispostas a ignorar o diálogo nas relações de proximidade, envolvendo os parentes, amigos e pessoas conhecidas no rol das disputas.

As ofensas sexuais representaram apenas 0,51% das pessoas vitimadas. Não obstante o número de mulheres na amostra ser superior a 57%

a ocorrência foi insignificante para a realização de uma análise nos parâmetros estabelecidos. Talvez isso tenha acontecido pela própria dinâmica de aplicação das entrevistas, que pelas limitações orçamentárias, não viabilizou, com pessoas do mesmo sexo, a interação entrevistado e entrevistador. Situação que pode ter inibido declarações de outras vítimas desse crime que por vergonha ou preconceito podem ter fornecido declarações distintas da realidade.

A última variável analisada, a discriminação apresenta um perfil de vítima bastante diversificado. A vitimização foi maior entre as mulheres (57,20%) e não brancos (80,43%). Pessoas casadas (40,15%) e solteiras (42,34%) aparecem empatadas, em função da margem de erro da pesquisa – 3,4% para mais ou para menos. Além disso, 75,94% declararam ter trabalho e possuem renda familiar entre um e três salários mínimos, possuem ensino médio e têm entre 19 e 33 anos ou com mais de 42 anos – TAB. 9.

As categorias discriminatórias mais observadas foram aquelas relacionadas à religião (19,05%), ao local onde mora (17,58%) e à classe social (16,48%). A opção sexual e questão do gênero apareceram com os menores percentuais 1,83% e 4,40 respectivamente. Neste tipo de crime em 63,76% dos casos os autores são desconhecidos das vítimas e em 58,69% das vezes o fato ocorre em local público.

Existe uma diferença entre o que de fato acontece e o que é registrado pelos órgãos oficiais. Essa discrepância que possui motivações diversas e pode ser produzida ora pela utilização dos distintos padrões de classificação de delitos entre as vítimas e os policiais, ora pelo interesse institucional em fazer com que a violência pareça permanecer sob controle, ora pelo interesse individual dos agentes de segurança pela oferta de vantagens econômicas, ora pela falta de credibilidade nas instituições de segurança, ou ainda por desprezo econômico ou moral à ocorrência do delito. Catão ao criticar os dados oficiais adiciona ao conjunto de causas da subnotificação argumentos que auxiliam compreender o porquê do problema.

É importante ressaltar que os dados oficiais não representam o universo da criminalidade efetivamente praticada. As estatísticas criminais são baseadas nos crimes registrados que constituem uma amostra pequena dos crimes praticados. Muitos crimes não chegam ao conhecimento dos órgãos responsáveis pela administração da

Justiça. Muitas vezes as pessoas não vão à polícia comunicar e registrar a ocorrência de um delito. Vários são os motivos: por não acreditarem na eficiência da polícia, por terem medo de represálias, por não considerarem-no importante ou por haver possibilidade de obter reparação por outra via, entre outros (CATÃO, 2008: 27).

A subnotificação é uma variável importante de ser analisada nas pesquisas de vitimização, por apontar uma direção que vai além da diferença entre o real e o oficialmente considerado, permitindo identificar os motivos que levam as vítimas a adotar um comportamento que ignora o registro do fato. Considerando as mesmas variáveis independentes que permitiram descrever o perfil social mais provável à vitimização foi possível perceber que os crimes de discriminação, estelionato e furtos vitimaram respectivamente, 17,0%, 15,9% e 13,1% pessoas. Os maiores percentuais de subnotificação, ou seja, de pessoas que mesmo vitimadas não registraram os delitos foram as discriminações (73,95%), ofensas sexuais (75,0%)<sup>37</sup> e estelionato (64,3%). O crime de roubo parece possuir menor intolerância das vítimas, visto que 57,1% das vítimas disseram ter procurado a polícia para registrar o ocorrido. O percentual de subnotificação dos delitos de furto, ameaça e agressão mostraram-se também bastante significativo – Tabela 10.

O percentual de notificações à Polícia Militar foi calculado a partir da relação crimes noticiados e população municipal existente. O percentual de subnotificação, por sua vez, foi obtido a partir do número de pessoas, em relação ao número de entrevistados, que mesmo sofrendo vitimização não informaram o fato aos órgãos oficiais por algum motivo.

Tabela 11 – Pessoas vitimadas, crimes registrados e subnotificação medida em Montes Claros/MG - 2009

Tipo de delito / Situação	Percentual de vítimas	Percentual subnotificação	Percentual de notificações à PM *
Furto	13,1	55,8	1,71
Roubo	5,3	42,9	0,56
Estelionato	15,9	64,3	0,06
Agressão	7,0	54,9	0,60
Ameaça	15	55,5	0,80

<sup>37</sup> Este delito foi apontado por quatro vítimas da amostra. Destas, apenas uma noticiou o fato à polícia.

Ofensa sexual	0,5	75,0	0,01
Discriminação	17,0	73,9	

Fonte: Dados da pesquisa de vitimização 2009 / Armazém de Dados da PMMG

\* O percentual de notificações foi calculado considerando a população estimada do município (IBGE) e o número de ocorrências registradas pela Polícia Militar no período de referência da pesquisa.

Ao se comparar o percentual de pessoas que se disseram vítimas com aquele registrado pela Polícia Militar é notório que poucos são aqueles que informam esse fato. Conforme pode ser observado na TAB. 10 o sub-registro é distinto para os diferentes tipos de delitos.

Para, Catão (2008), em pesquisa de vitimização no Rio de Janeiro/RJ, furtos e roubos têm alto grau de subnotificação. Todavia, em Montes Claros/MG, o crescimento econômico repentino, que atraiu inúmeros migrantes pode ter produzido uma miscigenação cultural que fez com que o tradicionalismo interiorano e interesses ideológicos prevalecessem nas relações sociais criando um ambiente propício para a ocorrência de discriminações de toda espécie, principalmente àquelas ligadas ao credo religioso e à condição social. Por outro lado, o excesso de confiança e a proximidade entre autores e vítimas, coexistindo até grau de parentesco, podem motivar a subnotificação de crimes como o estelionato. Entretanto, a subnotificação dos delitos de furtos e roubos observados pela autora são também bastante significativos no contexto desta pesquisa.

Para os casos em que houve acionamento de órgão de segurança oficial, a Polícia Militar foi acionada em 91,89% das vezes e a Polícia Civil 6,75%. Dentre as motivações para o acionamento estão o exercício da cidadania (33,78%) – promoção da denúncia como obrigação social –, tentativa de recuperar o bem subtraído e impedir que o crime aconteça novamente (22,97% cada).

Tomando como referência a última vitimização sofrida os crimes mais comuns foram os furtos de algum bem, estelionato e as discriminações correspondendo a 31,11%, 23,14% e 12,08%, respectivamente. Para esta mesma referência 57,73% das vítimas disseram não ter registrado o fato junto à polícia. Como justificativa estão a pequena gravidade do fato (21,82%), o conhecimento ou grau de relacionamento entre vítima e agressor (18,79%), inexistência de provas (16,36%) e a falta de confiança na polícia (13,33%).

Para aqueles que acionaram a polícia na última vitimização a avaliação no atendimento foi satisfatória ou muito satisfatória para 67,75% dos acionamentos. Isso ocorreu em função da cordialidade (51,06%), boa vontade (23,40%) e rapidez para chegar ao local (8,51%). Para aqueles que se disseram insatisfeitos os principais motivos foram a não recuperação do bem (28,95%), a falta de interesse por parte dos policiais (23,68%) e a demora em chegar ao local (21,05%).

O percentual de casos subnotificados fornece uma idéia da importância dos estudos de vitimização e do seu efeito na correção das distorções dos dados oficiais. Não é pretensão afirmar que este tipo de estudo seja capaz, individualmente, de representar a criminalidade em sua totalidade, ou que ele não produza sua própria subnotificação. Mas sua existência é relevante pela possibilidade de analisar os delitos na perspectiva das vítimas, observando o ambiente de oportunidades construído nas relações sociais e o relacionamento entre as pessoas vitimadas e as instituições responsáveis por sua defesa, como é o caso das polícias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação e a concentração da criminalidade em ambientes onde a urbanização é intensa podem ser explicadas através de inúmeras reflexões teóricas e observações empíricas sobre a incidência de crimes. Elementos como escolha racional e motivações socioeconômicas são freqüentemente utilizados na literatura para justificar alguns dos padrões estabelecidos.

Entretanto, o crime deve ser tratado como um fenômeno multifacetado e dinâmico, o que não permite explicações reducionistas e simplórias no complexo contexto das relações sociais. A hipótese de uma escolha racional pode não se sustentar, já que os indivíduos não são capazes de controlar todas as variáveis envolvidas na prática de delitos. Prova disto é o fracasso de alguns agressores no cometimento de crimes.

Do mesmo modo, justificativas para uma vida criminosa pelas privações socioeconômicas também não conseguem responder por que a maioria dos pobres não é criminosa, ou por que países em estágio avançado de desenvolvimento, sob a ótica de bons indicadores socioeconômicos, apresentam elevadas taxas de criminalidade. Neste caso, talvez fosse melhor perguntar: por que as cidades brasileiras com bons indicadores sociais apresentam altas taxas de criminalidade?

As reflexões teóricas e os dados empíricos não têm sido capazes de sustentar um modelo explicativo unívoco para o fenômeno crime, seja em contextos de pobreza ou de riqueza. Explicações de cunho positivista, que separam pessoas que cometem crimes das demais, apenas reproduzem a perversa prática da rotulagem de determinados grupos sociais, o que se chama de criminalização da pobreza.

Os estudos que tratam o crime como um fenômeno social normal, inerente ao comportamento humano e não ao segmento social a qual os agentes pertencem, parecem constituir o modelo que mais se aproxima da explicação da realidade e melhor disponibiliza variáveis capazes de explicar os padrões de incidência da criminalidade urbana na modernidade.

Reconhecer que todos os indivíduos estão suscetíveis ora à condição de vítimas e ora à de agressores permite construir um modelo explicativo mais equânime que vai além da mera identificação das causas e motivações para a criminalidade, ou seja, permite conhecer e observar as condições de incidência dos crimes, compreendendo o complexo processo das relações sociais que transformam pessoas em vítimas ou agressores.

A aceitação do crime como um fato social normal permite identificar, dentre outras questões, o cenário e as variáveis em que o crime se manifesta; fatores envolvidos na aceitação social de certos comportamentos criminalizados, porém aceitos, em determinadas relações interpessoais; o ambiente de oportunidades que favorecem às práticas delituosas; bem como analisar a complexa relação vítima e representantes da segurança pública.

Estudos que analisam o comportamento das vítimas em relação ao crime e o ambiente de oportunidades produzidas pela modernidade parecem fornecer os elementos essenciais à orientação de políticas públicas preventivas de segurança. Neste caso, os estudos de vitimização tornam-se fundamentais.

A pesquisa de vitimização, ao estruturar informações sobre as condições em que os crimes se manifestam e o perfil socioeconômico das vítimas, permitiu identificar muito mais do que simples diferença entre delitos e os dados oficiais produzidos pela polícia. Subsidiaram informações sobre os grupos de risco, perfil suscetível à exposição de determinados delitos e padrões de incidência que são dados essenciais à orientação preventiva.

Na cidade de Montes Claros/MG, este tipo de pesquisa identificou no período de referência (Agosto de 2008 a julho de 2009) que 46,49% da amostra foi vítima dos crimes analisados (furtos, roubos, estelionatos, agressões, ameaças, ofensa sexual e discriminação). Pessoas do sexo feminino, não brancas, com idades compreendidas entre 19 e 33 anos, casadas, com ocupação, ensino médio e renda familiar entre um e dois salários mínimos têm muito mais probabilidade de serem vitimadas do que quaisquer outras no grupo social.

À luz das diferentes categorias de crimes esse perfil sofre algumas variações. Elementos como: o grau de exposição a fatores externos (tipo de transporte, hábitos pessoais como frequência e horários de permanência e/ou trânsito em determinados ambientes), ausência ou precariedade de proteção –

mensurada pela ausência de agentes públicos de segurança ou pela fragilidade econômica das vítimas – e excesso de confiança dos indivíduos nas relações sociais parecem ter influenciado o ambiente de oportunidades que reunidos no espaço e no tempo criaram condições necessárias para a vitimização.

Os delitos discriminatórios, estelionatos e furtos apresentaram os maiores percentuais de subnotificação. Para a discriminação, o repentino crescimento populacional e a miscigenação cultural produziram relações pautadas no tradicionalismo interiorano deixando aflorar divergências inerentes ao credo religioso e às desigualdades sociais, principalmente no que diz respeito à religião e ao local de residência das vítimas. As discriminações inerentes à credence merecem atenção analítica, visto que esta categoria apresentou elevado percentual de incidência.

O excesso de confiança nas relações sociais e a proximidade no relacionamento interpessoal podem ser apontados como causas para os delitos de estelionato. No caso dos furtos, os hábitos comportamentais materializados pela exposição de bens materiais em contextos de precariedade protetiva e a aproximação entre vítimas e agressores são variáveis que explicam a elevada incidência deste tipo de delito.

Dentre os fatores que motivam a elevada subnotificação destes delitos estão: a pequena gravidade do fato, a proximidade da vítima e agressor e a falta de confiança na polícia, instituição responsável pela intervenção inicial da defesa social nesses conflitos.

A desconfiança na polícia percebida através da avaliação da segurança pública pelos entrevistados permite compreender melhor o descrédito nas instituições policiais. Na Polícia Militar, por exemplo, o comportamento dos policiais no contado direto com a população, durante revistas a pessoas, automóveis e a atuação direta nos crimes foram responsáveis por uma confiança parcial ou desconfiança total em 52,0% da amostra. No caso da Polícia Civil esse percentual é ainda maior, 60,0%. A desqualificação desta instituição está associada à demora no atendimento ao público e à impunidade aos policiais que cometem irregularidades ou abusos.

A reflexão sobre a melhoria na relação entre as instituições policiais, principalmente as Polícias Civil e Militar, e a sociedade parece caminhar, no campo analítico, para a construção de uma política de aproximação entre estas

instituições e as expectativas sociais. Substituir o treinamento policial voltado para enfrentamento coercitivo pela mediação consensuada parece ser uma alternativa viável para que o comportamento dos agentes de segurança se alinhe ao interesse dos indivíduos, melhorando a qualidade no atendimento e a confiança nestas instituições.

O estudo, apesar de conseguir encerrar o objetivo proposto e confirmar suas hipóteses mostra-se insuficiente para finalizar a discussão sobre o assunto, diante da complexidade das questões que envolvem as condicionantes da criminalidade.

A utilização de estudos de vitimização mostrou-se bastante interessante sob ponto de vista da análise dos padrões comportamentais, pois permitiu observar o contexto em que as relações entre vítima e agressores se estabelecem. Todavia, na análise da criminalidade o caminho a ser percorrido ainda é longo, e é necessário aprimorar não só os instrumentos e os procedimentos de coleta das informações para que as interpretações se aproximem da realidade, melhorando a qualidade das informações que possam motivar políticas preventivas, como também aprimorar estratégias de otimização o capital social da população, que tem papel essencial na garantia de bens essenciais e na redução das disputas sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **A Criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências sociais. 35, Segundo Semestre, 1993.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 1994.

BEATO, Cláudio Chaves. **Determinantes da criminalidade em Minas Gerais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, n.37, p.74-89, 1998.

BEATO, Cláudio Chaves, ANDRADE, Mônica Viegas, PEIXOTO, Betânia Totino. **Crime, oportunidade e vitimização**". *Revista Brasileira de Sociologia*, 19, 55:73-84, 2004.

BEATO, Cláudio Chaves; REIS, Ilka Afonso. **Desigualdade, desenvolvimento sócio-econômico e crime**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1998.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. Tradução Mary Amazonas Leite de BARROS. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BURGOS, Marcelo Baumann. Políticas de sociabilidade e criminalidade violenta: um balanço da experiência brasileira. In: **Reflexões sobre segurança pública e justiça criminal numa perspectiva comparada**. Roberto Kant de Lima... [ET al.] organizadores. – Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

CASTEL, Robert. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: BALSÀ, Casemiro et al. (Org.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**: uma abordagem transnacional. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

COELHO, Elizabeth. C. **A Marginalização da Criminalidade e a Criminalização da Marginalidade**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n. 12, p.139-61, 1978.

COHEN, Lawrence E., FELSON, Marcus. **Social change and crime rate trends: a routine approach.** American Sociological Review, n. 44, p. 588-608, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Rede e Organização espacial.** 2ª ed. Ática, São Paulo, 1987.

DALLA, Aaron D. **Implantação do Modelo de Integração de Gestão em Segurança Pública (IGESP) na Cidade de Belo Horizonte: Análise Prospectiva.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006. (Monografia, CSAP).

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

ESTEFAM, André. **Direito Penal 1 – Parte Geral.** 5ª ed. rev. e atual.- São Paulo: Saraiva, 2008.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço Urbano e Criminalidade: lições da Escola de Chicago.** São Paulo: Método, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Censo Demográfico, 2000.** Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). <acesso em: dezembro, 2009.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social.** São Paulo: Editora Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. 175p.

LEITE, Marcos Esdras. **Década de 70: A imigração e o caos urbano em Montes Claros.** Iniciação à história, Montes Claros. V.2, n.2. 1996.

LIMA, Roberto Kant. [ET al.] org. **Reflexões sobre segurança pública e justiça criminal numa perspectiva comparada.** Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. **Crime Sociologia e Políticas Públicas**. Belo Horizonte, Editora Newton Paiva, 2004.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. As pesquisas de vitimização e a formulação de políticas públicas. In: **Reflexões sobre segurança pública e justiça criminal numa perspectiva comparada**. Roberto Kant de Lima... [ET al.] organizadores. – Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

\_\_\_\_\_. Vitimização e estatísticas policiais na região metropolitana do Rio de Janeiro em 2006/2007: uma análise preliminar. In: PINTO, Andréia Soares; CAMPAGNAC, Vanessa (Org.) **Pesquisa de condições de vida e vitimização – 2007**. Rio de Janeiro: ISP, 2008, p. 144-157.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **A violência urbana e a sociologia? Sobre crenças e fatos e mitos e teorias e políticas e linguagens**. *Religião e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 68-81. 1990.

PAULA, Hermes Augusto de. **Montes Claros: sua história, sua gente seus costumes**. 2ª Ed. Montes Claros, 1979.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 217p.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SACHS, Ignacy. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (orgs.) **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp, Edusp, 2001. p. 159-163.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAPORI, Luiz Flávio. **Gestão da segurança pública e estratégias de controle da criminalidade**. 2006. Tese (doutorado) Belo Horizonte, 2006.

SAPORI, Luiz Flávio. Os desafios da polícia brasileira na implementação da 'ordem sob a lei'. In: RATTON, José Luiz; BARROS, Marcelo (coords.). **Polícia, democracia e sociedade**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

SAPORI, Luiz Flávio; ANDRADE, Scheilla Cardoso P. **Integração policial em Minas Gerais: desafios da governança da política de segurança pública**. Civitas: Porto Alegre, v8, n.3, p. 428-453, set.-dez. 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Andréia; BORGES, Doriam; CAMPAGNAC, Vanessa. A Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização de 2007: notas metodológicas. In: PINTO, Andréia Soares; CAMPAGNAC, Vanessa (Org.) **Pesquisa de condições de vida e vitimização – 2007**. Rio de Janeiro: ISP, 2008, p. 10-32.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Sentimento de Insegurança: teorias, hipóteses e dados. In: PINTO, Andréia Soares; CAMPAGNAC, Vanessa (Org.) **Pesquisa de condições de vida e vitimização – 2007**. Rio de Janeiro: ISP, 2008, p. 108-125.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

WILSON, James Q., **Thinking about crime**. New York: Vintage Books, 1985.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. Trad. Marina Corrêa Treuherz. In.: VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 90-113. Título original: Urbanism as way of life.

WYVEKENS, Anne. Proximité et sécurité: que nous apprend l'amérique. **Droit et Culture. Revue Semestrielle d'anthropologie et d'histoire**. Paris, n. 3, p. 163-177, 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. “Violência e Crime”. In: MICELI, Sérgio (org). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo, Editora Sumaré, ANPOCS, 1999.

ZAUBERMAN, Renée. As pesquisas de vitimização na França. In: **Reflexões sobre segurança pública e justiça criminal numa perspectiva comparada**. Robert Kant de Lima... [ET al.] (org.). – Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

## ANEXO I

### Sinopse para divulgar pesquisa de Vitimização

Entre os dias 05 e 30 de agosto de 2009, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes realizará em alguns bairros da cidade de Montes Claros uma pesquisa de vitimização. Trata-se de uma importante pesquisa feita junto à população com o objetivo de identificar, através de uma amostragem aleatória (por sorteio), características acerca da natureza e da extensão dos crimes que afligem a população, das experiências das pessoas com os órgãos de segurança e das medidas que as pessoas tomam para se prevenirem de crimes, com vistas a melhorar o planejamento das políticas públicas de segurança na cidade. O Programa de Mestrado em Desenvolvimento Social da Unimontes solicita a colaboração de todos aqueles sorteados em receber os pesquisadores e a responder as informações solicitadas pelos mesmos. As entrevistas serão feitas por meio da aplicação de um questionário com as pessoas que foram selecionadas. ***O questionário da pesquisa é anônimo, isto é, não identifica a pessoa que será entrevistada.*** Cada pesquisador usará um crachá de identificação com seus dados pessoais que poderão ser confirmados.

Bom dia / Boa tarde / Boa noite. Meu nome é [NOME DO ENTREVISTADOR]. Estamos realizando uma pesquisa sobre diferentes problemas que afetam a qualidade de vida das pessoas. Suas respostas serão tratadas de forma absolutamente anônima e confidencial. Podemos contar com sua colaboração?

## IDENTIDADE SOCIAL

P.1. [NÃO PERGUNTE, OBSERVE] Sexo:

- 1. Masculino
- 2. Feminino
- 88. NS/NL
- 99. NR

P.2. O(a) Sr(a) sempre morou nesta cidade?

- 1. Sim [Pule para P.3.]
- 2. Não
- 88. NS/NL [Pule para P3.]
- 99. NR [Pule para P3.]

P.2.a. Há quanto tempo o(a) Sr(a) reside na cidade onde mora? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- 1. Até 6 meses
- 2. Mais de 6 meses até 1 ano
- 3. Mais de 1 ano até 3 anos
- 4. Mais de 3 anos até 5 anos
- 5. Mais de 5 anos
- 77. NA
- 88. NS/NL
- 99. NR

P.3. Em que ano o(a) Sr(a) nasceu?    |\_\_| |\_\_| |\_\_| |\_\_| ano

P.4. Atualmente o(a) Sr(a) é? [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- 1. Solteiro(a)
- 2. Casado(a) / vive junto com
- 3. Desquitado(a) / Separado(a) / Divorciado(a)
- 4. Viúvo(a) companheiro(a)
- 88. NS/NL
- 99. NR

P.5. Qual das seguintes categorias descreve melhor sua cor? [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- 1. Branca
- 2. Preta
- 3. Parda
- 4. Amarela
- 5. Indígena
- 6. Outra Cor
- 88. NS/NL
- 99. NR

P.6. Qual é o curso mais elevado que já concluiu? Até que série o(a) Sr(a) estudou? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- 1. Sem instrução
- 2. Ensino Fundamental incompleto(1º Grau incomp.)
- 3. Ensino Fundamental completo (1º Grau completo)
- 4. Ensino médio incompleto (2º Grau incomp.)
- 5. Ensino médio completo (2º Grau completo)
- 6. Superior incompleto (Universidade / Faculdade incompleto)
- 7. Superior completo (Universidade / Faculdade completo)
- 8. Pós-graduação
- 88. NS/NL
- 99. NR

P.7. Em relação ao trabalho que tinha na última semana, o(a) Sr(a) era: [LER OPÇÕES - ÚNICA]

[ATENÇÃO: Se possuir mais de UM trabalho. Critérios para definir o trabalho principal na semana: 1- Maior número de horas normalmente trabalhadas por semana; 2- Trabalho que possui há mais tempo; e 3- Maior rendimento mensal]

- 1. Trabalhador(a) doméstico(a)
- 2. Empregado(a) ou Funcionário(a) Público(a)
- 3. Empregador(a)
- 4. Trabalhador por conta própria
- 5. Aprendiz ou estagiário(a) sem remuneração.
- 6. Ajudante de um membro do domicílio sem remuneração
- 7. Trabalhando no cultivo de alimento para o próprio consumo
- 8. Não possui trabalho
- 88. NS/NL
- 99. NR

P.8. [MOSTRAR CARTÃO 1] Agora gostaria de saber qual é aproximadamente a renda total mensal de todas as pessoas que moram neste domicílio, somando todas as fontes como salário, pensão, aposentadoria, benefícios sociais, aluguéis, bicos?

[NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- 1. Até 1 salário mínimo (R\$ 350,00)
- 2. Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$ 700,00)
- 3. Mais de 2 até 3 salários mínimos (R\$ 1.050,00)
- 4. Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 1.750,00)
- 5. Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 3.500,00)
- 6. Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 5.250,00)
- 7. Mais de 15 até 20 salários mínimos (R\$ 7.000,00)
- 8. Mais de 20 salários mínimos (R\$ 7.000,01)
- 9. Sem renda
- 88. NS/NL
- 99. NR

P.9. Vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr(a) me indique se alguma delas é a sua: [LEIA ATENTAMENTE CADA ALTERNATIVA -ÚNICA]

- 1. Evangélico Pentecostal
- 2. Evangélico não pentecostal
- 3. Espírita Kardecista
- 4. Umbanda, Candomblé ou outra religião de origem africana
- 5. Católica Romana
- 6. Crê em Deus mas não tem religião
- 7. Não crê em Deus
- 8. Outra religião. Qual: \_\_\_\_\_
- 88. NS/NL
- 99. NR

## HÁBITOS E PRÁTICAS

**Agora, vou fazer algumas perguntas sobre atividades do seu dia-a-dia**

HP.1. Durante a semana, onde o(a) Sr(a) costuma ficar a maior parte da: [LER OPÇÕES PARA CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Em Casa	Fora de casa	NS/NL	NR
HP.1.1) Manhã (06:01 as 12:00)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.1.2) Tarde (12:01 as 18:00)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.1.3) Noite (18:01 as 24:00)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99

HP.2. Nos últimos 30 dias o(a) Sr(a): [LER ITEM E NÃO LER OPÇÕES]

	SIM	NÃO	NS/NL	NR
HP.2.1) Saiu para ir ao cinema ou teatro?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.2.2) Saiu para ir à praia ou parque?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.2.3) Saiu para comer fora de casa, sem contar os dias de trabalho?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.2.4) Saiu para visitar amigos ou parentes?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.2.5) Saiu para assistir algum evento esportivo amador ou profissional ao vivo?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.2.6) Saiu para praticar alguma atividade esportiva ou física como futebol, basquete, tênis, boliche, natação, aula de dança, ginástica ou fazer caminhada?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.2.7) Saiu para ir a missa, culto, atividade religiosa, mística ou filantrópica?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.2.8) Saiu para ir ao shopping, galeria, mercado, centro comercial, feiras populares, exposições?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.2.9) Saiu para assistir a algum show ou espetáculo de música, dança?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99
HP.2.10) Saiu para ir a algum bar ou casa noturna?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 88	<input type="checkbox"/> 99

HP.3. Quais os três principais meios de transporte que o(a) Sr(a) costuma utilizar mais durante a semana? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Carro / moto   | <input type="checkbox"/> 7. Van / Kombi / Lotação |
| <input type="checkbox"/> 2. Ônibus         | <input type="checkbox"/> 8. Bicicleta             |
| <input type="checkbox"/> 3. Ônibus Fretado | <input type="checkbox"/> 9. A pé                  |
| <input type="checkbox"/> 4. Táxi           | <input type="checkbox"/> 10. Outro. Qual: _____   |
| <input type="checkbox"/> 5. Trem           | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL                |
| <input type="checkbox"/> 6. Metrô          | <input type="checkbox"/> 99. NR                   |

HP. 4. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde reside durante O DIA: [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- |   |                                    |
|---|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1. Muito Seguro    |                                    |
| <input type="checkbox"/> 2. Bastante Seguro | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL |
| <input type="checkbox"/> 3. Pouco Seguro    | <input type="checkbox"/> 99. NR    |
| <input type="checkbox"/> 4. Nada Seguro     |                                    |

HP. 5. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde reside durante A NOITE: [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- |   |                                    |
|---|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1. Muito Seguro    |                                    |
| <input type="checkbox"/> 2. Bastante Seguro | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL |
| <input type="checkbox"/> 3. Pouco Seguro    | <input type="checkbox"/> 99. NR    |
| <input type="checkbox"/> 4. Nada Seguro     |                                    |

<b>VIZINHANÇA</b>
-------------------

Agora, vou fazer algumas perguntas sobre sua vizinhança.
--

V.1. Há quanto tempo o(a) Sr(a) mora na sua vizinhança? [ESPONTÂNEA]

Anos: \_\_\_\_\_ e/ou Meses \_\_\_\_\_      ( ) 88. NS/NL      ( ) 99. NR

V.2. O(a) Sr(a) conhece os seus vizinhos?

( ) 1. Conhece todos ou quase todos      ( ) 4. Conhece nenhum  
 ( ) 2. Conhece muitos      ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 3. Conhece alguns      ( ) 99. NR

V.3. Com relação aos seus vizinhos, o(a) Sr(a) diria que: [LER OPÇÕES - ÚNICA]

( ) 1. Confia na maioria deles      ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 2. Confia em alguns deles      ( ) 99. NR  
 ( ) 3. Não confia em nenhum deles

V.4. Em quais das seguintes situações o(a) Sr(a) acha que poderia contar com seus vizinhos se precisasse: [LER OPÇÕES PARA CADA ITEM DA BATERIA - ÚNICA]

	Poderia Contar	Não Poderia Contar	NS/NL	NR
V.4.1) Para auxiliar em caso de doença ou problema de saúde.	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
V.4.2) Para pedir dinheiro emprestado	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
V.4.3) Para pedir alimento ou objetos emprestados.	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
V.4.4) Para fazer compras a crédito (cartão, cheque, carnê).	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
V.4.5) Para cuidar de alguém (criança, idoso, doente, pessoa com deficiência, etc).	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
V.4.6) Para tomar conta da casa enquanto não está	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
V.4.7) Para tomar conta do carro enquanto não está.	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
V.4.8) Para alimentar ou cuidar de algum animal doméstico.	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
V.4.9) Para resolver conflitos ou brigas na vizinhança	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99

V.5. Algum vizinho costuma pedir ajuda ou favores ao(a) Sr(a) como: [LER OPÇÕES PARA ITEM DA BATERIA - ÚNICA]

	Freqüentemente	Raramente	Vizinho nunca pediu ajuda	NS/NL	NR
V.5.1) Auxiliar em caso de doença ou problema de saúde.	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 88	( ) 99
V.5.2) Pedir dinheiro emprestado.	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 88	( ) 99
V.5.3) Pedir alimento ou objetos emprestados.	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 88	( ) 99
V.5.4) Fazer compras a crédito (cartão, cheque, carnê).	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 88	( ) 99
V.5.5) Cuidar de alguém (criança, idoso, doente, pessoa com deficiência, etc).	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 88	( ) 99
V.5.6) Tomar conta da casa enquanto ele não está.	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 88	( ) 99
V.5.7) Tomar conta do carro enquanto ele não está.	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 88	( ) 99
V.5.8) Alimentar ou cuidar de algum animal doméstico.	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 88	( ) 99
V.5.9) Resolver conflitos ou brigas na vizinhança.	( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 88	( ) 99

V.6. [MOSTRAR CARTÃO 2] Como o(a) Sr(a) avalia os seguintes serviços em sua vizinhança ou proximidades: [LER CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Bom	Regular	Ruim	Não tem	NS/NL	NR
V.6.1) A iluminação das ruas.	( )1	( )2	( )3	( )4	( )88	( )99
V.6.2) A pavimentação e manutenção das ruas e calçadas.	( )1	( )2	( )3	( )4	( )88	( )99
V.6.3) Os locais de esporte, cultura e lazer.	( )1	( )2	( )3	( )4	( )88	( )99
V.6.4) A oferta de equipamentos coletivos como orelhões, lixeiras.	( )1	( )2	( )3	( )4	( )88	( )99
V.6.5) A oferta de transportes públicos como ônibus.	( )1	( )2	( )3	( )4	( )88	( )99
V.6.6) Policiamento a pé, em viatura ou moto.	( )1	( )2	( )3	( )4	( )88	( )99
V.6.7) A oferta de serviços públicos de saúde.	( )1	( )2	( )3	( )4	( )88	( )99
V.6.8) A coleta de lixo e entulho nas ruas.	( )1	( )2	( )3	( )4	( )88	( )99
V.6.9) Organização do trânsito como placas, sinais de trânsito, passarelas.	( )1	( )2	( )3	( )4	( )88	( )99
V.6.10) Oferta de escolas públicas.	( )1	( )2	( )3	( )4	( )88	( )99

V.7. Na sua vizinhança existem: [NÃO LER OPÇÕES]

	Sim	Não	NS/NL	NR
V.7.1) Prédios, casas ou galpões abandonados.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.7.2) Carros abandonados, arrebentados ou desmontados nas ruas.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.7.3) Terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto (cercados ou não)	( )1	( )2	( )88	( )99
V.7.4) Barulhos de tiros.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.7.5) Cheiros desagradáveis	( )1	( )2	( )88	( )99
V.7.6) Ruídos, música alta e gritaria	( )1	( )2	( )88	( )99

V.8. Nos últimos 12 meses, o(a) Sr(a) viu, na sua vizinhança: [LER OPÇÕES PARA CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Sim	Não	NS/NL	NR
V.8.1) Vendedores ambulantes, camelôs na rua.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.8.2) Flanelinhas ou guardadores de carro.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.8.3) Pessoas vivendo ou dormindo na rua.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.8.4) Pessoas se prostituindo nas ruas.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.8.5) Pessoas jogando ou apostando dinheiro em jogos como jogo do bicho, briga de galo, carteados.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.8.6) Pessoas pedindo esmolas ou outro tipo de ajuda na rua.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.8.7) Pessoas fazendo xixi, cocô, praticando atos obscenos ou indecentes na rua.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.8.8) Pessoas quebrando janelas, pichando muros, fazendo arruaça ou destruindo equipamentos coletivos como orelhões, placas de rua, postes de luz, lixeiras.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.8.9) Pessoas consumindo ou vendendo drogas ilegais na rua.	( )1	( )2	( )88	( )99

V.9. Nos últimos 12 meses, o(a) Sr(a) viu na sua vizinhança: [LER OPÇÕES PARA CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Sim	Não	NS/NL	NR
V.9.1) Pessoas andando com arma de fogo na rua que não fossem policiais ou seguranças.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.9.2) Mulheres, que residem na sua vizinhança, sendo agredidas por seus maridos ou companheiros ou por parentes.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.9.3) Pessoas sendo vítimas de violência sexual.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.9.4) Pessoas se agredindo fisicamente.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.9.5) Pessoas sendo assaltadas.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.9.6) Pessoas sendo mortas por arma de fogo.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.9.7) Policiais recebendo dinheiro de pessoas.	( )1	( )2	( )88	( )99
V.9.8) Policiais ameaçando ou agredindo pessoas.	( )1	( )2	( )88	( )99

### SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

**Agora, vou fazer algumas perguntas sobre os perigos que o(a) Sr(a) acha que corre e as medidas de segurança que o(a) Sr(a) adota para evitá-los.**

SI.1. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde reside durante O DIA: [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- |                       |                     |
|-----------------------|---------------------|
| ( ) 1. Muito Inseguro | ( ) 4. Muito Seguro |
| ( ) 2. Pouco Inseguro | ( ) 88. NS/NL       |
| ( ) 3. Pouco Seguro   | ( ) 99. NR          |

SI.2. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde reside durante A NOITE: [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- |                       |                     |
|-----------------------|---------------------|
| ( ) 1. Muito Inseguro | ( ) 4. Muito Seguro |
| ( ) 2. Pouco Inseguro | ( ) 88. NS/NL       |
| ( ) 3. Pouco Seguro   | ( ) 99. NR          |

SI.3. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde trabalha durante O DIA: [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- |                       |                     |
|-----------------------|---------------------|
| ( ) 1. Muito Inseguro | ( ) 4. Muito Seguro |
| ( ) 2. Pouco Inseguro | ( ) 88. NS/NL       |
| ( ) 3. Pouco Seguro   | ( ) 99. NR          |

SI.4. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas do bairro onde trabalha durante A NOITE: [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- |                       |                     |
|-----------------------|---------------------|
| ( ) 1. Muito Inseguro | ( ) 4. Muito Seguro |
| ( ) 2. Pouco Inseguro | ( ) 88. NS/NL       |
| ( ) 3. Pouco Seguro   | ( ) 99. NR          |

SI.5. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante O DIA: [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- |                       |                     |
|-----------------------|---------------------|
| ( ) 1. Muito Inseguro | ( ) 4. Muito Seguro |
| ( ) 2. Pouco Inseguro | ( ) 88. NS/NL       |
| ( ) 3. Pouco Seguro   | ( ) 99. NR          |

SI.6. Como o(a) Sr(a) se sente ao andar nas ruas de outros bairros durante A NOITE: [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- |                       |                     |
|-----------------------|---------------------|
| ( ) 1. Muito Inseguro | ( ) 4. Muito Seguro |
| ( ) 2. Pouco Inseguro | ( ) 88. NS/NL       |
| ( ) 3. Pouco Seguro   | ( ) 99. NR          |

SI.7. Por causa da violência, o(a) Sr(a): [NÃO LER OPÇÕES]

	Sim	Não	NS/NL	NR
SI.7.1) Evita sair à noite ou chegar muito tarde em casa ou muda de caminho entre a casa e o trabalho ou a escola ou lazer	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.7.2) Deixa de ir a locais da cidade ou a certos bancos e caixas eletrônicos.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.7.3) Evita freqüentar locais desertos ou eventos com poucas pessoas circulando.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.7.4) Evita freqüentar locais com grande concentração de pessoas.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.7.5) Evita sair de casa portando muito dinheiro, objetos de valor ou outros pertences que chamem atenção.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.7.6) Evita usar algum transporte coletivo que precisaria usar.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.7.7) Evita conviver com vizinhos.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.7.8) Evita conversar ou atender pessoas estranhas.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.7.9) Evita freqüentar locais onde haja consumo de bebidas alcoólicas.	( )1	( )2	( )88	( )99

SI.8. [MOSTRAR CARTÃO 3] Dentre os tipos de crimes apresentados neste cartão, quais são os TRÊS que o(a) Sr(a) mais teme que possa acontecer com o(a) Sr(a) no seu bairro? [NÃO LER OPÇÕES]

	Sim	Não	NS/NL	NR
SI.8.1) Ser assaltado(a).	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.8.2) Ter o carro ou moto roubado num assalto.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.8.3) Ser vítima de seqüestro ou seqüestro relâmpago.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.8.4) Ser vítima de agressão sexual.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.8.5) Ser confundido(a) com bandido(a) pela polícia.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.8.6) Ser confundido(a) com bandido(a) por agentes de segurança (shopping, bar, boates, supermercado, etc)	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.8.7) Ser vítima de extorsão ou violência da polícia.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.8.8) Estar no meio de um tiroteio.	( )1	( )2	( )88	( )99
SI.8.9) Ser vítima de bala perdida.	( )1	( )2	( )88	( )99

SI.9. Gostaria de saber se, nos últimos 12 meses o(a) Sr(a) tomou medidas de segurança para sua residência? Se sim, com o quê? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |   |   |
|---|---|
| ( ) 1. Grades nas janelas   | ( ) 7. Vigia(s) na sua rua                    |
| ( ) 2. Troca de fechaduras, trancas extras nas portas e janelas, além das fechaduras principais | ( ) 8. Aumentou o muro (ou grade)             |
| ( ) 3. Interfone  | ( ) 9. Cerca elétrica sobre o muro (ou grade) |
| ( ) 4. Cães de guarda   | ( ) 10. Não tomou medidas de segurança        |
| ( ) 5. Alarme   | ( ) 11. Outro. Qual: _____                    |
| ( ) 6. Câmeras de vídeo   | ( ) 88. NS/NL                                 |
|   | ( ) 99. NR                                    |

SI.10. O(A) Sr(a) diria que, nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua CIDADE aumentou, diminuiu ou ficou igual? [ÚNICA]

- |                    |               |
|--------------------|---------------|
| ( ) 1. Aumentou    | ( ) 88. NS/NL |
| ( ) 2. Diminuiu    | ( ) 99. NR    |
| ( ) 3. Ficou igual |               |

SI.11. O(A) Sr(a) diria que, nos últimos 12 meses, a criminalidade na sua VIZINHANÇA aumentou, diminuiu ou ficou igual: [ÚNICA]

- ( ) 1. Aumentou ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 2. Diminuiu ( ) 99. NR  
 ( ) 3. Ficou igual

### AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Agora, vou fazer algumas perguntas sobre como o(a) Sr(a) percebe a Segurança Pública**

AV.1. [MOSTRAR CARTÃO 2] Como o(a) Sr(a) avalia a atuação dos seguintes serviços: [LER CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Bom	Regular	Ruim	NS/NL	NR
AV.1.1) Disque denúncia	( )1	( )2	( )3	( ) 88	( )99
AV.1.2) Central de emergência 190	( )1	( )2	( )3	( ) 88	( )99
AV.1.3) Corregedoria de polícia	( )1	( )2	( )3	( ) 88	( )99
AV.1.4) Ouvidoria de polícia	( )1	( )2	( )3	( ) 88	( )99

AV. 2. Quais devem ser as TRÊS principais ocupações da polícia? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- ( ) 1. Proteger a integridade física das pessoas ( ) 10. Dar uma surra em pessoas que cometem ou já cometeram crimes  
 ( ) 2. Proteger o patrimônio e os bens das pessoas ( ) 11. Matar pessoas que cometem ou já cometeram crimes  
 ( ) 3. Ajudar ou socorrer pessoas em dificuldades ( ) 12. Outro. Qual: \_\_\_\_\_  
 ( ) 4. Garantir que os Direitos Humanos sejam respeitados ( ) 77. NA  
 ( ) 5. Investigar e solucionar crimes ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 6. Realizar ações de prevenção a crimes ( ) 99. NR  
 ( ) 7. Recuperar objetos roubados ou furtados  
 ( ) 8. Realizar trabalhos de assistência social  
 ( ) 9. Prender pessoas que cometem ou já cometeram crimes

**As perguntas a seguir são sobre a atuação da Polícia Militar. A Polícia Militar é aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas.**

AV.3. Agora vou citar algumas frases e para cada frase eu gostaria que o(a) Sr(a) me dissesse se concorda ou discorda? [LER OPÇÕES PARA CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA – Instrução: ACEITAR A RESPOSTA “NEM CONCORDA NEM DISCORDA” COMO RESPOSTA ESPONTÂNEA]

	Concorda	Discorda	NS/NL	NR
AV.3.1) Os Policiais Militares sabem como agir em situações de risco e perigo.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
AV.3.2) Os Policiais Militares atendem as pessoas com cortesia, rapidez e segurança.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
AV.3.3) Os Policiais Militares abordam suspeitos de forma segura e dentro da lei.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
AV.3.4) Os Policiais Militares não estão preparados para usar armas de fogo.	( )1	( )2	( ) 88	( )99

AV.3.5) Os Policiais Militares abusam do uso da força e de sua autoridade.	( )1	( )2	( )88	( )99
AV.3.6) Os Policiais Militares fazem “vistas grossas” à desonestidade de seus colegas.	( )1	( )2	( )88	( )99

AV.4. De uma maneira geral, em se tratando da POLÍCIA MILITAR o(a) Sr(a) confia:

- ( ) 1. Muito  
 ( ) 2. Bastante ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 3. Pouco ( ) 99. NR  
 ( ) 4. Nada

AV.5. [MOSTRAR CARTÃO 2] Como o(a) Sr(a) avalia o atendimento da POLÍCIA MILITAR em relação a(ao): [LER CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Bom	Regular	Ruim	NS/NL	NR
AV.5.1) Punição dos policiais com mau comportamento.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
AV.5.2) Rapidez e qualidade no atendimento emergencial.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
AV.5.3) Abordagem policial em Blitz, revista pessoal.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
AV.5.4) Apresentação pessoal dos policiais como maneira de se vestir e falar	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
AV.5.5) Proteção dos direitos das pessoas	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
AV.5.6) Trabalho na organização do trânsito.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99

AV.6. O(A) Sr(a) vê POLICIAIS MILITARES na sua vizinhança ou proximidades? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Sim ( ) 88. NS/NL [Pule para AV.7]  
 ( ) 2. Não [Pule para AV.7] ( ) 99. NR [Pule para AV.7]

AV.7. Vou citar algumas ações da POLÍCIA MILITAR e gostaria de saber se, no último mês, o(a) Sr(a) PRESENCIOU alguma delas na sua vizinhança. [LER OPÇÕES PARA CADA ITEM – ÚNICA]

	Sim	Não	NA	NS/NL	NR
AV.7.1) Apreensão de armas, drogas ou contrabandos	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99
AV.7.2)Enfrentamento armado entre a polícia e o tráfico, gangues e facções criminosas	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99
AV.7.3)Revistas de veículos	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99
AV.7.4) Revistas pessoais	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99
AV.7.5) Perseguição policial	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99
AV.7.6) Atuação da polícia em crimes que estavam acontecendo	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99

**As perguntas a seguir são sobre a Polícia Civil. A Polícia Civil é aquela que atua investigando crimes e registra as ocorrências nas delegacias.**

AV.8. De uma maneira geral, em se tratando da POLÍCIA CIVIL o(a) Sr(a) confia:

- ( ) 1. Muito  
 ( ) 2. Bastante ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 3. Pouco ( ) 99. NR  
 ( ) 4. Nada

AV.9. [MOSTRAR CARTÃO 2] Como o(a) Sr(a) avalia o atendimento da POLÍCIA CIVIL em relação a(ao): [LER CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Bom	Regular	Ruim	NS/NL	NR
AV.9.1) Investigação de crimes.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
AV.9.2) Punição dos policiais com mau comportamento.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
AV.9.3) Rapidez e qualidade no atendimento e na elaboração dos documentos como registro de ocorrências, nada consta.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
AV.9.4) Apresentação pessoal dos policiais	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
AV.9.5) Proteção dos direitos das pessoas.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99

### EXPERIÊNCIA COM A POLÍCIA

Agora, vou fazer algumas perguntas sobre suas experiência ou contatos com a polícia.

EP.1. O(A) Sr(a) já teve algum contato ou experiência com a polícia? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Sim ( ) 88. NS/NL [Pule para FV.1]  
 ( ) 2. Não [Pule para FV.1] ( ) 99. NR [Pule para FV.1]

As perguntas a seguir são sobre o seu último contato ou experiência com a polícia.

EP.2. Qual foi a polícia com a qual o(a) Sr(a) teve seu último contato ou experiência? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Polícia Militar ( ) 6. Outra Polícia. Qual: \_\_\_\_\_  
 ( ) 2. Polícia Civil ( ) 77. NA [Pule para FV.1]  
 ( ) 3. Polícia Federal ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 4. Polícia Rodoviária (estadual ou federal) ( ) 99. NR  
 ( ) 5. Guarda Municipal

EP.3. Qual foi o tipo de contato ou experiência que o(a) Sr(a) teve com a polícia? [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Pedido de informação ( ) 7. Revista pessoal  
 ( ) 2. Assistência / primeiros socorros ( ) 8. Outro tipo de contato. Qual: \_\_\_\_\_  
 ( ) 3. Acidente de Trânsito ( ) 77. NA [Pule para FV.1]  
 ( ) 4. Intervenção em crime em andamento ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 5. Comunicação de crime, violência ( ) 99. NR  
 ( ) 6. Blitz

EP.4. De uma maneira geral, o (a) Sr(a) diria que os policiais: [LER CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Sim	Não	NA	NS/NL	NR
EP.4.1) Foram educados, corteses, prestativos, interessados e respeitaram seus direitos	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99
EP.4.2) Foram aproveitadores, oportunistas, relaxados, displicentes	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99
EP.4.3) Agiram dentro da lei.	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99
EP.4.4) Foram preconceituosos / racistas.	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99
EP.4.5) Foram rápidos.	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99
EP.4.6) Foram violentos / agressivos.	( )1	( )2	( )77	( )88	( )99

EP.5. Houve algum tipo de agressão ou maus-tratos como os que vou ler a seguir? [LER CADA ITEM DA BATERIA - ÚNICA]

	Sim	Não	NA	NS/NL	NR
EP.5.1) Linguagem grosseira / xingamento / humilhação	( ) 1	( ) 2	( ) 77	( ) 88	( ) 99
EP.5.2) Empurrão / Tapa / Soco / pontapé.	( ) 1	( ) 2	( ) 77	( ) 88	( ) 99
EP.5.3) Ameaça / Intimidação.	( ) 1	( ) 2	( ) 77	( ) 88	( ) 99
EP.5.4) Apontou a arma em sua direção.	( ) 1	( ) 2	( ) 77	( ) 88	( ) 99

EP.6. Algum policial exigiu ou pediu dinheiro ou objetos? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para FV.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

### FURTO DE VEÍCULOS (CARRO, CAMINHÃO E CAMINHONETE)

**Agora, vou citar alguns tipos de crime e gostaria de saber se o(a) Sr(a) já foi vítima de algum deles**

FV.1. O(a) Sr(a) possuiu algum carro, caminhão ou caminhonete para uso próprio nos últimos 12 meses?

- ( ) 1. Sim  
 ( ) 2. Não [Pule para FO.1.]  
 ( ) 88. NS/NL [Pule para FO.1.]  
 ( ) 99. NR [Pule para FO.1.]

FV.2. Nos últimos 12 meses, alguém furtou o(s) seu(s) carro(s), caminhão(ões) ou caminhonete(s), isto é, levou sem utilizar força ou fazer ameaça? [LER OPÇÕES - MÚLTIPLA]

- ( ) 1. Sim, foi furtado.  
 ( ) 2. Não [Pule para FO.1]  
 ( ) 77. NA [Pule para FO.1]  
 ( ) 88. NS/NL [Pule para FO.1]  
 ( ) 99. NR [Pule para FO.1]

FV.2.a Se você foi furtado, quantas vezes isso ocorreu nos últimos 12 meses? \_\_\_\_\_

**As perguntas a seguir são sobre a última vez que o furto do veículo aconteceu**

FV.3. Onde o carro, caminhão ou caminhonete estava? [LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Na garagem da sua casa ( ) 77. NA [Pule para FO.1]  
 ( ) 2. Na rua da sua casa ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 3. No seu bairro ( ) 99. NR  
 ( ) 4. Em outro lugar. Qual: \_\_\_\_\_

FV.4. O(A) Sr(a) registrou ocorrência na delegacia? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Sim  
 ( ) 2. Não  
 ( ) 77. NA [Pule para FO.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

**FURTO DE ALGUM OUTRO BEM**

FO.1. Nos últimos 12 meses, o(a) Sr(a) teve qualquer evidência de que alguém furtou qualquer um outro(s) bem(ns) do(a) Sr(a), isto é, levou sem utilizar força ou fazer ameaça? [LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim.  
 ( ) 2. Não [Pule para RV.1]  
 ( ) 88. NS/NL [Pule para RV.1]  
 ( ) 99. NR [Pule para RV.1]

FO.1.a. Se você foi furtado, quantas vezes isso ocorreu nos últimos 12 meses? \_\_\_\_\_

**As perguntas a seguir são sobre a última vez que o furto de qualquer outro bem aconteceu**

FO.2. O que lhe furtaram? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |   |                             |
|---|-----------------------------|
| ( ) 1. Jóias, Relógio                                     | ( ) 8. Motocicleta          |
| ( ) 2. CD, discman, walkman, MP3                          | ( ) 9. Bicicleta            |
| ( ) 3. Peças de vestuário (roupas, calçados, bolsas, etc) | ( ) 10. Outros. Qual? _____ |
| ( ) 4. Celular/Bip  | ( ) 77. NA [Pule para RV.1] |
| ( ) 5. Documentos   | ( ) 88. NS/NL               |
| ( ) 6. Cartão de crédito, talão de cheque                 | ( ) 99. NR                  |
| ( ) 7. Dinheiro (real, dólar, etc)                        |                             |

FO.3. Onde o(a) Sr(a) estava? [LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |  |                                 |
|--|---------------------------------|
| ( ) 1. Na sua casa   | ( ) 7. No local de trabalho     |
| ( ) 2. Casa de algum parente ou amigo  | ( ) 8. Outro Local. Qual: _____ |
| ( ) 3. Meios de transporte (ônibus, metrô, trem, táxi, lotação, etc.)                  | ( ) 77. NA [Pule para RV.1]     |
| ( ) 4. Locais públicos internos (banco, escola, shopping, restaurante, bar, loja, etc) | ( ) 88. NS/NL                   |
| ( ) 5. Locais públicos externos (praça, parque, jardim, etc.)                          | ( ) 99. NR                      |
| ( ) 6. Andando na rua  |                                 |

FO.4. O(A) Sr(a) registrou ocorrência na delegacia? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- |             |                             |
|-------------|-----------------------------|
| ( ) 1. Sim  | ( ) 77. NA [Pule para RV.1] |
| ( ) 2. Não. | ( ) 88. NS/NL               |
|             | ( ) 99. NR                  |

**ROUBO DE VEÍCULOS (CARRO, CAMINHÃO E CAMINHONETE)**

[APENAS PARA QUEM POSSUÍA VEÍCULO NOS ÚLTIMOS 12 MESES]

RV.1. Nos últimos 12 meses, alguém roubou seu(s) carro(s), caminhão(ões) ou caminhonete(s) com o uso de violência? [LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |                             |                                |
|-----------------------------|--------------------------------|
| ( ) 1. Sim, foi roubado.    | ( ) 77. NA [Pule para RO.1]    |
| ( ) 2. Não [Pule para RO.1] | ( ) 88. NS/NL [Pule para RO.1] |
|                             | ( ) 99. NR [Pule para RO.1]    |

RV.1.a. Se você foi roubado, quantas vezes isso ocorreu nos últimos 12 meses? \_\_\_\_\_

**As perguntas a seguir são sobre a última vez que o roubo de veículo aconteceu**

RV.2. Onde o carro, caminhão ou caminhonete estava? [LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |                               |                           |
|-------------------------------|---------------------------|
| ( ) 1. Na garagem da sua casa | ( ) 2. Na rua da sua casa |
|-------------------------------|---------------------------|

- ( ) 3. No seu bairro ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 4. Em outro lugar. Qual: \_\_\_\_\_ ( ) 99. NR  
 ( ) 77. NA [Pule para RO.1]

RV.3. Houve algum tipo de agressão física? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para RO.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

RV.4. O(s) assaltante(s) tinha(m) uma faca, arma de fogo, outra arma, ou alguma coisa que foi usada como arma? [NÃO LER OPÇÕES - MÚLTIPLA]

- ( ) 1. Faca ( ) 6. Não  
 ( ) 2. Arma de fogo ( ) 77. NA [Pule para RO.1]  
 ( ) 3. Pau/Madeira ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 4. Pedra ( ) 99. NR  
 ( ) 5. Outro tipo de arma. Qual: \_\_\_\_\_

RV.5. O(A) Sr(a) sofreu algum ferimento durante o assalto? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para RO.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

RV.6. Houve necessidade de atendimento médico, hospitalar ou psicológico? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para RO.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

RV.7. De uma forma geral, o acontecido atrapalhou sua rotina de vida?

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para RO.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

RV.7.a Caso afirmativo, indique como: \_\_\_\_\_

RV.8. O(A) Sr(a) registrou ocorrência na delegacia? [NÃO LER OPÇÕES - ÚNICA]

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para RO.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

## ROUBO DE ALGUM OUTRO BEM

RO.1. Nos últimos 12 meses, alguém roubou algum objeto seu, com ameaça ou uso de violência? [LER OPÇÕES - MÚLTIPLA]

- ( ) 1. Sim, foi roubado.  
 ( ) 2. Não [Pule para E.1]  
 ( ) 88. NS/NL [Pule para E.1]  
 ( ) 99. NR [Pule para E.1]

RO.1.a. Se você foi roubado, quantas vezes isso ocorreu nos últimos 12 meses? \_\_\_\_\_

**As perguntas a seguir são sobre a última vez que o roubo de qualquer outro bem aconteceu**

RO.2. O que lhe roubaram? [NÃO LER OPÇÕES - MÚLTIPLA]

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Jóias, Relógio                             | <input type="checkbox"/> 8. Motocicleta                 |
| <input type="checkbox"/> 2. CD, discman, walkman, MP3, Ipod            | <input type="checkbox"/> 9. Bicicleta                   |
| <input type="checkbox"/> 3. Peças de vestuário (roupas, calçados, etc) | <input type="checkbox"/> 10. Outros objeto. Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> 4. Celular/Bip                                | <input type="checkbox"/> 77. NA [Pule para E.1]         |
| <input type="checkbox"/> 5. Documentos                                 | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL                      |
| <input type="checkbox"/> 6. Dinheiro (real, dólar, etc)                | <input type="checkbox"/> 99. NR                         |
| <input type="checkbox"/> 7. Cartão de crédito, talão de cheque         |   |

RO.3. Onde o(a) Sr(a) estava? [LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Na sua casa   | <input type="checkbox"/> 7. No local de trabalho     |
| <input type="checkbox"/> 2. Casa de algum parente ou amigo  | <input type="checkbox"/> 8. Outro Local. Qual: _____ |
| <input type="checkbox"/> 3. Meios de transporte (ônibus, metrô, trem, táxi, lotação, etc.)                  | <input type="checkbox"/> 77. NA [Pule para E.1]      |
| <input type="checkbox"/> 4. Locais públicos internos (banco, escola, shopping, restaurante, bar, loja, etc) | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL                   |
| <input type="checkbox"/> 5. Locais públicos externos (praça, parque, jardim, etc.)                          | <input type="checkbox"/> 99. NR                      |
| <input type="checkbox"/> 6. Andando na rua  |  |

RO.4. Houve algum tipo de agressão física? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Sim | <input type="checkbox"/> 77. NA [Pule para E.1] |
| <input type="checkbox"/> 2. Não | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL              |
|                                 | <input type="checkbox"/> 99. NR                 |

RO.5. O(s) assaltante(s) tinha(m) uma faca, arma de fogo, outra arma, ou alguma coisa que foi usada como arma? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Faca                            | <input type="checkbox"/> 6. Não                 |
| <input type="checkbox"/> 2. Arma de fogo                    | <input type="checkbox"/> 77. NA [Pule para E.1] |
| <input type="checkbox"/> 3. Pau/Madeira                     | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL              |
| <input type="checkbox"/> 4. Pedra                           | <input type="checkbox"/> 99. NR                 |
| <input type="checkbox"/> 5. Outro tipo de arma. Qual: _____ |   |

RO.6. O(A) Sr(a) sofreu algum ferimento durante o assalto? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Sim | <input type="checkbox"/> 77. NA [Pule para E.1] |
| <input type="checkbox"/> 2. Não | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL              |
|                                 | <input type="checkbox"/> 99. NR                 |

RO.7. Houve necessidade de atendimento médico, hospitalar ou psicológico? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Sim | <input type="checkbox"/> 77. NA [Pule para E.1] |
| <input type="checkbox"/> 2. Não | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL              |
|                                 | <input type="checkbox"/> 99. NR                 |

RO.8. De uma forma geral, o acontecido atrapalhou sua rotina de vida?

- |                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Sim | <input type="checkbox"/> 77. NA [Pule para E.1] |
| <input type="checkbox"/> 2. Não | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL              |
|                                 | <input type="checkbox"/> 99. NR                 |

RO.8.a Caso afirmativo, indique como: \_\_\_\_\_

RO.9. O(A) Sr(a) registrou ocorrência na delegacia? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Sim | <input type="checkbox"/> 77. NA [Pule para E.1] |
| <input type="checkbox"/> 2. Não | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL              |
|                                 | <input type="checkbox"/> 99. NR                 |

**ESTELIONATO**

E.1. Nos últimos 12 meses, o(a) Sr(a): [LER CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Sim	Não	NS/NL	NR
E.1.1) Sofreu alguma fraude contra o seu cartão de crédito?	( )1	( )2	( )88	( )99
E.1.2) Sofreu fraude com cheque?	( )1	( )2	( )88	( )99
E.1.3) Recebeu notas de dinheiro falso?	( )1	( )2	( )88	( )99
E.1.4) Pagou por algum produto que não foi entregue?	( )1	( )2	( )88	( )99
E.1.5) Foi vítima de fraude em algum investimento que realizou?	( )1	( )2	( )88	( )99
E.1.6) Teve o seu celular clonado, ou seja, o seu número foi usado indevidamente por outra pessoa?	( )1	( )2	( )88	( )99
E.1.7) Teve linha telefônica residencial violada ou desviada?	( )1	( )2	( )88	( )99
E.1.8) Sofreu fraude de documentos pessoais?	( )1	( )2	( )88	( )99
E.1.9) Foi vítima de algum outro tipo de fraude?	( )1	( )2	( )88	( )99

[SE TODAS AS RESPOSTAS FORAM NÃO, PULE PARA AC.1]

**As perguntas a seguir são sobre a última vez que o(a) Sr(a) sofreu a fraude ou o estelionato.**

E.2. Dentre as situações ocorridas com o(a) Sr(a), qual foi a mais recente, ou seja, que situação ocorreu pela última vez? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |   |   |
|---|---|
| ( ) 1. Fraude cartão de crédito         | ( ) 7. Linha telefônica residencial violada |
| ( ) 2. Fraude com cheque                | ( ) 8. Fraude de documentos pessoais        |
| ( ) 3. Dinheiro falso                   | ( ) 9. Outra. Qual: _____                   |
| ( ) 4. Produto que não foi entregue     | ( ) 77. NA [Pule para AC.1]                 |
| ( ) 5. Vítima de fraude em investimento | ( ) 88. NS/NL                               |
| ( ) 6. Celular clonado                  | ( ) 99. NR                                  |

E.3. Você sabe quem foi?

- |                            |                               |
|----------------------------|-------------------------------|
| ( ) 1. Sim                 | ( ) 77. NA [Pule para AC.1]   |
| ( ) 2. Não [Pule para E.4] | ( ) 88. NS/NL [Pule para E.4] |
|                            | ( ) 99. NR [Pule para E.4]    |

E.3.a. Caso afirmativo, quem era(m) a(s) pessoa(s)? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |   |                                  |
|---|----------------------------------|
| ( ) 1. Vizinho(a)                             | ( ) 5. Outra Pessoa. Qual: _____ |
| ( ) 2. Conhecido de vista, Colega de trabalho | ( ) 77. NA [Pule para AC.1]      |
| ( ) 3. Amigo(a)                               | ( ) 88. NS/NL                    |
| ( ) 4. Familiares                             | ( ) 99. NR                       |

E.4. O(A) Sr(a) registrou ocorrência na delegacia? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |            |                             |
|------------|-----------------------------|
| ( ) 1. Sim | ( ) 77. NA [Pule para AC.1] |
| ( ) 2. Não | ( ) 88. NS/NL               |
|            | ( ) 99. NR                  |

## ACIDENTES

AC.1. Nos últimos 12 meses, algum conhecido seu foi vítima de algum tipo de acidente? [LER CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Sim	Não	NS/NL	NR
AC.1.1) Afogamento	( )1	( )2	( )88	( )99
AC.1.2) Queda	( )1	( )2	( )88	( )99

AC.1.3) Asfixia	( )1	( )2	( )88	( )99
AC.1.4) Eletrocução ou choque	( )1	( )2	( )88	( )99
AC.1.5) Acidente de Trânsito	( )1	( )2	( )88	( )99
AC.1.6) Outro tipo de acidente	( )1	( )2	( )88	( )99

AC.2. Nos últimos 12 meses, o (a) Sr (a) foi vítima de algum tipo de acidente? [LER CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Sim	Não	NS/NL	NR
AC.2.1) Afogamento	( )1	( )2	( )88	( )99
AC.2.2) Queda	( )1	( )2	( )88	( )99
AC.2.3) Asfixia	( )1	( )2	( )88	( )99
AC.2.4) Eletrocução ou choque	( )1	( )2	( )88	( )99
AC.2.5) Acidente de Trânsito	( )1	( )2	( )88	( )99
AC.2.6) Outro tipo de acidente	( )1	( )2	( )88	( )99

[APENAS PARA PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS DE ACIDENTE DE TRANSITO]

**As perguntas a seguir são sobre a última vez que o(a) Sr(a) foi vítima de acidente de trânsito.**

AT.1. Da última vez que isso aconteceu, o acidente foi um(a): [LER OPÇÕES – MULTIPLA]

- |                               |                            |
|-------------------------------|----------------------------|
| ( ) 1. Batida / colisão       | ( ) 77. NA [Pule para A.1] |
| ( ) 2. Atropelamento          | ( ) 88. NS/NL              |
| ( ) 3. Capotamento            | ( ) 99. NR                 |
| ( ) 4. Outro Tipo de Acidente |                            |

AT.2. [MOSTRAR CARTÃO 4] Na sua opinião, qual foi a PRINCIPAL causa do acidente? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |  |  |
|--|--|
| ( ) 1. Falta de sinalização              | ( ) 6. Provocação ou agressão verbal no trânsito |
| ( ) 2. Falta de radar, quebra-molas      | ( ) 7. Outra Causa. Qual: _____                  |
| ( ) 3. Falta de conservação das estradas | ( ) 77. NA [Pule para A.1]                       |
| ( ) 4. Excesso de velocidade             | ( ) 88. NS/NL                                    |
| ( ) 5. Uso de bebida alcoólica           | ( ) 99. NR                                       |

AT.3. O(A) Sr(a) sofreu algum ferimento resultante do acidente? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |            |                            |
|------------|----------------------------|
| ( ) 1. Sim | ( ) 77. NA [Pule para A.1] |
| ( ) 2. Não | ( ) 88. NS/NL              |
|            | ( ) 99. NR                 |

AT.4. No último acidente, o(a) Sr(a) ou outra pessoa, precisou de atendimento médico ou hospitalar? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |            |                            |
|------------|----------------------------|
| ( ) 1. Sim | ( ) 77. NA [Pule para A.1] |
| ( ) 2. Não | ( ) 88. NS/NL              |
|            | ( ) 99. NR                 |

AT.5. O(A) Sr(a) ficou com alguma deficiência permanente devido ao acidente? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |            |                            |
|------------|----------------------------|
| ( ) 1. Sim | ( ) 77. NA [Pule para A.1] |
| ( ) 2. Não | ( ) 88. NS/NL              |
|            | ( ) 99. NR                 |

AT.6. De uma forma geral, o acontecido atrapalhou sua rotina de vida?

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para A.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

AT.6.a Caso afirmativo, indique como: \_\_\_\_\_

AT.7. O caso foi registrado na delegacia? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para A.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

*Pesquisador, antes de fazer as perguntas a seguir, certifique-se que não há mais nenhum outro morador da residência ouvindo as perguntas e respostas apresentadas a seguir. Caso haja outro morador presente, solicite respeitosamente que somente o(a) entrevistado(a) ouça as próximas perguntas. Caso haja outro(s) morador(es) presente(s) ouvindo as perguntas e que se recusem a sair do ambiente, anote aqui o número de moradores presentes neste momento: \_\_\_\_\_*

#### AGRESSÕES E AMEAÇAS

Agora vou passar para outro assunto e fazer perguntas sobre relações pessoais.

A.1. [MOSTRAR CARTÃO 5] Nos últimos 12 meses, o(a) Sr(a) foi vítima de alguma das situações listadas neste cartão? [SE SIM, PERGUNTAR QUANTAS VEZES]

	Sim	Não	NS/NL	NR
A.1.1) Insulto, humilhação ou xingamento.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
A.1.2) Ameaça de bater, empurrar ou chutar.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
A.1.3) Batida, empurrão ou chute.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
A.1.4) Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
A.1.5) Espancamento ou tentativa de estrangulamento.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
A.1.6) Esfaqueamento ou tiro.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
A.1.7) Ameaça com faca ou arma de fogo.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
A.1.8) Amedrontamento ou perseguição.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
A.1.9) Alguma outra situação	( )1	( )2	( ) 88	( )99

[SE O ENTREVISTADO RESPONDEU NÃO EM TODOS OS QUESITOS ACIMA, PULE PARA OS.1]

**As perguntas a seguir são sobre a última vez que o(a) Sr(a) sofreu a agressão ou a ameaça.**

[APENAS PARA PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS DE ALGUMA AGRESSÃO OU AMEAÇA]

A.2. [MOSTRAR CARTÃO 5] Qual foi a última agressão/ameaça sofrida? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Insulto, humilhação ou xingamento ( ) 7. Ameaça com faca ou arma de fogo  
 ( ) 2. Ameaça de bater, empurrar ou chutar ( ) 8. Amedrontamento ou perseguição  
 ( ) 3. Batida, empurrão ou chute ( ) 9. Outra situação. Qual: \_\_\_\_\_  
 ( ) 4. Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 5. Espancamento ou tentativa de estrangulamento ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 6. Esfaqueamento ou tiro ( ) 99. NR

A.3. Onde o(a) Sr(a) estava? [LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Na sua casa ( ) 2. Na casa de algum parente ou amigo  
 ( ) 3. No local de trabalho

- ( ) 4. Andando na rua  
 ( ) 5. Locais públicos internos (banco, escola, shopping, restaurante, igreja, órgão público, etc)  
 ( ) 6. Meios de transporte (carro, moto, ônibus, metrô, trem, táxi, lotação, etc)

- ( ) 7. Locais públicos externos (rua, praça, parque, jardim, etc)  
 ( ) 8. Outro Local. Qual: \_\_\_\_\_  
 ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

A.4. Qual era(m) o(s) sexo do(s) agressor(es)? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Masculino  
 ( ) 2. Feminino  
 ( ) 3. Masculino/Feminino  
 ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

A.5. Entre os agressores, havia algum conhecido seu?

- ( ) 1. Sim  
 ( ) 2. Não  
 ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

A.5.a. Caso afirmativo quem era(m) o(s) agressor(es)? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- ( ) 1. Policial  
 ( ) 2. Conhecido(a) de vista  
 ( ) 3. Professor(a)  
 ( ) 4. Chefe(Patrão / Patroa)  
 ( ) 5. Colega de trabalho  
 ( ) 6. Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira)  
 ( ) 7. Marido (Companheiro) / Esposa (Companheira)  
 ( ) 8. Ex-namorado(a) / Ex-noivo  
 ( ) 9. Namorado(a) / Noivo(a)  
 ( ) 10. Vizinho(a)  
 ( ) 11. Padrasto / Madrasta  
 ( ) 12. Amigo(a)  
 ( ) 13. Pai / Mãe  
 ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

A.6. Além do(a) agressor(a), havia mais alguém presente? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim  
 ( ) 2. Não [Pule para A.7.]  
 ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 88. NS/NL [Pule para A.7.]  
 ( ) 99. NR [Pule para A.7.]

A.6.a. Quem? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- ( ) 1. Desconhecido(a)  
 ( ) 2. Filho(s)  
 ( ) 3. Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira)  
 ( ) 4. Marido(Companheiro) / Esposa(Companheira)  
 ( ) 5. Ex-namorado(a) / Ex-noivo  
 ( ) 6. Namorado(a) / Noivo(a)  
 ( ) 7. Outro(s) Parente(s). Qual: \_\_\_\_\_  
 ( ) 8. Vizinho(a) / Amigo(a) / Conhecido(s)  
 ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

A.7. O(s) agressor(s) tinha(m) uma faca, arma de fogo, outra arma, ou alguma coisa que foi usada como arma? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- ( ) 1. Faca  
 ( ) 2. Arma de fogo  
 ( ) 3. Pau/Madeira  
 ( ) 4. Pedra  
 ( ) 5. Outro tipo de arma. Qual: \_\_\_\_\_  
 ( ) 6. Não  
 ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

A.8. Nesta agressão, o(a) Sr(a) sofreu algum ferimento? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim  
 ( ) 2. Não  
 ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

A.9. Houve necessidade de atendimento médico, hospitalar ou psicológico? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

A.10. De uma forma geral, o acontecido atrapalhou sua rotina de vida?

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

A.10.a Caso afirmativo, indique como: \_\_\_\_\_

A.11. O(A) Sr(a) registrou ocorrência na delegacia? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim ( ) 77. NA [Pule para OS.1]  
 ( ) 2. Não ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

### OFENSA SEXUAL

Algumas vezes as pessoas agarram, tocam ou agridem outras pessoas por motivos sexuais. Isto pode acontecer em casa ou em outros lugares. As perguntas a seguir são sobre agressões sexuais. Lembre-lhe que este questionário é anônimo e sua identidade não será revelada.

OS.1. Nos últimos 12 meses, alguém fez ou tentou fazer isto com o(a) Sr(a)? [LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- ( ) 1. Sim.  
 ( ) 2. Não [Pule para D.1]  
 ( ) 88. NS/NL [Pule para D.1]  
 ( ) 99. NR [Pule para D.1]

OS.1.a. Caso afirmativo, quantas vezes isto ocorreu nos últimos 12 meses? \_\_\_\_\_

**As perguntas a seguir são sobre a última vez que o(a) Sr(a) sofreu a ofensa.**

OS.2. Onde o(a) Sr(a) estava? [LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Na sua casa ( ) 6. Meios de transporte (carro, moto, ônibus, metrô, trem, táxi, lotação, etc.)  
 ( ) 2. Na casa de algum parente ou amigo ( ) 7. Outro Local. Qual: \_\_\_\_\_  
 ( ) 3. No local de trabalho ( ) 77. NA [Pule para D.1]  
 ( ) 4. Locais públicos internos (banco, escola, shopping, restaurante, igreja, órgão público, etc.) ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 5. Locais públicos externos (rua, praça, parque, jardim, etc.) ( ) 99. NR

OS.3. O(A) Sr(a) estava sozinho(a) ou acompanhado(a)? Se acompanhado(a), DE QUANTAS PESSOAS? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sozinho(a) ( ) 77. NA [Pule para D.1]  
 ( ) 2. Acompanhado(a) ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

OS.4. Quem era(m) o(s) agressor(es)? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- ( ) 1. Desconhecido(a) ( ) 6. Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira)  
 ( ) 2. Policial ( ) 7. Colega de trabalho  
 ( ) 3. Conhecido(a) de vista ( ) 8. Marido(Companheiro) / Esposa(Companheira)  
 ( ) 4. Professor(a) ( ) 9. Ex-namorado(a) / Ex-noivo  
 ( ) 5. Chefe(Patrão / Patroa)

- ( ) 10. Namorado(a) / Noivo(a)  
 ( ) 11. Vizinho(a)  
 ( ) 12. Padrasto / Madrasta  
 ( ) 13. Amigo(a)

- ( ) 14. Pai / Mãe  
 ( ) 77. NA [Pule para D.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

OS.5. O(s) agressor(es) tinha(m) uma faca, arma de fogo, outra arma, ou alguma coisa que foi usada como arma?  
 [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- ( ) 1. Faca  
 ( ) 2. Arma de fogo  
 ( ) 3. Pau/Madeira  
 ( ) 4. Pedra  
 ( ) 5. Outro tipo de arma. Qual: \_\_\_\_\_
- ( ) 6. Não  
 ( ) 77. NA [Pule para D.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

OS.6. Nesta agressão, o(a) Sr(a) sofreu algum ferimento? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim  
 ( ) 2. Não
- ( ) 77. NA [Pule para D.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

OS.7. Houve necessidade de atendimento médico, hospitalar ou psicológico? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim  
 ( ) 2. Não
- ( ) 77. NA [Pule para D.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

OS.8. De uma forma geral, o acontecido atrapalhou sua rotina de vida?

- ( ) 1. Sim  
 ( ) 2. Não
- ( ) 77. NA [Pule para D.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

OS.8.a Caso afirmativo, indique como: \_\_\_\_\_

OS.9. Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) relatou o fato a alguém ou a algum outro órgão, instituições ou grupos que não tenha sido a polícia? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Amigos  
 ( ) 2. Parentes / Familiares  
 ( ) 3. Igreja  
 ( ) 4. Grupos de apoio à mulher  
 ( ) 5. Outra Pessoa ou Instituição
- ( ) 6. Não  
 ( ) 77. NA [Pule para D.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

OS.10. O(A) Sr(a) registrou ocorrência na delegacia? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim  
 ( ) 2. Não
- ( ) 77. NA [Pule para D.1]  
 ( ) 88. NS/NL  
 ( ) 99. NR

### DISCRIMINAÇÃO

Agora, vou fazer algumas perguntas sobre discriminação.

D.1. Nestes últimos 12 meses, o(A) Sr(a) sofreu algum tipo de discriminação por alguma das seguintes razões? [LER CADA ITEM DA BATERIA -ÚNICA]

	Sim	Não	NS/NL	NR
D.1.1) Por sua cor ou raça.	( )1	( )2	( ) 88	( )99
D.1.2) Por ser homem ou mulher.	( )1	( )2	( ) 88	( )99

D.1.3) Por sua orientação / opção sexual.	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
D.1.4) Por doença ou deficiência física.	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
D.1.5) Por sua religião.	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
D.1.6) Pelo lugar onde mora.	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
D.1.7) Por sua classe social.	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
D.1.8) Pela sua escolaridade	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
D.1.9) Pela sua preferência política	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99
D.1.10) Pela região onde você nasceu	( ) 1	( ) 2	( ) 88	( ) 99

[SE O(A) ENTREVISTADO(A) NÃO SOFREU NENHUM TIPO DE DISCRIMINAÇÃO, PULE PARA D.7]

**As perguntas a seguir são sobre a última vez que o(a) Sr(a) sofreu a discriminação.**

D.2. Qual foi a última discriminação sofrida? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |  |                              |
|--|------------------------------|
| ( ) 1. Por sua cor ou raça               | ( ) 6. Pelo local de moradia |
| ( ) 2. Por ser homem ou mulher           | ( ) 7. Por sua classe social |
| ( ) 3. Por sua orientação / opção sexual | ( ) 77. NA [Pule para D.7]   |
| ( ) 4. Por doença ou deficiência física  | ( ) 88. NS/NL                |
| ( ) 5. Por sua religião                  | ( ) 99. NR                   |

D.3. Onde o(a) Sr(a) estava? [LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |  |   |
|--|---|
| ( ) 1. Na sua casa   | ( ) 6. Meios de transporte (carro, moto, ônibus, metrô, trem, táxi, lotação, etc) |
| ( ) 2. Na casa de algum parente ou amigo   | ( ) 7. Outro Local. Qual: _____   |
| ( ) 3. No local de trabalho  | ( ) 77. NA [Pule para D.7]  |
| ( ) 4. Locais públicos internos (banco, escola, shopping, restaurante, igreja, órgão público, etc) | ( ) 88. NS/NL   |
| ( ) 5. Locais públicos externos (rua, praça, parque, jardim, etc)                                  | ( ) 99. NR  |

D.4. Quem o discriminou? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |  |                                   |
|--|-----------------------------------|
| ( ) 1. Desconhecido(a)                                       | ( ) 10. Namorado(a) / Noivo(a)    |
| ( ) 2. Policial  | ( ) 11. Vizinho(a)                |
| ( ) 3. Conhecido(a) de vista                                 | ( ) 12. Padrasto / Madrasta       |
| ( ) 4. Professor(a)  | ( ) 13. Amigo(a)                  |
| ( ) 5. Chefe(Patrão / Patroa)                                | ( ) 14. Pai / Mãe                 |
| ( ) 6. Colega de trabalho                                    | ( ) 15. Outra Pessoa. Qual: _____ |
| ( ) 7. Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira) | ( ) 77. NA [Pule para D.7]        |
| ( ) 8. Marido(Companheiro) / Esposa(Companheira)             | ( ) 88. NS/NL                     |
| ( ) 9. Ex-namorado(a) / Ex-noivo                             | ( ) 99. NR                        |

D.5. Além da(s) pessoa(s) que lhe discriminou, havia mais alguém presente? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |                            |                               |
|----------------------------|-------------------------------|
| ( ) 1. Sim                 | ( ) 77. NA [Pule para D.7]    |
| ( ) 2. Não [Pule para D.6] | ( ) 88. NS/NL [Pule para D.6] |
|                            | ( ) 99. NR [Pule para D.6]    |

D.5.a. Quem? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |                        |  |
|------------------------|--|
| ( ) 1. Desconhecido(a) | ( ) 3. Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira) |
| ( ) 2. Filho(s)        |  |

- ( ) 4. Marido(Companheiro) /  
Esposa(Companheira)  
( ) 5. Ex-namorado(a) / Ex-noivo  
( ) 6. Namorado(a) / Noivo(a)  
( ) 7. Outro(s) Parente(s).
- ( ) 8. Vizinho(a) / Amigo(a) / Conhecido(s)  
( ) 9. Outra Pessoa. Qual: \_\_\_\_\_  
( ) 77. NA [Pule para D.7]  
( ) 88. NS/NL  
( ) 99. NR

D.6. O(A) Sr(a) registrou ocorrência na delegacia? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim  
( ) 2. Não
- ( ) 77. NA [Pule para D.7]  
( ) 88. NS/NL  
( ) 99. NR

D.7. O(A) Sr(a) conhece ou já presenciou alguém sofrer algum tipo de agressão física ou verbal por causa: [LER OPÇÕES PARA CADA ITEM DA BATERIA - MÚLTIPLA]

	Conhece	Já Presenciou	Não	NS/NL	NR
D.8.1) Da cor ou raça.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
D.8.2) De ser homem ou mulher.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
D.8.3) Da orientação / opção sexual.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
D.8.4) De doença ou deficiência física.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
D.8.5) De sua religião.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
D.8.6) Do lugar onde mora.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
D.8.7) Da classe social.	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
D.8.8) Pela sua escolaridade	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99
D.8.9) Pela sua preferência política	( )1	( )2	( )3	( )88	( )99

As perguntas a seguir são sobre a notificação do crime sofrido pelo(a) Sr(a) à polícia.

[APENAS PARA PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS DE PELO MENOS UM CRIME NOS ÚLTIMOS 12 MESES]

NP.1. Qual o último crime de que o(a) Sr(a) foi vítima nos últimos 12 meses? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Furto de automóvel  
( ) 2. Furto de algum outro bem  
( ) 3. Roubo de Automóvel  
( ) 4. Roubo de algum outro bem  
( ) 5. Acidente de trânsito  
( ) 6. Estelionato
- ( ) 7. Agressões e ameaças  
( ) 8. Ofensas sexuais  
( ) 9. Discriminação  
( ) 77. NA [FIM QUESTIONÁRIO]  
( ) 88. NS/NL  
( ) 99. NR

NP.2. Em relação a última vez que isto aconteceu, o(a) Sr(a) chamou ou informou à polícia? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Sim  
( ) 2. Não [Pule para NP.8]
- ( ) 77. NA [FIM QUESTIONÁRIO]  
( ) 88. NS/NL [Pule para NP.9]  
( ) 99. NR [Pule para NP.9]

NP.3. Qual órgão, instituição foi chamada ou informada? [LER OPÇÕES – ÚNICA]

- ( ) 1. Polícia Militar  
( ) 2. Polícia Civil  
( ) 3. Guarda Municipal  
( ) 4. Polícia Federal / Polícia Rodoviária Federal
- ( ) 77. NA [FIM QUESTIONÁRIO]  
( ) 88. NS/NL  
( ) 99. NR

NP.4. [MOSTRAR CARTÃO 8] Quais as TRÊS principais razões que levaram o(a) Sr(a) a chamar ou informar à polícia? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Acredita ser um dever denunciar                                  | <input type="checkbox"/> 7. Queria o culpado pego / punido |
| <input type="checkbox"/> 2. Em situações anteriores, foi bem tratado / atendido pela polícia | <input type="checkbox"/> 8. Outra Razão. Qual: _____       |
| <input type="checkbox"/> 3. Não conseguiu resolver a situação por meios próprios             | <input type="checkbox"/> 77. NA [FIM QUESTIONÁRIO]         |
| <input type="checkbox"/> 4. Conhecia alguém influente na polícia                             | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL                         |
| <input type="checkbox"/> 5. Tentativa de recuperar o bem                                     | <input type="checkbox"/> 99. NR                            |
| <input type="checkbox"/> 6. Impedir que aconteça novamente                                   |  |

NP.5. De um modo geral, a maneira com que a polícia lidou com o caso, deixou o(a) Sr(a)... [LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Muito Satisfeito(a)                    | <input type="checkbox"/> 77. NA [FIM QUESTIONÁRIO]  |
| <input type="checkbox"/> 2. Satisfeito(a)                          | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL [Pule para NP.8] |
| <input type="checkbox"/> 3. Insatisfeito(a) [Pule para NP.7]       | <input type="checkbox"/> 99. NR [Pule para NP.8]    |
| <input type="checkbox"/> 4. Muito Insatisfeito(a) [Pule para NP.7] |   |

NP.6. [MOSTRAR CARTÃO 9] Quais os TRÊS principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a ficar satisfeito(a)? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> 1. O atendimento policial foi cordial e gentil                 | <input type="checkbox"/> 6. A polícia recuperou o bem                        |
| <input type="checkbox"/> 2. A polícia teve “boa vontade” / atenção para resolver o caso | <input type="checkbox"/> 7. A polícia prendeu o assaltante                   |
| <input type="checkbox"/> 3. A polícia chegou rápido ao local                            | <input type="checkbox"/> 8. A polícia o(a) manteve propriamente informado(a) |
| <input type="checkbox"/> 4. A polícia foi rápida e eficiente durante o atendimento      | <input type="checkbox"/> 9. Outro Motivo. Qual: _____                        |
| <input type="checkbox"/> 5. A polícia foi rápida e eficiente para resolver o caso       | <input type="checkbox"/> 77. NA [FIM QUESTIONÁRIO]                           |
|   | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL   |
|   | <input type="checkbox"/> 99. NR  |

NP.7. [MOSTRAR CARTÃO 10] Quais os TRÊS principais motivos que levaram o(a) Sr(a) a NÃO ficar satisfeito(a)? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Foi “mal tratado” no atendimento policial               | <input type="checkbox"/> 6. A polícia não recuperou o bem                        |
| <input type="checkbox"/> 2. A polícia não se mostrou interessada / Não deu atenção  | <input type="checkbox"/> 7. A polícia não achou ou não prendeu o culpado         |
| <input type="checkbox"/> 3. A polícia demorou para chegar ao local                  | <input type="checkbox"/> 8. A polícia não o(a) manteve propriamente informado(a) |
| <input type="checkbox"/> 4. A polícia foi lenta / ineficiente durante o atendimento | <input type="checkbox"/> 9. Outro Motivo. Qual: _____                            |
| <input type="checkbox"/> 5. A polícia foi lenta / ineficiente para resolver o caso  | <input type="checkbox"/> 77. NA [FIM QUESTIONÁRIO]                               |
|   | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL   |
|   | <input type="checkbox"/> 99. NR  |

NP.8. [MOSTRAR CARTÃO 11] Quais as TRÊS principais razões que levaram o(a) Sr(a) a NÃO chamar ou informar à polícia? [NÃO LER OPÇÕES – MÚLTIPLA]

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Não foi sério o bastante / Não houve perda      | <input type="checkbox"/> 8. Medo da polícia                                  |
| <input type="checkbox"/> 2. Conhecia o(s) autor(es)                         | <input type="checkbox"/> 9. Não teve coragem (por medo de vingança do autor) |
| <input type="checkbox"/> 3. Conseguiu resolver sem ajuda da polícia         | <input type="checkbox"/> 10. Outra razão. Qual: _____                        |
| <input type="checkbox"/> 4. O bem não tinha seguro                          | <input type="checkbox"/> 77. NA [FIM QUESTIONÁRIO]                           |
| <input type="checkbox"/> 5. O bem foi recuperado                            | <input type="checkbox"/> 88. NS/NL   |
| <input type="checkbox"/> 6. A polícia não podia fazer nada / Falta de prova | <input type="checkbox"/> 99. NR  |
| <input type="checkbox"/> 7. Falta de confiança                              |  |

NP.9. Quando isso aconteceu, o(a) Sr(a) deu queixa a algum outro órgão, instituições ou grupos que NÃO tenha sido a polícia? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

- |                                 |                                 |
|---------------------------------|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1. Sim | <input type="checkbox"/> 2. Não |
|---------------------------------|---------------------------------|

88. NS/NL

99. NR

77. NA [FIM QUESTIONÁRIO]

NP.10. O(s) assaltante(s) / agressor(es) foi(ram) identificado(s) pela polícia? [NÃO LER OPÇÕES – ÚNICA]

1. Sim

2. Não

77. NA [FIM QUESTIONÁRIO]

88. NS/NL

99. N